CLAUDIA STEIN VIEIRA

**Futuro do planejamento sucessório no Brasil:
pela reforma do fideicomisso e pela vinda do contrato fiduciário**

Orientadora: Professora Titular Doutora
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2020**

CLAUDIA STEIN VIEIRA

**Futuro do planejamento sucessório no Brasil: pela reforma do fideicomisso
e pela vinda do contrato fiduciário**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação da Professora Titular Doutora Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2020**

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

VIEIRA, Claudia Stein

Futuro do planejamento sucessório no Brasil: pela reforma do fideicomisso e pela vinda do contrato fiduciário ; Claudia Stein VIEIRA ; orientador Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka -- São Paulo, 2020.

317

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Fideicomisso. 2. Trust. 3. Negócio fiduciário. 4. Planejamento sucessório. 5. Contrato de fidúcia. I. Hironaka, Giselda Maria Fernandes Novaes , orient. II. Título.

CLÁUDIA STEIN VIEIRA

**Futuro do planejamento sucessório no Brasil: pela reforma do fideicomisso
e pela vinda do contrato fiduciário**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito Civil.

Aprovado com média _____
São Paulo/SP, _____

Banca Examinadora:

Prof. Orientador: Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka

Prof. Examinador:

Prof. Examinador:

Prof. Examinador:

Prof. Examinador:

*Dedico este trabalho à Professora Giselda Maria Fernandes
Novaes Hironaka pela confiança, que, se buscar retribuir
todos os dias de minha vida, ainda será pouco; ao meu filho,
Raphael, e às minhas netas, Maria Carolina e Victória, que
me fazem compreender o valor de viver por alguém.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, pela oportunidade de segui-la e aprender tanto; à minha sócia e tão amiga, Veridiana Campos, que sempre confia no que faço e me acorda quanto sinto receio da vida; à Dra. Renata Mei Hsui Guimarães e ao Dr. Sérgio Marques da Cruz Filho, que me ensinaram tanto; aos amigos Rommel Andriotti e Suzan Taylor, pelo auxílio sem o qual nada haveria; a Julia Rocha, pesquisadora tão dedicada.

Em especial, agradeço ao meu filho, Raphael, por me ter deixado ser sua mãe.

“O futuro dependerá daquilo que fazemos no presente.”

Mahatma Gandhi

RESUMO

Trata-se de tese sobre a possibilidade de se atualizar o regramento do fideicomisso no Brasil, visando a possibilitar novos arranjos sucessórios e a instrumentalização do *trust* no Direito brasileiro. Para isso, descreve-se a história do surgimento do fideicomisso e como ele foi positivado no Brasil, tanto no Código Civil de 1916 como no Código Civil de 2002. Descreve-se, também, o *trust*, principalmente sob a ótica da Convenção de Haia, indicando suas principais utilizações, surgimento nos países de *common law*, entre outras características. Finalmente, explicita-se que o fideicomisso pode ter seu regramento alterado, especialmente para passar a ser negócio contratual e *inter vivos*, flexível, não necessariamente sucessório, e com regras em conformidade com a Convenção, no que se relaciona à figura do *trust*, a possibilitar sua vinda para o País, com o aumento das possibilidades de planejamento sucessório, e o renascimento do fideicomisso como um importante instrumento no sistema.

Palavras-chave: Fideicomisso; *Trust*; Negócio fiduciário; Planejamento sucessório; Contrato de fidúcia.

ABSTRACT

This is a thesis on the possibility of updating the fideicomisso's rules in Brazil so that this legal institute may make possible new succession arrangements and instrumentalize the *trust* in Brazilian law, either for succession or other purposes. For this purpose, it describes the history of the emergence of the fideicomisso and how it was established in Brazil, both in the Civil Code of 1916 and in the Civil Code of 2002. It also describes the *trust*, mainly from the standpoint of the Hague Convention, indicating its main uses, its appearance in common law countries, among other characteristics. Finally, it explains that the fideicomisso may have its regulations changed, especially to become a contractual deal, flexible, not necessarily a succession institute, and with rules in accordance with the Hague Convention on *trust*. This will allow the *trust* to come to Brazil, the increase of the possibilities of succession planning, and the rebirth of the fideicomisso as an important instrument in the system.

Keywords: Fideicomisso; *Trust*; *Trust* business; Succession planning; Fiduciary contract.

RIASSUNTO

La presente tesi esamina la possibilità di aggiornare il regolamento relativo al fedecommesso in Brasile, volto a consentire nuove modalità di successione e la strumentalizzazione del *trust* nel diritto brasiliano. A tal fine, è descritta la storia della nascita del fedecommesso e la sua implementazione in Brasile, tanto nel Codice Civile del 1916 quanto nel Codice Civile del 2002. Inoltre, è descritto anche il trust, in particolare dal punto di vista della Convenzione dell'Aia, indicando i suoi utilizzi principali, la comparsa nei paesi del Common Law, tra le altre caratteristiche. Infine, viene chiarito che è possibile modificare il regolamento del fedecommesso, in particolare per diventare negozio contrattuale e *inter vivos*, flessibile, non necessariamente di successione, e con regole conformi alla Convenzione, in merito alla figura del trust, per consentirgli l'entrata nel Paese, con l'aumento delle possibilità di pianificazione successoria, e la ricomparsa del fedecommesso come strumento importante nel sistema.

Parole chiave: Fedecommesso; Trust; Negozio fiduciario; Pianificazione successoria; Contratto fiduciario.

LISTA DE ABREVIATURAS

APL	Apelação
BACEN	Banco Central do Brasil
CC/16	Código Civil de 1916 (Lei Federal n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916)
CC/02	Código Civil de 2002 (Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002)
CDC/90	Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990)
CED/OAB	Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil
CIR	Cédula Imobiliária Real
CPC/73	Código de Processo Civil de 1973 (Lei Federal n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973)
CPC/15	Código de Processo Civil de 2015 (Lei Federal n. 13.105, de 16 de março de 2015)
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CLT/43	Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943)
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
EOAB	Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil
FPPC	Fórum Permanente de Processualistas Cíveis
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PGBL	Plano Gerador de Benefícios Livres
PL	Projeto de Lei (da Câmara dos Deputados Federais)
PLS	Projeto de Lei do Senado Federal
REsp	Recurso Especial
RE	Recurso Extraordinário
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STF	Supremo Tribunal Federal
TJ	Tribunal de Justiça, podendo vir acompanhado de UF (v.g., TJ/SP, TJ/RJ etc.)
VGBL	Vida Gerador de Benefícios Livres

LISTA DE APÊNDICES

A	Comparação entre as redações legislativas sobre fideicomisso	287
B	Comparação entre as redações legislativas sobre fideicomisso	299
C	Sistema de planejamento sucessório brasileiro	311
D	Contrato de fidúcia francês – artigos relacionados traduzidos	312
E	Administração dos bens em fideicomisso no BGB	316

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1. PANORAMA DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO NO BRASIL.....	29
1.1. Em que consiste o planejamento sucessório?	29
1.2. O planejamento sucessório é lícito?	36
1.3. Principais instrumentos jurídicos de operacionalização do planejamento sucessório	40
1.3.1. Testamento como forma de planejamento sucessório	40
1.3.2. Doação com reserva de usufruto vitalício para o doador.....	43
1.3.3. Constituição de pessoa jurídica com intuito de planejamento sucessório	45
1.3.4. Planos de previdência privada e seguros de vida como forma de planejamento sucessório	49
1.4. Apresentação do problema: situação da autonomia privada no direito sucessório brasileiro e a lacuna em nosso sistema de planejamento sucessório	53
2. O INSTITUTO DO FIDEICOMISSO	61
2.1. Fideicomisso no direito romano: a origem do instituto	61
2.2. Breve incursão sobre o tratamento do fideicomisso no estrangeiro	78
2.3. Tratamento do fideicomisso pelo Código Civil de 1916	98
3. TRATAMENTO DO FIDEICOMISSO PELO CÓDIGO CIVIL DE 2002	103
3.1. Substituições testamentárias na ótica do Código Civil de 2002	103
3.2. Natureza jurídica e conceito de fideicomisso	106
3.3. A (in)utilidade do fideicomisso no cc/02 e o desserviço da restrição do art. 1.952	111
3.4. Fideicomisso: herança substituída ou herança sucessiva?.....	117
3.5. Relações entre usufruto e fideicomisso.....	119
3.6. Deveres do fiduciário.....	123
3.7. Demais normas aplicáveis ao fideicomisso.....	129

4. O <i>TRUST</i>	135
4.1. Comentário iniciais.....	135
4.2. Breve história do <i>trust</i>	136
4.3. Definição de <i>trust</i>	144
4.4. Principais características do <i>trust</i>	145
4.5. Comparação do <i>trust</i> com outros institutos jurídicos	147
4.6. A Convenção de Haia sobre a lei aplicável ao <i>trust</i> e o seu reconhecimento	154
4.6.1. Conceitos básicos da Convenção de Haia	154
4.6.2. Lei aplicável ao <i>trust</i>	156
4.6.3. Identificação e reconhecimento do suporte fático do <i>trust</i>	157
4.7. A assimilação do <i>trust</i> por sistemas de <i>civil law</i>	160
5. A REFORMA DO FIDEICOMISSO NO BRASIL E SUA REESTRUTURAÇÃO VISANDO A POSSIBILITAR OPERAÇÃO SEMELHANTE AO <i>TRUST</i> E UM PLANEJAMENTO PATRIMONIAL E SUCESSÓRIO PLENO	177
5.1. Insuficiência atual do ordenamento jurídico brasileiro	177
5.2. Diferença entre um negócio jurídico e uma operação econômica	182
5.3. As tentativas de normatização do <i>trust</i> no Brasil	188
5.3.1. Projeto de Lei n. 3.362, de 1957	188
5.3.2. Anteprojeto de Código Civil e Projeto de Código das Obrigações .	197
5.3.3. Projeto de Lei n. 4.809/98	201
5.3.4. Projeto de novo Código Comercial	209
5.4. Premissas necessárias para a normatização do novo fideicomisso	231
5.5. Renascimento do fideicomisso: proposta de transformação do instituto para possibilitar uma estrutura semelhante ao <i>trust</i> e arranjos de planejamento sucessório	250
CONCLUSÃO	259
REFERÊNCIAS	265
APÊNDICES	285

INTRODUÇÃO

Há situações em que é bastante difícil – podendo, a depender do caso, ser impossível – levar a cabo a vontade manifestada pelo detentor de um patrimônio, com o objetivo de proteger algumas pessoas em especial, sobretudo para depois de seu falecimento, pois as previsões constantes do ordenamento jurídico vigente são insuficientes e, por vezes, impeditivas a que isso ocorra.

Por ora, dispõe-se de alguns instrumentos que permitem que o planejamento se efetive, tais como a doação da nua propriedade de patrimônio, com reserva de usufruto vitalício para o doador; a constituição de pessoa jurídica, para a qual é vertido o patrimônio, cedendo-se a nua propriedade das cotas e/ou ações – a depender da forma societária eleita – aos que se visa a beneficiar, com a manutenção do usufruto em poder do cedente; a elaboração de um testamento; a contratação de planos de previdência privada com plano de remuneração, nos padrões VGBL e PGBL, e a instituição de um fideicomisso.

No que tange à última das hipóteses – instituição de fideicomisso –, a alteração contida no Código Civil de 2002, em relação ao que previa o de 1916, dificultou a efetivação de um planejamento nos moldes da vontade externada pelo detentor do patrimônio, uma vez que a respectiva instituição passou a ser possível, apenas, a favor dos ainda não concebidos, no momento do falecimento do instituidor. E, mesmo com relação ao que se previa em 1916, o fato de o instituto ser exclusivamente uma espécie de substituição testamentária (*mortis causa*) restringe muito sua relevância prática, mesmo considerando que poderia ter grande valor para os cidadãos se se admitisse ser gerado por uma relação contratual (em vez de sucessória).

Tratar-se-á de cada um dos instrumentos antes referidos, com maior vagar, com um olhar especial para o fideicomisso, que será de grande utilidade se permitida a respectiva instituição a favor de pessoas já concebidas e por ato *inter vivos*.

Defende-se, outrossim, a adoção, no Direito brasileiro, de um novo instrumento, o *trust*, até então abasileirado na forma de um novo instituto, o

contrato fiduciário, contemplado no Projeto do Novo Código Comercial, que tramitava desde 2013, no Senado.

Entretanto, dada a similaridade entre a estrutura do fideicomisso e a do contrato fiduciário, vislumbra-se a possibilidade de unificação dos institutos sob o rótulo do primeiro, desde que o respectivo regramento seja atualizado para que deixe de ser, exclusivamente, uma modalidade de substituição testamentária e passe a ser um negócio jurídico ordinário, admitindo a forma *inter vivos*, beneficiamento de pessoas já concebidas, e com regramento que esteja em conformidade com os ditames da Convenção de Haia sobre o *trust*.

A implementação do *contrato fiduciário* por meio da alteração da legislação relativa ao fideicomisso terá diversos reflexos positivos, tais como evitar o envio de capital brasileiro para outros países, para fins de constituição de *trusts*, e trazer novas possibilidades de arranjos patrimoniais e planejamentos sucessórios.

Para alcançar os objetivos traçados para este trabalho, o capítulo 1 descreve o que é planejamento sucessório e quais os principais instrumentos para tanto, atualmente utilizados no Brasil.

O capítulo 2 apresenta o instituto do fideicomisso, descreve suas origens no Direito Romano e apresenta como foi positivado no Código Civil de 1916, incluindo breves comparações, no decorrer do texto, com a forma como fora positivado em outros países.

O capítulo 3 trata da positivação do fideicomisso no Código Civil de 2002, incluindo a descrição e a explicação das regras aplicáveis e os principais entendimentos doutrinários e jurisprudenciais sobre o assunto. As restrições práticas do instituto também são evidenciadas, sobretudo a impossibilidade do fideicomisso *inter vivos* e a restrição de que o beneficiário deva ser alguém ainda não concebido ao tempo da instituição.

O capítulo 4 acrescenta a explicação do *trust*, suas origens e as balizas de sua aplicação jurídica por meio da Convenção de Haia, que estipulou as diretrizes internacionais para a positivação nos diversos países.

Finalmente, o capítulo 5 pontua a insuficiência do atual sistema de planejamento sucessório brasileiro, destaca a importância da nacionalização do *trust*, apresenta, descreve e explica os projetos de lei que tentaram normatizá-lo no

Brasil, até o momento, e, ao final, expõe as balizas para o que seria um regramento ideal para o assunto, propondo, ao final, normas jurídicas que, assim se acredita, engrandeceriam o Direito nacional e solucionariam os problemas indicados na tese.

A tese foi elaborada por meio de pesquisas bibliográficas, análise jurisprudencial e atenção para os movimentos sociológicos envolvidos com os temas enfrentados, especialmente considerando a experiência profissional da autora na área de Direito das Sucessões. O ineditismo da tese está – crê-se – na indicação da lacuna existente nos sistemas brasileiros de planejamento sucessório e organização patrimonial; na indicação das balizas de uma nova legislação que colocaria fim a esse problema (*de lege ferenda*); e na proposição mesmo de uma redação para as normas que endereçariam adequadamente o assunto, na visão desta autora.

CONCLUSÃO

Tendo em vista os argumentos e conclusões que ao longo de todo o texto foram expostos, transcreve-se agora, na forma de parágrafos autônomos, as principais conclusões obtidas com o presente trabalho e que, acredita-se, contribuirão para a criação de uma visão mais desejável acerca dos temas expostos.

O Brasil ainda não conta com uma estrutura jurídica flexível o bastante para possibilitar arranjos que permitam um planejamento patrimonial e sucessório condizente com a realidade atual.

Essa insuficiência é maléfica ao país, pois impede o exercício pleno da autonomia da vontade dos cidadãos. Ademais, isso é um estímulo, para os que têm condições de sair do país, comprar bens no exterior e/ou planejar suas sucessões em lugares onde há maior liberdade negocial.

O negócio fiduciário previsto no Projeto de Código Comercial e o fideicomisso devem ser institutos que viabilizarão no Brasil tal planejamento. Para tanto, é preciso uma reestruturação de ambos, cujas balizas este trabalho buscou propor.

O negócio fiduciário e o fideicomisso devem conviver no sistema, sendo unificados sob o instituto de um fideicomisso reformulado e que abranja as finalidades que seriam atingidas com o negócio fiduciário e com o fideicomisso originário. A primeira dessas finalidades envolve as situações em que se deseja que um administrador beneficie determinada finalidade ou pessoa(s). A segunda, mais intimista, para quando se deseja beneficiar duas pessoas sucessivamente, ou resguardar, dentro de um grupo, determinado patrimônio, que deverá ser ao final entregue a uma pessoa específica.

Com relação ao planejamento sucessório, sabe-se que é o meio pelo qual o detentor de um patrimônio, a partir da prática de certos atos jurídicos, toma todas as providências visando à respectiva organização e preparação de sua esfera jurídica para depois de seu falecimento, com o objetivo de proteção das pessoas para tanto eleitas e/ou perpetuação dos bens componentes do monte-mor. O

planejamento sucessório tem o potencial de evitar uma série de discussões. Trata-se, pois, de importante forma legítima de minimização de conflitos dentro das famílias e de proteção e perpetuação patrimonial.

Há lacuna relevante no sistema brasileiro de planejamento sucessório que não é suprida diretamente por nenhum instituto hoje em vigor. O cidadão brasileiro padece de autonomia para beneficiar duas pessoas, simultânea ou sucessivamente, diante da conversão compulsória do fideicomisso instituído em usufruto se, quando do respectivo falecimento, o fideicomissário estiver vivo. Afora isso, inexiste autonomia, no Brasil, para proceder aos diversos arranjos negociais, contratuais e sucessórios possibilitados pelo *trust* no exterior.

Já no Direito Romano, era possível ao disponente estabelecer que o fideicomisso operaria seus efeitos sob a ocorrência de um evento futuro e incerto (condição) ou certo (termo). Se assim fosse feito, o fiduciário só estava obrigado a transferir os bens objeto de fideicomisso após a ocorrência desse fato, entregando ao fideicomissário toda a herança, uma parte ou alguns bens, conforme fosse o caso. Embora hoje essa situação tenha recebido o rótulo de *substituição* fideicomissária, os romanos nunca empregavam essa terminologia; para eles não havia substituição alguma, mas, sim, uma verdadeira *ordo successiuus* (ordem sucessiva).

É muito importante notar que o fideicomisso nasceu entre os romanos para resolver problemas práticos que, até então, não estavam abrigados entre os institutos jurídicos por eles concebidos (principalmente para endereçar o problema de beneficiar, para após a morte, aqueles que não tinham capacidade sucessória passiva). Ora, foi a necessidade e a ausência de mecanismos legais que os fizeram conceber o fideicomisso. Diante das necessidades apontadas neste trabalho e do fato de os mecanismos vigentes não estarem disponíveis para solucionar a lacuna mencionada, há de se volver, novamente, ao fideicomisso, e reestruturá-lo, para que oxigene e atualize o sistema atual.

Veja-se que o fato de o problema a ser resolvido ter uma causa sucessória no Direito Romano não significa, de modo algum, que o instituto do fideicomisso devesse ser visto como estritamente de Direito Sucessório. Pelo contrário, a relação estabelecida entre fideicomitente e fiduciário era bastante contratual e fincada na confiança. Nesse sentido, inexiste razão para não se considerar

inapropriadas as restrições legislativas que imputam a um instituto tão rico como o fideicomisso incompreensíveis restrições como a de só poder ser utilizado em âmbito sucessório; ou de não ser possível por ato *inter vivos*; ou de só poder beneficiar pessoas não nascidas e assim por diante.

A legislação dos países acerca do fideicomisso (ou institutos que lhe sejam equiparáveis) é bastante diversa entre eles. Essa disparidade entre as legislações, além de servir de inspiração e de exemplo para que alcancemos o melhor entendimento acerca de para onde queremos ir, serve para quebrar paradigmas sobre o tema. O *fideicomisso* não precisa ser um instituto necessariamente sucessório. Nesse sentido, trazendo de novo à baila a experiência francesa, as liberalidades graduais (*libéralités graduelles*) são contratos que tanto podem operar efeitos enquanto o disponente é vivo como podem, também, gerar efeitos *mortis causa*, para depois de seu falecimento. Igualmente, o Código Civil português de 1966 admite a instituição de fideicomisso como cláusula de uma doação, admitindo, portanto, o *fideicomisso inter vivos*.

O art. 1.952 do Código Civil de 2002 prestou um desserviço público ao Brasil ao restringir o fideicomisso da forma que fez. O instituto já estava engessado no Código anterior. Pela ótica da *operabilidade*, que, como se sabe, é um dos princípios norteadores do Código Civil e que tem como uma de suas concreções a ideia de que os institutos de direito civil sejam fáceis de compreender e aplicar, era de antever que o legislador abriria o instituto. Em vez disso, infelizmente, fechou as portas de sua aplicabilidade, pois o manteve na condição de substituição testamentária (sendo que, na verdade, o fideicomisso não implica uma substituição); além disso, restringiu-o ao beneficiamento de pessoas ainda não concebidas ao tempo da morte do disponente.

Aliás, não só nisso pecou o Código Civil, eis que as outras substituições são tratadas como institutos irmãos do fideicomisso, quer dizer, elas e o fideicomisso figuram como espécies do mesmo gênero, o que não faz sentido.

Diante da natureza do funcionamento jurídico do instituto do fideicomisso, e comparando-o com o funcionamento das demais substituições testamentárias, verifica-se que não é acertada a escolha de colocá-lo como espécie do gênero “substituições testamentárias”. Esses institutos são muito diversos entre si, atingem finalidades distintas, sendo que o fato de o fideicomisso tornar *possível* uma

substituição entre herdeiros ou legatários não significa que esse fator é *necessário*. Aliás, a rigor, é de indagar se realmente haveria uma *substuição*. Os romanos, criadores do instituto, não entendiam assim; os alemães não entendem assim, os franceses não entendem assim, e, realmente, por tudo o que se expôs, não há razão para que o fideicomisso continue sendo regulamentado dessa forma no Brasil. Isso restringe o âmbito de atuação desse rico instituto, que poderia e deveria estar sendo utilizado em aplicações socioeconômicas e jurídicas mais relevantes.

O fideicomisso também é negócio jurídico, pois por meio dele as pessoas se vinculam, pela declaração de suas vontades, a um negócio ao qual a lei dá juridicidade e pelo qual os envolvidos assumem determinadas obrigações. O grande problema é que, hoje, o fideicomisso é negócio jurídico porque se apresenta, no sistema jurídico brasileiro, como uma espécie de negócio testamentário, quando, na verdade, muito melhor seria que passasse a ser uma espécie de contrato.

Levando em conta o Código Civil de 2002, pode-se conceituar fideicomisso da seguinte forma: negócio jurídico pelo qual o fideicomitente testa herança e legado em favor de um primeiro herdeiro ou legatário instituído, o fiduciário, beneficiando-o com o uso e fruição dos bens, mas estipulando a ele o dever de conservação dos bens, para que posteriormente, sob certo termo ou condição, transmita-os a outra pessoa, a quem se denomina fideicomissário, que ocupa uma posição de herdeiro ou legatário sucessivo.

O *trust* é um contrato pelo qual o instituidor (*settlor*) entrega fiduciariamente bens e direitos a um administrador (*trustee*), que passa a titularizá-los e a administrá-los em prol de um beneficiário (*cestui que trust*) indicado pelo instituidor, e com o dever de, ao final, entregar a quem o instituidor indicou os bens afetados.

A objeção de que não é possível transpor para um país de *civil law* o instituto de *trust*, porque ele seria um instituto típico da *common law*, não faz mais sentido. Já há várias experiências bem-sucedidas de positivação do instituto que demonstram que é possível proceder a esse intento. A forma de fazê-lo são várias: seja pela criação de um contrato de fidúcia (modelo francês), pela criação de *trust* sem *equity* (modelo escocês) ou pela recepção do *trust* por meio do fideicomisso (modelo argentino), não há dúvida de que países de *civil law* tem ferramental suficiente para internalizar em seus ordenamentos jurídicos essa riquíssima figura.

Isso posto, embora todos esses métodos tenham seu valor, para fins da experiência brasileira, a melhor opção é endereçar esse desiderato por meio do fideicomisso.

O *trust*, enquanto *operação socioeconômica*, é um importante mecanismo de autoafirmação patrimonial e existencial e precisa ser abarcado, juridicamente, pelo Brasil. Não se trata de um estrangeirismo fruto do capricho: o *trust* realmente permite às pessoas uma possibilidade útil de planejamento sucessório. Por outro lado, essa *operação socioeconômica* não precisa ser normatizada por meio da criação de um *instituto jurídico totalmente novo no Brasil*, se a ela puder ser adaptado um instituto que já possuímos em nosso ordenamento. E é por isso que se repete: a *operação econômica do trust pode ser operacionalizada por meio do fideicomisso*.

Para que esse instituto se torne realmente útil e sirva aos interesses brasileiros, é fundamental que o novo fideicomisso atenda a, no mínimo, duas necessidades: (i) possibilite, na prática, novos arranjos sucessórios que hoje não são possíveis em razão das restrições atualmente incidentes sobre o *fideicomisso*; (ii) possibilite a instrumentalização, no Brasil, de operações que no exterior são veiculadas por meio do *trust*.

Em virtude disso, foi proposta sugestão de redação de artigos de lei para a positivação de um renovado fideicomisso, que atenda às premissas defendidas neste trabalho, possibilite um planejamento sucessório mais amplo e contemple a nacionalização do *trust* no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Felipe. Relator diz que *trusts* de Cunha serviram a “fraude” para ocultar propina. *Portal Uol Notícias*, [s.l.], 1º jun. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/06/01/relator-diz-que-trusts-de-cunha-serviram-a-fraude-para-ocultar-propina.htm>. Acesso em: 28 dez. 2019.

ARGENTINA. Códigos. *Código Civil y Comercial de la Nación*. Buenos Aires: Infojuds, 2014. Disponível em: http://www.saij.gob.ar/docs-f/codigo/Codigo_Civil_y_Comercial_de_la_Nacion.pdf. Acesso em: 7 jan. 2020.

ARIANO SUASSUNA sobre a língua inglesa *glass*. *Arthur Olinto*, [s.l.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tt1PtjUHhSg>. Acesso em: 23 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 10.520*: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 6023*: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 14724*: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Curso de direito civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 1: teoria geral do direito civil. *E-book*.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico*: existência, validade e eficácia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BAJPAI, Prableen. The world's top 10 economies. *Investopedia*, [s.l.], 7 jul. 2017. Disponível em: <https://www.investopedia.com/articles/investing/022415/worlds-top-10-economies.asp>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Vitor. Partilha em vida como forma de planejamento sucessório. In: TEIXEIRA, Daniele Chaves (coord.). *Arquitetura do planejamento sucessório*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2019. p. 417-432.

BARKER, Kit; FAIRWEATHER, Karen; GRANTHAM, Ross. *Private law in the 21st century*. London: Bloomsbury Publishing Plc, 26 jan. 2017.

BARREIRA, Wagner. Usufruto. In: FRANÇA, Rubens Limongi (coord.). *Enciclopédia Saraiva do direito*. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 76: De urbanismo a venda de disponível.

BARRETO FILHO, Oscar. *Regime jurídico das sociedades de investimento*. São Paulo: Max Limonad, 1956.

BATESON, Mary. *Medieval England: English feudal society from the Norman conquest to the middle of the fourteenth century*. New York: Putnam's Sons, 1903. Disponível em: <https://ia800200.us.archive.org/21/items/mediaevalengland00baterich/mediaevalengland00baterich.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2020.

BERGER, Adolf (Ucraniano, 1882-1962). *Encyclopedic dictionary of Roman Law: transactions of the American Philosophical Society*, v. 43, part 2. New Jersey: The Lawbook Exchange, 2004. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=iklePELtR6QC&pg=PA568&lpg=PA568&dq=heredis+loco&source=bl&ots=OjZ-BFxs_q&sig=ACfU3U2Mxz7NaBiH_5Fym1acSXdPY_9kfw&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi79uLrr-jmAhUllrkGHZ4cB5kQ6AEwBHoECBEQAQ#v=onepage&q=die%20cedens&f=false. Acesso em: 4 jan. 2020.

BEVILAQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil (CC/16), comentado por Clovis Bevilacqua*. Edição histórica. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1973. v. I.

BEVILAQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil (CC/16), comentado por Clovis Bevilacqua*. Edição histórica. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1973. v. II.

BONFANTE, Pietro. *Corso di diritto romano*. Parma: Casa Editrice, 1896. v. 1.

BONFANTE, Pietro. *Corso di diritto romano: le successioni*. Roma: Società Editrice del Foro Italiano, 1930. v. VI.

BONFANTE, Pietro. *Istituzioni di diritto romano*. 3. ed. Milano: Casa Editore Dottor Francesco Vallardi, 1896; 9. ed. 1932.

BOTTAZZI, Laura; RIN, Marco da; HELLMANN, Thomas F. The importance of trust for investment: evidence from venture capital. *Portal da Universidade de Harvard*, Massachusetts, 7 ago. 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=997934. Acesso em: 28 dez. 2019.

BRAGA, Anderson de Moraes. *O projeto de lei do novo Código Comercial e suas implicações práticas no cenário das startups*. Monografia (graduação) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/25872/1/2016_ambraga.pdf. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL (União). *Lei Federal n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações (LSA/1976). Brasília/DF (Brasil): Portal do Planalto, 1976 (ano da publicação). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 2 dez. 2019.

BRASIL (União). *Lei n. 10.406, de 10 de janeiro 2002 [CC/02 – Código Civil]*. Brasília: Congresso Nacional, 2002 [ano da publicação originária]. Disponível em: *Portal da Legislação do Governo Federal*. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 19 de junho de 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. *Anteprojeto de Código Civil de 1964*. Rio de Janeiro: Biblioteca Digital Câmara, 1963 (ano da propositura do projeto). Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/12916>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. *Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n. 1572, de 2011 do Sr. Vicente Cândido, que “institui o Código Comercial”*. Relator-Geral: Paes Landim. Brasília, Sítio eletrônico oficial da Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F750962399A27B5785C78A990436AA39.proposicoesWebExterno1?codteor=1437525&filename=Tramitacao-PL+1572/2011. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. *Projeto de Lei (PL) n. 1.572/2011*. Institui o Código Comercial. Autor: Vicente Cândido. Brasília/DF: Câmara dos Deputados Federais, 2011. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=508884>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. *Projeto de Lei (PL) n. 3.264/1965, que dispõe sobre o Código das Obrigações*. Autor: Poder Executivo. Brasília/DF: Sítio eletrônico da Câmara dos Deputados Federais, 1965 (data da proposição originária). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=211142>. Acesso em: 4 out. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. *Projeto de Lei (PL) n. 4.809/1998*. Dispõe sobre o contrato de fidúcia e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados Federais, 1998. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1D3B6F8F264C3EF6E908218969DD9E53.node1?codteor=1129151&filename=Avulso+-PL+4809/1998. Acesso em: 21 jun. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. *Projeto de Lei (PL) n. 4.809/1998*. Dispõe sobre o contrato de fidúcia e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados Federais, 1998. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=21148>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. *Projeto de Lei (PL) n. 634/1975: Código Civil*. Brasília: Câmara dos Deputados Federais, 1975. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15675>. Acesso em: 2 nov. 2019.

BRASIL. Câmara Nacional. *Projeto de Lei n. 3.362-A/57*, de 22 de outubro de 1957. Institue o fideicomisso *inter vivos*. Rio de Janeiro: Portal da Câmara dos Deputados, 4 de outubro de 1957 (data da proposição). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=212029>. Acesso em: 2 nov. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Regimento interno da Câmara dos Deputados [RICD – recurso eletrônico]*: aprovado pela Resolução n. 17, de 1989, e atualizado até a Resolução n. 12, de 2019. Brasília/DF (Brasil): Portal da Câmara dos Deputados Federais, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 [CF/88]*. Brasília: Congresso Nacional (Poder Constituinte), out. 1988. Disponível no *Portal da Legislação do Governo Federal*: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jul. 2017.

BRASIL. Senado Federal. *Código Civil, quadro comparativo 1916/2002*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70309>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Senado Federal. *Parecer (SF) n. 1, de 2018*: sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 487, de 2013, que dispõe sobre o Código Comercial. Relator: Sen. Pedro Chaves. Brasília/DF (Brasil): Portal do Senado Federal, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7894416&ts=1576596170413&disposition=inline>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 487, de 2013*. Dispõe sobre o Código Comercial. Autor: Renan Calheiros. Brasília/DF: Senado Federal, 2013. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115437>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Resolução do Senado n. 57, de 2019*. Estabelece alíquota máxima para o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação, de que trata o inciso I do *caput*, e inciso IV do § 1º do art. 155 da Constituição Federal. Relator: Sen. Oriovisto Guimarães. Brasília/DF (Brasil): Portal do Senado Federal, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137288>. Acesso em: 2 jan. 2020.

BRASIL. Senado. Parecer em avulso, de 31 de agosto de 1912, p. XVII. *Apud* BEVILAQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil (CC/16), comentado por Clovis Bevilacqua*. Edição histórica. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1973. v. II, p. 941.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – STJ. *Recurso Especial (REsp) n. 1.415.727-SC*. Relator: Luis Felipe Salomão. Quarta Turma. Incluído no Informativo de Jurisprudência n. 547. Brasília: STJ, 4 de setembro de 2014 (data do julgamento). Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisar&processo=1415727&operador=e&b=INFJ&thesaurus=JURIDICO>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – STJ. *Recurso Especial (REsp) n. 1.487.089 [caso Wanessa Camargo vs Rafinha Bastos]*. Relator: Marcos Buzzi. Quarta Turma. Brasília: STJ, 23 de junho de 2015 (data do julgamento). Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1487089&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – STJ. *Agravo regimental no agravo em recurso especial (AgRg no AREsp) n. 150.297/DF*. Relator: Sidnei Beneti. Terceira Turma. Brasília: STJ, 23 de abril de 2013 (data do julgamento). Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=150297&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – STJ. *Recurso Especial (REsp) n. 1.120.676/SC*. Relator: Massami Uyeda. Relator para o acórdão: Paulo de Tarso Sanseverino. Terceira Turma. Brasília: STJ, 7 de dezembro de 2010 (data do julgamento). Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200900175950&dt_publicacao=04/02/2011. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – STJ. *Recurso Especial (REsp) n. 1.368.123-SP 2012/0103103-3*. Relator: Ministro Sidnei Beneti, DJ 22.04.2015. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/196052671/recurso-especial-resp-1368123-sp-2012-0103103-3?ref=juris-tabs>. Acesso em: 1º jun. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – STJ. *Recurso Especial (REsp) n. 1.552.555 – RJ*. Relatora: Ministra Maria Isabel Gallotti. DJ 24.11.2015. T4, Quarta Turma. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=%22A+exist%EAnCIA+de+cl%E1usula+de+incomunicabilidade+gravando+o+bem%22&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em: 2 jun. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). *Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) n. 4.277/DF*. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília: STF, publicação em 14 de outubro de 2011, DJE n. 198.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). *Recurso Extraordinário (RE) n. 646.721/RS*. Relator: Ministro Marco Aurélio de Mello; Relator para o acórdão: Ministro Roberto Barroso. Brasília: STF, 11 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28646721%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/j9y92gj>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). *Recurso Extraordinário (RE) n. 878.694/MG*. Relator: Ministro Roberto Barroso. Brasília: STF, 6 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28878694%2E+OU+878694%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/he2a4o4>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) n. 3.510/DF*. Relator: Ayres Britto. Plenário. Brasília: STF, 29 de maio de 2008 (data do julgamento). Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%283510%2E+OU+3510%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/jdt48zg>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. União. *Lei Federal n. 10.931, de 2 de agosto de 2004*. Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei n. 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964, n. 4.728, de 14 de julho de 1965, e n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. Brasília/DF (Brasil): Portal da Legislação do Governo Federal, 2004 (ano da publicação originária). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.931.htm. Acesso em: 28 dez. 2019.

BRASIL. União. *Lei Federal n. 13.105 de 16 de março de 2015 [Código de Processo Civil – CPC]*. Brasília: Congresso Nacional, 2015. Disponível no Portal da Legislação do Governo Federal: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.105-2015?OpenDocument. Acesso em: 26 jan. 2017.

BRASIL. União. *Lei federal n. 13.874, de 20 de setembro de 2019*. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada n. 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei n. 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. Brasília/DF (Brasil): Portal da Legislação do Governo Federal, 2019 (ano da publicação originária). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13874.htm#art7. Acesso em: 26 dez. 2019.

BRASIL. União. *Lei Federal n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília/DF (Brasil): Portal da Legislação do Governo Federal, 1976 (ano da publicação originária). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm. Acesso em: 26 dez. 2019.

BRASIL. União. *Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973*: institui o Código de Processo Civil (CPC/73). Brasília: Congresso Nacional, 1973 (data da publicação originária). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869impressao.htm. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. União. *Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Brasília/DF (Brasil): Portal da Legislação do Governo Federal, 9 dez. 1976 (data da publicação originária). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6385.htm. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. União. *Lei n. 9.514, de 20 de novembro de 1997*. Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências. Brasília: Portal da Legislação do Governo Federal, 1997 (data da publicação originária). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9514.htm. Acesso em: 1º jul. 2018.

BRASIL. União. *Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916* [CC/16 – Código Civil]. Brasília: Congresso Nacional, 1916 [ano da publicação originária]. *Portal da Legislação do Governo Federal*. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%203.071-1916?OpenDocument. Acesso em: 27 out. 2017

BRASIL. União. *Medida provisória n. 2.221, de 4 de setembro de 2001*. Altera a Lei n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964, instituindo o patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias, e dá outras providências. Brasília/DF (Brasil): Portal da Legislação do Governo Federal, 2001 (ano da publicação originária). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2001/2221.htm. Acesso em: 28 dez. 2019.

BRASIL. União. *Medida provisória n. 881, de 30 de abril de 2019*. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências. Brasília/DF (Brasil): Portal da Legislação do Governo Federal, 2019 (ano da publicação originária). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv881.htm. Acesso em: 26 dez. 2019.

CARLINI, Angélica. Seguro de vida na aplicação do planejamento sucessório. In: TEIXEIRA, Daniele Chaves (coord.). *Arquitetura do planejamento sucessório*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2019.

CARTWRIGHT, Mark. Feudalism. Horsham (United Kingdom). *Ancient History Encyclopedia*, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://www.ancient.eu/Feudalism/>. Acesso em: 6 jan. 2020.

CARVALHOSA, Modesto; KUYVEN, Fernando. In: CARVALHOSA, Modesto (coord.). *Tratado de direito empresarial*. 2. ed. São Paulo: Ed. RT, 2018. v. 3: Sociedades anônimas, versão digital (versão Thomson Reuters).

CASTRO, Rodrigo R. Monteiro. Do texto: o contrato fiduciário no PSL 487/2013. *In: Novas reflexões sobre o Projeto de Código Comercial*. São Paulo: Saraiva, 2015.

COELHO, Antônio Augusto de Souza. *Da inconstitucionalidade da precificação forçada no novo regime jurídico do contrato de integração vertical no agronegócio*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

COELHO, Fábio Ulhoa. Fundamentos e tramitação do Projeto de Código Comercial. *Revista Brasileira da Advocacia*, Coord. Flávio Luiz Yarshell, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 1, v. 2, p. 19-32, jul./set. 2016.

COMO NOSSOS PAIS. Compositor e letrista: Belchior. Intérprete: Elis Regina. *In: Elis Regina: falso brilhante*. Rio de Janeiro: Philips Records, 5 jan. 1976. Recurso digital (iTunes).

CONFERÊNCIA DE HAIA DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO (HCCH). 30 – *Convenção sobre a lei aplicável ao trust e a seu reconhecimento*. Tradução: Equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) de Tradução das Convenções de Haia. Coordenação: Claudia Lima Marques e Fabio Morosini. Haia: HCCH, 1º de julho de 1985. Disponível em: <https://www.hcch.net/pt/instruments/conventions/full-text/?cid=59>. Acesso em: 21 jun. 2018.

CRETELLA JR., José. *Curso de direito romano: o direito romano e o direito civil brasileiro*. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

CUNHA É DONO de contas no exterior, diz relator antes de votação: Câmara cassou o mandato do deputado por 450 votos a 10. Ex-presidente da Casa foi acusado de mentir a CPI sobre contas no exterior. *Portal O Globo* (Caderno de Política), 12 set. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/cunha-e-dono-de-contas-no-exterior-diz-relator-antes-de-votacao.html>. Acesso em: 28 dez. 2019.

CUSSEN, Mark P. Understanding how top trust companies operate. *Investopedia*, New York, 8 ago. 2019. Disponível em: <https://www.investopedia.com/articles/retirement/08/trust-company.asp>. Acesso em: 28 dez. 2019.

DELGADO, Mário Luiz; MARINHO JR., Jânio Urbano. Fraudes no planejamento sucessório. *In: TEIXEIRA, Daniele Chaves (coord.). Arquitetura do planejamento sucessório*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2019.

DELGADO, Mário Luiz; NEVARES, Ana Luiza Maia; AGUIRRE, João Brandão; TARTUCE, Flávio (coord.). *Anteprojeto de lei para reforma do direito das sucessões*. [s.l.], Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, 25 de outubro de 2017. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/conteudo/anteprojeto_sucessoes. Acesso em: 6 jun. 2018.

DEUTSCHLAND. Bürgerliches Gesetzbuch – BGB. Berlin: [s.n.], 1881 (data do início do desenvolvimento), 1896 (data da publicação originária), 1º jan. 1900

(data do início da vigência). Disponível em: <https://www.gesetze-im-internet.de/bgb/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

DINIZ, Souza. *Código Civil alemão [Bürgerliches Gesetzbuch – BGB] de 18 de agosto de 1896 com tôdas as modificações posteriores, inclusive as da Lei da Igualdade de Direitos de 18 de junho de 1957, traduzido diretamente do alemão*. Rio de Janeiro: Distribuidora Rêcord Editôra, 1960.

DINIZ, Souza. *Código Civil italiano*: traduzido diretamente do italiano por Souza Diniz. Rio de Janeiro: Distribuidora Rêcord, 1961.

DINIZ, Souza. *Código Civil suíço de 10 de dezembro de 1907 e suas posteriores modificações e Código Federal Suíço das Obrigações*. Traduzidos diretamente do alemão por Souza Diniz. Rio de Janeiro: Distribuidora Rêcord, 1961.

ELLINKHUIZEN, Igor van. 3.1-1 – Sostituzione ordinaria e fedecommissaria. *Igor van Ellinkhuizen*, 26 maio 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1vYZFntbBfo&feature=share>. Acesso em: 4 jan. 2020.

ESCHEAT: law. In: Encyclopedia Britannica. *Portal Encyclopedia Britannica*, Chicago, [s.d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/escheat>. Acesso em: 5 jan. 2020.

ESPÍNOLA, Eduardo. *Posse, propriedade, compropriedade ou condomínio, direitos autorais*. Campinas: Bookseller, 2002.

FERRIANI, Adriano. As cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade. Coluna Civilizalhas. *Portal Migalhas*, São Paulo, 11 jan. 2012. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/Civilizalhas/94,MI147778,81042-As+clausulas+de+inalienabilidade+impenhorabilidade+e>. Acesso em: 2 jan. 2020.

FIDEJUSSÓRIA, fideicomisso. In: Origem da palavra: dicionário etimológico. *Portal Origem da Palavra*, [s.l.]: 6 maio 2016. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/pergunta/fidejussoria-fideicomisso/>. Acesso em: 4 jan. 2020.

FINKELSTEIN, Cláudio. O trust e o direito brasileiro [Trusts under Brazilian laws]. Disponível em: https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/delivery/offload/get?_=1530189049261. Acesso em: 28 jun. 2018.

FLEISCHMANN, Simone Tassinari Cardoso; TREMARIN Jr., Valter. Reflexões sobre *holding* familiar no planejamento sucessório. In: TEIXEIRA, Daniele Chaves (coord.). *Arquitetura do planejamento sucessório*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2019.

FORTIER, Mark. *The culture of equality in Early Modern England*. New York: Routledge, 2016.

FRANCE. *Code Civil* [Código Civil francês; “Código Napoleão” ou “Código Napoleônico”]. *Portal Oficial Legifrance*, Paris, 1804 (ano da publicação

originária). Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070721>. Acesso em: 16 abr. 2018.

FRANCE. Legifrance translations: Code Civil. *Portal Oficial Legifrance*, 2013 (data da última atualização). Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/Traductions/en-English/Legifrance-translations>. Acesso em: 4 jan. 2020.

FRANCE. Sénat. Proposition de loi instituant la fiducie: Rapport n. 11 (2006-2007) de M. Henri de Richemont, fait au nom de la commission des lois, déposé le 11 octobre 2006. *Portal do Senado Francês*, Paris, 11 out. 2006. Disponível em: <https://www.senat.fr/rap/l06-011/l06-0119.html#toc110>. Acesso em: 6 jan. 2020.

FRENCH, Robert (Juiz Presidente do Supremo Tribunal da Austrália). Critique and comment trusts and statutes. Palestra. *Melbourne Law School*, Melbourne, 20 maio 2015. Disponível em: https://law.unimelb.edu.au/data/assets/pdf_file/0007/1774555/07-French.pdf. Acesso em: 5 jan. 2020.

FRIEDMAN, Thomas L. *The world is flat: a brief history of the twenty-first century*. Further updated and expanded edition. New York: Picador/Farrar, Straus and Giroux, 2007.

FUX, Luiz (coord.); NEVES, Daniel Amorim Assumpção (org.). *Novo Código de Processo Civil: comparado – Lei n. 13.105/2015 (com a Lei n. 5.869/73)*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: direito das sucessões*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 7; 5. ed. 2018.

GANTI, Akhilesh. Trust fund. *Investopedia*, New York, 12 set. 2019. Disponível em: <https://www.investopedia.com/terms/t/trust-fund.asp>. Acesso em: 28 dez. 2019.

GERMAN CIVIL CODE. In: Encyclopedia Britannica. *Portal Encyclopedia Britannica*, Chicago, 28 jul. 2015. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/German-Civil-Code>. Acesso em: 4 jan. 2020.

GIRARDI, Viviane; MOREIRA, Luana Maniero. A previdência privada aberta como instrumento de planejamento sucessório. In: TEIXEIRA, Daniele Chaves (coord.). *Arquitetura do planejamento sucessório*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2019.

GLOSBE. Codicilo em latim. In: Dicionário português-latim. *Portal Glosbe*, [s.l.: s.d.]. Disponível em: <https://pt.glosbe.com/pt/la/codicilo>. Acesso em: 4 jan. 2020.

GODOY, Arnaldo. Aplicação distorcida: “É preciso adaptar arranjos institucionais importados de outros sistemas políticos”. Entrevista. *Revista Consultor Jurídico*, 3 jul. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jul-03/entrevista-arnaldo-godoy-professor-teoria-geral-estado>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de; LOUREIRO, Francisco Eduardo; BDINE JR., Hamid Charaf; AMORIM, José Roberto Neves; BARBOSA FILHO, Marcelo Fortes; ANTONINI, Mauro; CARVALHO FILHO, Milton Paulo de; ROSENVALD, Nelson; DUARTE, Nestor. *In: PELUSO, Cezar (coord.). Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*. 12. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2018, versão digital (minhabiblioteca.com).

GOMES, Orlando. Contrato de fidúcia (*trust*). *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 211.

GOMES, Orlando. *Contratos*. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

GOMES, Orlando. *Sucessões*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

GRETTON, George L. Trusts without equity. *Portal The University of Edinburgh*, Edinburgh, jul. 2000, v. 49. p. 599-620. Disponível em: https://www.academia.edu/1543803/Trusts_Without_Equity?auto=download. Acesso em: 6 jan. 2020.

HAGUE CONFERENCE ON PRIVATE INTERNATIONAL LAW (HCCH). 30. *Convention on the law applicable to trusts and on their recognition*. Hague: HCCH, 1º jul. 1985. Disponível em: <https://www.hcch.net/en/instruments/conventions/full-text/?cid=59>. Acesso em: 21 jun. 2018.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Direito sucessório brasileiro: ontem, hoje e amanhã*. Palestra proferida no Congresso Anual da Deutsch-Brasilianische Juristenvereinigung (Associação de Juristas Alemanha-Brasil), realizado na cidade de Dresden (Alemanha), de 22 a 25 de novembro de 2001. Disponível em: https://gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/Giselda/Direito.pdf. Acesso em: 25 dez. 2019.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Viver e morrer com dignidade e no que se assemelham a sucessão do cônjuge e a do companheiro à luz da doutrina e dos pronunciamentos dos tribunais? *Pensar*, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 200-212, 2016.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; CAHALI, Francisco José. *Direito das sucessões*. 5. ed. rev. São Paulo: Ed. RT, 2014.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio. Planejamento sucessório: conceito, mecanismos e limitações. *In: TEIXEIRA, Daniele Chaves (coord.). Arquitetura do planejamento sucessório*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2019.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio. Planejamento sucessório: conceito, mecanismos e limitações. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Belo Horizonte, v. 21, 2019.

HOLTHOUSE, Henry James. *A new law dictionary*. 2. ed. Philadelphia: Lea and Blanchard, 1847.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). Informações institucionais. *Institucional*. Brasília/DF (Brasil): Portal eletrônico oficial do INSS, 28 jan. 2019, 09:34 (data da última modificação). Disponível em: <https://www.inss.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/>. Acesso em: 2 jan. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *World Economic Outlook Database*. Washington, D.C.: IMF, julho de 2017. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/01/weodata/index.aspx>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ITALIA. *Codice Civile del Regno D'Italia*, in udienza del 25 giugno 1863. Torino: Tipografia Eredi Botta Palazzo Carignano, 1865. Disponível em: <https://books.google.it/books?id=QBgVAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 4 jan. 2020.

ITALIA. Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana. *GU Serie Generale n. 79 del 04-04-1942*: Regio Decreto 16 marzo 1942, n. 262. Approvazione del testo del Codice civile – Roma (Italia): Portal da Gazzetta Ufficiale Della Repubblica Italiana, 1942 (data da publicação originária). Disponível em: https://www.gazzettaufficiale.it/atto/serie_generale/caricaDettaglioAtto/originario?atto.dataPubblicazioneGazzetta=1942-04-04&atto.codiceRedazionale=042U0262&elenco30giorni=false. Acesso em: 4 jan. 2019.

ITALIA. *Regio Decreto n. 262, de 16 marzo 1942 [approvazione del testo del Codice civile]* Roma: Normattiva – Portal Oficial da legislação vigente na Itália, 1942 (ano da publicação originária). Disponível em: <http://www.altalex.com/documents/codici-altalex/2015/01/02/codice-civile>. Acesso em: 19 abr. 2018.

J.P. MORGAN. What is an investment trust? *Portal J.P. Morgan Asset Management*, New York, [s.d.]. Disponível em: <https://am.jpmorgan.com/gb/en/asset-management/gim/per/products/investment-trusts/what-is-an-investment-trust>. Acesso em: 28 dez. 2019.

JOHNSON, Ben. The Norman conquest. *Historic UK*, Budleigh Salterton, [s.d.]. Disponível em: <https://www.historic-uk.com/HistoryUK/HistoryofEngland/The-Norman-Conquest/>. Acesso em: 6 jan. 2020.

JOYCE, Gerard F. Investing trust assets: a combination of art and science. *Trust & State Planning*. New York, Fiduciary Trust International, 25 maio 2018. Disponível em: <https://www.fiduciarytrust.com/insights/commentary?commentaryPath=templatedata/gw-content/commentary/data/en-us/en-us-ftci/trust-estate/investing-trust-assets&commentaryType=TRUST%20&%20ESTATE%20PLANNING>. Acesso em: 28 dez. 2019.

KENNON, Joshua. Investing money held in trust. *Portal The Balance*, [s.l.], 25 jun. 2019. Disponível em: <https://www.thebalance.com/investing-money-held-in-trust-3957469>. Acesso em: 28 dez. 2019.

KENNON, Joshua. What is a trust fund?: The basics of using trust funds to protect and preserve wealth. *Portal The Balance*, [s.l.], 6 nov. 2019. Disponível em: <https://www.thebalance.com/what-is-a-trust-fund-357254>. Acesso em: 28 dez. 2019.

KLAYMAN, James Karp Elliot. *Real State Law*, 50. ed. Chicago: 30 South Wacker Drive, 2003.

KRIER, James E.; ALEXANDER, Gregory S.; SCHILL, Michael H.; STRAHILEVITZ, Lior Jacob. *Property*. 9. ed. Alphen aan den Rijn (Países Baixos); Wolters Kluwer, 2017. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=FAtCDwAAQBAJ&pg=PT548&lpg=PT548&dq=cestui+a+que+use+le+feoffment+fruit+fait&source=bl&ots=RpODiTFELZ&sig=ACfU3U3dMCaB7NUmEI3c5DZkEKJ3uKXSOQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiiydOi_e3mAhXcJ7kGHTjDT4Q6AEwA3oECACQAQ#v=onepage&q=cestui%20a%20que%20use%20le%20feoffment%20fruit%20fait&f=false. Acesso em: 5 jan. 2020.

LIMA, Alvino. Do fideicomisso nas doações inter-vivos. *Revista da Faculdade de Direito*, São Paulo: USP, v. 36, n. 1-2, p. 133-147, 1º jan. 1941. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/65967>. Acesso em: 5 jan. 2020.

LIMONGI FRANÇA, Rubens (coord.). *Enciclopédia Saraiva do Direito*. Edição comemorativa do Sesquicentenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil, 1827-1977. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 15.

LIMONGI FRANÇA, Rubens (coord.). *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 66: De responsabilidades nas sociedades anônimas a sanção.

LOBINGIER, Charles Sumner. Rise and fall of feudal law, art. 5, v. 18. *Cornell Law Review*, Ithaca, 2 fev. 1933. Disponível em: <https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2364&context=clr>. Acesso em: 6 jan. 2020.

LÔBO, Paulo. *Direito civil: sucessões*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 192.

MARTINS-COSTA, Judith. O *trust* e o direito brasileiro. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo: Ed. RT, v. 12, jul./set. 2017, versão digital (Thomson Reuters).

MARTINS, Thaís Cristina Leite; COSTA, Aline Gomes da. Testamento: uma necessária mudança de cultura dos brasileiros. *Portal Jus*, [s.l.], out. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/61332/testamento-uma-necessaria-mudanca-de-cultura-dos-brasileiros>. Acesso em: 25 dez. 2019.

MAXIMILIANO, Carlos. *Direito das sucessões*. 3. ed. São Paulo: Freitas Bastos, 1952. v. 2.

MEIRA, José Corrêa. *Do fideicomisso: apontamentos de um juiz sobre as substituições fideicomissarias em geral. Analyse das principaes questões*. São Paulo: Livraria Acadêmica. Saraiva & Cia. Editores, 1929.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano da existência*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2007; 20. ed. 2014.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano da eficácia*, 1ª parte. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano da validade*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2015

MENEZES CORDEIRO, Antônio Manuel da Rocha. *Do trust no direito civil*. 17. ed. Coimbra: Grupo Almeida, dez. 2016.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2020 (versão digital em portal oficial).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (MPSC). Fundação: conceito, características principais e instituição. *Portal Eletrônico do MPSC* – seção de Direitos Humanos e Terceiro Setor, Florianópolis/SC (Brasil), 2019? Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/direitos-humanos-e-terceiro-setor/fundacao-conceito-caracteristicas-principais-e-instituicao>. Acesso em: 23 out. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (MPSC). Fundação: conceito, características principais e instituição. *Portal Eletrônico do MPSC* – seção de Direitos Humanos e Terceiro Setor, Florianópolis/SC (Brasil), 2019? Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/direitos-humanos-e-terceiro-setor/fundacao-conceito-caracteristicas-principais-e-instituicao>. Acesso em: 7 jan. 2020.

MONGERAL AEGON. Entenda as diferenças entre previdência fechada e aberta. Coluna Educação Financeira. *Portal Mongeral Aegon*, Rio de Janeiro, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://www.mongeralaegon.com.br/blog/educacao-financeira/artigo/previdencia-fechada-e-aberta>. Acesso em: 2 jan. 2020.

MOREIRA ALVES, José Carlos. *Direito romano*. 18. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Formato digital e-pub (Kindle).

MUCILO, Daniela de Carvalho. O usufruto como instrumento de planejamento sucessório. In: TEIXEIRA, Daniele Chaves (coord.). *Arquitetura do planejamento sucessório*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2019. p. 417-432.

NEGRI, Sergio Marcos Carvalho de Ávila. Pessoa jurídica e planejamento sucessório: o risco da desconsideração. In: TEIXEIRA, Daniele Chaves (coord.). *Arquitetura do planejamento sucessório*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2019. p. 351-360.

NERY JR., Nelson; ANDRADE NERY, Rosa Maria de. *Código Civil comentado*. São Paulo: Ed. RT, 2014, versão digital (Thomson Reuters).

NERY JR., Nelson; PENTEADO, Luciano de Camargo. Nota dos atualizadores. In: PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte especial*. São Paulo: Ed. RT, 2012. t. XIX: direito das coisas, usufruto, uso, habitação e renda sobre imóvel.

NEVARES, Ana Luiza Maia. Perspectivas para o planejamento sucessório. In: TEIXEIRA, Daniele Chaves (coord.). *Arquitetura do planejamento sucessório*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2019. p. 385-401.

NOTAIRES DE FRANCE. Fiscalité et gestion du patrimoine. *La Fiducie*, [s.l.], 14 abr. 2017. Disponível em: <https://www.notaires.fr/fr/immobilier-fiscalite/fiscalite-et-gestion-du-patrimoine/la-fiducie>. Acesso em: 6 jan. 2020.

OLIVA, Milena Donato. Desvendando o patrimônio de afetação. *Portal do Jota*, 25 out. 2017. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/desvendando-o-patrimonio-de-afetacao-25102017>. Acesso em: 28 dez. 2019.

OLIVA, Milena Donato. Deve o *trust* ser incorporado no direito brasileiro? – até o presente momento restaram frustradas todas as iniciativas de incorporação do *trust* como instituto geral. *Portal do Jota*, 7 jan. 2018. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/deve-o-trust-ser-incorporado-no-direito-brasileiro-07012018>. Acesso em: 11 jun. 2018.

OLIVA, Milena Donato. *Patrimônio separado: herança, massa falida, securitização de créditos imobiliários, incorporação imobiliária, fundos de investimentos imobiliários, trust*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

OLIVA, Milena Donato. *Trust*. In: TEIXEIRA, Daniele Chaves (coord.). *Arquitetura do planejamento sucessório*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2019. p. 529-546.

OLIVEIRA, Ailton Soares de. O *trust* como forma de ocultação patrimonial na partilha de bens. *Portal do Colégio Notarial do Brasil*, São Paulo, 28 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.cnbsp.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=MTUxNDk=&filtro=&Data=>. Acesso em: 28 dez. 2019.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do direito civil*. Tradução Maria Cristina de Cicco. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

PIGNATA, Ana Paula de Oliveira Toniello. O uso restrito da sucessão testamentária no Brasil. *Portal Jus*, out. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/32993/o-uso-restrito-da-sucessao-testamentaria-no-brasil>. Acesso em: 25 dez. 2019.

POLLOCK, Frederick; MAITLAND, Frederic William. *The history of English Law: before the time of Edward I*. 2. ed. Clark: The Lawbook Exchange, 2008, v. 1.

POLVEIRO JR., Elton Edmundo. O uso de estrangeirismos no Brasil e o PL 1679/99. In: Senatus, v. 5. *Portal do Senado Federal*, Brasília, 2007, p. 17-23. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/99591/o%20uso%20do%20extrangeirismo%20no%20brasil.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 out. 2019.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1973. v. 58.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte especial: Atualizado por Nelson Nery Jr. e Luciano de Camargo Pentead*. São Paulo: Ed. RT, 2012. t. XIX: direito das coisas, usufruto, uso, habitação e renda sobre imóvel.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte geral. Atualizado por Ovídio Rocha Barros Sandoval*. São Paulo: Ed. RT, 2012. t. II: bens e fatos jurídicos.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte geral. Atualizado por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr*. São Paulo: Ed. RT, 2012. t. III: negócios jurídicos, representação, conteúdo, forma, prova.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte geral. Atualizado por Marcos Ehrhardt Jr. e Marcos Bernardes de Mello*. São Paulo: Ed. RT, 2013. t. V: eficácia jurídica, determinações inexas e anexas, direitos, pretensões, ações.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte geral. Atualizado por Tilman Quarch, Jefferson Carús Guedes e Otávio Luiz Rodrigues Júnior*. São Paulo: Ed. RT, 2013. t. IV: exceções, direitos mutilados, exercício dos direitos, pretensões, ações e exceções, prescrição.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado. Atualizado por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr*. São Paulo: Ed. RT, 2012. v. IV: validade, nulidade e anulabilidade.

PORTUGAL. *Código Civil*. Lisboa: [s.n.], 1966 (ano da publicação originária). Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis&so_miolo=&. Acesso em: 10 abr. 2018.

PORTUGAL. *Código Civil Portuguez*, aprovado por Carta de Lei de 1 de julho de 1867. 2. ed. oficial. [Código Seabra]. Lisboa (Portugal): Imprensa Nacional, 1868. Disponível em: <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Codigo-Civil-Portugues-de-1867.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2020.

PORTUGAL. *Decreto-Lei n. 47.344, de 25 de novembro de 1966*. Aprova o Código Civil e regula a sua aplicação [CC/1966; Código Civil Português de 1966; “Código Varela”]. Lisboa (Portugal): Portal da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (PGDL), 1966 (ano da publicação originária). Disponível em: <http://www>.

pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis&so_miolo=&. Acesso em: 2 jan. 2020.

REALE, Miguel. *Visão geral do projeto de Código Civil*. [S.l.: s.n.], s.d. Disponível em: <http://www.miguelreale.com.br/artigos/vgpcc.htm>. Acesso em: 19 jun. 2016.

REALE, Miguel. *Anteprojeto do Código Civil*. Brasília: Câmara dos Deputados Federais, 1972. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/180950>. Acesso em: 6 out. 2019.

RELIEF: medieval tax. *In: Encyclopedia Britannica. Portal Encyclopedia Britannica*, Chicago, [s.d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/relief-medieval-tax>. Acesso em: 5 jan. 2020.

REVISTA BRASILEIRA DA ADVOCACIA, ano 1, v. 2. Coord.: Flávio Luiz Yarshell. São Paulo: Revista dos Tribunais, jul./set. 2016

RODRIK, Dani. *Feasible globalizations*. Harvard University, 2002. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/18857/Feasglob.pdf>. Acesso em: 4 maio 2017.

ROSALEM JR., Laerte. A tributação das sociedades *holdings* patrimoniais. *RT*, São Paulo: Ed. RT, v. 976, p. 401-416, fev. 2017.

SCHREIBER, Flávio; TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando; MELO, Marco Aurélio Bezerra de; DELGADO, Mário Luiz. *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

SCHWEIZ [SUÍÇA]. Bundesversammlung der Schweizerischen Eidgenossenschaft [A Assembleia Federal da Confederação Suíça]. *Schweizerisches Zivilgesetzbuch, vom 10. Dezember 1907* [Código Civil Suíço, de 10 de dezembro de 1907]. Bern: Das Portal der Schweizer Regierung, 1907 (data da publicação originária). Disponível em: <https://www.admin.ch/opc/de/classified-compilation/19070042/index.html>. Acesso em: 4 jan. 2019.

SCOTLAND. Act 1921, an Act to consolidate and amend the law relating to trusts in Scotland. *Portal da Legislação Oficial do Reino Unido*, Edinburgh, 19 ago. 1921. Disponível em: <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/Geo5/11-12/58>. Acesso em: 6 jan. 2020.

SCOTLAND. Act 1961, an Act to amend the law of Scotland relating to trusts. *Portal da Legislação Oficial do Reino Unido*, Edinburgh, 27 jul. 1961. Disponível em: <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/Eliz2/9-10/57>. Acesso em: 6 jan. 2020.

SIMÃO, José Fernando. Contrato de doação e testamento como formas de planejamento sucessório. *In: TEIXEIRA, Daniele Chaves (coord.). Arquitetura do planejamento sucessório*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2019.

SOUSA, José Franklin De. *Direito das sucessões*. Joinville: Clube de Autores, 2018.

SQUIRE PATTON BOGGS, La fiducie: a form of French *trust*. *Portal La Revue*, Cleveland, 20 jun. 2007. Disponível em: https://larevue.squirepattonboggs.com/la-fiducie-a-form-of-french-trust_a1803.html. Acesso em: 6 jan. 2020.

STUBER, Walter Douglas. A legitimidade do *trust* no Brasil. *Revista de Direito Mercantil industrial, econômico e financeiro*, São Paulo: Ed. RT, 1989, n. 76.

SULÇE, Nertila. Trust as a relationship treated by common law legal systems and as a relationship treated by civil law legal systems: things in common and comparison between the two systems. *European Journal of Sustainable Development*, 34, 172. Roma (Itália): ECSDEV, 2015.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP). Previdência complementar aberta. *Portal SUSEP*, Rio de Janeiro, set. 2019 (data da última atualização). Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/planos-e-produtos/previdencia-complementar-aberta>. Acesso em: 2 jan. 2020.

TARTUCE, Flávio. *Direito civil: lei de introdução e parte geral*. 14. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. v. 1.

TARTUCE, Flávio. *Direito civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie*, 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v. 3, versão digital (minhabiblioteca.com.br).

TARTUCE, Flávio. *Direito civil: direito das coisas*. 10. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. v. 4.

TARTUCE, Flávio. *Direito civil: direito das sucessões*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v. 6, versão digital (minhabiblioteca.com.br).

TARTUCE, Flávio. O companheiro como herdeiro necessário. *Portal Migalhas*, São Paulo, 25 jul. 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI284319,31047-O+companheiro+como+herdeiro+necessario>. Acesso em: 2 jan. 2020.

TARTUCE, Flávio. O companheiro como herdeiro necessário. *Portal Migalhas*, São Paulo, 25 jul. 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI284319,31047-O+companheiro+como+herdeiro+necessario>. Acesso em: 2 jan. 2020.

TEIXEIRA, Daniele Chaves (coord.). *Arquitetura do planejamento sucessório*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2019.

TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Consolidação das Leis Civis*. Edição fac-similar. Baseada na ed. 1876. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. v. II. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496206>. Acesso em: 15 maio 2018.

TERPINS, Nicole Mattar Haddad. Algumas considerações sobre o *trust* e as perspectivas de sua assimilação no direito brasileiro. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, São Paulo: Malheiros, ano XLIX, n. 153-154, jan./jun. 2010.

TORRES, Heleno Taveira. *Trust* não pode ser usado para sonegação fiscal. Coluna Consultor Tributário. *Portal Consultor Jurídico (Conjur)*, São Paulo, 11 nov. 2015, 08:00. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-nov-11/consultor-tributario-trust-nao-usado-sonegacao-fiscal>. Acesso em: 30 dez. 2019.

TRUDEAU, Michael. Investment trusts explained: learn all about the pros and cons of investment trusts. *Portal Which*, jan. 2019. Disponível em: <https://www.which.co.uk/money/investing/types-of-investment/investment-trusts/investment-trusts-explained-agmsw3f4fnqq>. Acesso em: 28 dez. 2019.

TUCCI, José Rogério Cruz e; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de história do processo civil romano*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

VALLADÃO, Haroldo. *O direito civil, o Código Civil Brasileiro e o projeto de sua reforma*. Brasília: Câmara dos Deputados Federais, 1975. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/180950>. Acesso em: 6 out. 2019.

VANGUARD. Information about Vanguard National Trust Company and our Corporate Trustee Service. Carta para os investidores. *Portal Vanguard*, Valley Forge/PA (EUA): Disponível em: <https://www.vanguard.com/pdf/a196.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Código Civil interpretado*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VOORHIS, Scott B. Van. What is a trust? *Portal Bankrate*, New York, 4 jun. 2019. Disponível em: <https://www.bankrate.com/investing/what-is-a-trust/>. Acesso em: 28 dez. 2019.

WARDSHIP AND MARRIAGE: law. In: Encyclopedia Britannica. *Portal Encyclopedia Britannica*, Chicago, [s.d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/wardship>. Acesso em: 5 jan. 2020.

ZIMMERMANN, Reinhard; REID, Kenneth. *A history about private law in Scotland: introduction and property*. Oxford: University Press, 2000. v. 1.

APÊNDICES

A	Comparação entre as redações legislativas sobre fideicomisso	287
B	Comparação entre as redações legislativas sobre fideicomisso	299
C	Sistema de planejamento sucessório brasileiro	311
D	Contrato de fidúcia francês – artigos relacionados traduzidos	312
E	Administração dos bens em fideicomisso no BGB	316

Apêndice A

COMPARAÇÃO ENTRE AS REDAÇÕES LEGISLATIVAS SOBRE FIDEICOMISSO

Vetor de comparação/Código comparado	Code Civil Francês (Código Napoleônico, de 1804)	Código Civil Alemão (1900)	Código Civil Suíço (1907)	Código Civil Brasileiro (Código Bevilacqua, de 1916)	Codice Civile Italiano (Código Vassalli, 1942)	Código Civil Português (Código Varela, de 1966)	Código Civil Brasileiro (Código Reale, de 2002)
Referência	FRANCE. <i>Code civil</i> [Código Civil Francês; "Código Napoleão" ou "Código Napoleônico". Paris (França): Portal Oficial Legifrance, 1804 (ano da publicação originária). Disponível em: < https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070721 >. Acesso em: 16 de abril de 2018.	DEUTSCHLAND. <i>Bürgerliches Gesetzbuch – BGB</i> . Berlin: [s.n.], 1881 (data do início do desenvolvimento), 1896 (data da publicação originária), 1 jan. 1900 (data do início da vigência). Disponível em: https://www.gesetze-im-internet.de/bgb/ . Acesso em: 15 dez. 2019.	SCHWEIZ [SUÍÇA]. Bundesversammlung der Schweizerischen Eidgenossenschaft [A Assembleia Federal da Confederação Suíça]. <i>Schweizerisches Zivilgesetzbuch, vom 10. Dezember 1907</i> [Código Civil Suíço, de 10 de dezembro de 1907]. Bern (Suíça): Das Portal der Schweizer Regierung, 1907 (data da publicação originária). Disponível em: https://www.admin.ch/opc/de/classified-compilation/19070042/index.html – acesso em: 4 jan. 2019.	BRASIL. União. <i>Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916</i> [CC/16 – Código Civil]. Brasília: Congresso Nacional, 1916 [ano da publicação originária]. Disponível in Portal da Legislação do Governo Federal. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%203.071-1916?OpenDocument >. Acesso em: 27 de outubro de 2017	ITALIA. <i>Regio Decreto n. 262, de 16 marzo 1942</i> [approvazione del testo del Codice civile] Roma: Normattiva – Portal Oficial da legislação vigente na Itália, 1942 (ano da publicação originária). Disponível em: < http://www.altalex.com/documents/codici-altalex/2015/01/02/codice-civile >. Acesso em: 19 de abril de 2018.	PORTUGAL. <i>Decreto Lei n. 47.344, de 25 de novembro de 1966</i> . Aprova o Código Civil e regula a sua aplicação [CC/1966; Código Civil Português de 1966; "Código Varela"]. Lisboa (Portugal): Portal da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (PGDL), 1966 (ano da publicação originária). Disponível em: < http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis&so_miolo=& >. Acesso em: 02 de janeiro de 2020.	BRASIL. (União). <i>Lei n. 10.406, de 10 de janeiro 2002</i> [CC/02 – Código Civil]. Brasília: Congresso Nacional, 2002 [ano da publicação originária]. Disponível in Portal da Legislação do Governo Federal. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm >. Acesso em: 19 de junho de 2017.
Conceito de fideicomisso	Article 1048. (Des libéralités graduées). Une libéralité peut être grevée d'une charge comportant l'obligation pour le donataire ou le légataire de conserver les biens ou droits qui en sont l'objet et de les transmettre, à son décès, à un second gratifié, désigné dans l'acte.	§ 2100 Nacherbe. Der Erblasser kann einen Erben in der Weise einsetzen, dass dieser erst Erbe wird, nachdem zunächst ein anderer Erbe geworden ist (Nacherbe).	Art. 488 F. Nacherbeneinsetzung/l. Bezeichnung des Nacherben F. Nacherbeneinsetzung 1. Bezeichnung des Nacherben 1 Der Erblasser ist befugt, in seiner Verfügung den eingesetzten Erben als Vorerben zu verpflichten, die Erbschaft einem andern als Nacherben auszuliefern. 2 Dem Nacherben kann eine solche Pflicht nicht auferlegt werden. 3 Die gleichen Bestimmungen gelten für das Vermächtnis.	Art. 1.733. Pode também o testador instituir herdeiros ou legatários por meio de fideicomisso, impondo a um deles, o gravado ou fiduciário, a obrigação de, por sua morte, a certo tempo, ou sob certa condição, transmitir ao outro, que se qualifica de fideicomissário, a herança, ou o legado.	Art. 692. §1º ((Sostituzione fedecommissaria.)) Ciascuno dei genitori o degli altri ascendenti in linea retta o il coniuge dell'interdetto possono istituire rispettivamente il figlio, il discendente, o il coniuge con l'obbligo di conservare e restituire alla sua morte i beni anche costituenti la legittima, a favore della persona o degli enti che, sotto la vigilanza del tutore, hanno avuto cura dell'interdetto medesimo. Art. 692. §2º. La stessa disposizione si applica nel caso del minore di età, se trovasi nelle condizioni di abituale infermità di mente tali da far presumere che nel termine indicato dall'articolo 416 interverrà la pronuncia di interdizione.	Artigo 2286.º (Noção) [início da SEÇÃO IV Substituições [...] SUBSECÇÃO II Substituição fideicomissária] Diz-se substituição fideicomissária, ou fideicomisso, a disposição pela qual o testador impõe ao herdeiro instituído o encargo de conservar a herança, para que ela reverta, por sua morte, a favor de outrem; o herdeiro gravado com o encargo chama-se fiduciário, e fideicomissário o beneficiário da substituição.	Art. 1.951. Pode o testador instituir herdeiros ou legatários, estabelecendo que, por ocasião de sua morte, a herança ou o legado se transmita ao fiduciário, resolvendo-se o direito deste, por sua morte, a certo tempo ou sob certa condição, em favor de outrem, que se qualifica de fideicomissário.
Prazo do fideicomisso		§ 2109 Unwirksamwerden der Nacherbschaft (1) Die Einsetzung eines Nacherben wird mit dem Ablauf von 30 Jahren nach dem Erbfall unwirksam, wenn nicht vorher der Fall der Nacherbfolge eingetreten ist. Sie bleibt auch nach dieser Zeit wirksam, 1. wenn die Nacherbfolge für den Fall angeordnet ist, dass in der Person des Vorerben oder des Nacherben ein bestimmtes Ereignis eintritt, und derjenige, in dessen					

Vetor de comparação/Código comparado	Code Civil Francês (Código Napoleônico, de 1804)	Código Civil Alemão (1900)	Código Civil Suíço (1907)	Código Civil Brasileiro (Código Bevilacqua, de 1916)	Codice Civile Italiano (Código Vassalli, 1942)	Código Civil Português (Código Varela, de 1966)	Código Civil Brasileiro (Código Reale, de 2002)
		Person das Ereignis eintreten soll, zur Zeit des Erbfalls lebt. 2. wenn dem Vorerben oder einem Nacherben für den Fall, dass ihm ein Bruder oder eine Schwester geboren wird, der Bruder oder die Schwester als Nacherbe bestimmt ist. (2) Ist der Vorerbe oder der Nacherbe, in dessen Person das Ereignis eintreten soll, eine juristische Person, so bewendet es bei der dreißigjährigen Frist.					
Possibilidade de beneficiar os não concebidos (ou restrição a somente esta possibilidade)		§ 2101 Noch nicht gezeugter Nacherbe (1) Ist eine zur Zeit des Erbfalls noch nicht gezeugte Person als Erbe eingesetzt, so ist im Zweifel anzunehmen, dass sie als Nacherbe eingesetzt ist. Entspricht es nicht dem Willen des Erblassers, dass der Eingesetzte Nacherbe werden soll, so ist die Einsetzung unwirksam. (2) Das Gleiche gilt von der Einsetzung einer juristischen Person, die erst nach dem Erbfall zur Entstehung gelangt; die Vorschrift des § 84 bleibt unberührt					Art. 1.952. A substituição fideicomissária somente se permite em favor dos não concebidos ao tempo da morte do testador. Parágrafo único. Se, ao tempo da morte do testador, já houver nascido o fideicomissário, adquirirá este a propriedade dos bens fideicometidos, convertendo-se em usufruto o direito do fiduciário.
Possibilidade de fideicomisso inter vivos	Article 896 La disposition par laquelle une personne est chargée de conserver et de rendre à un tiers ne produit d'effet que dans le cas où elle est autorisée par la loi.					Artigo 962.º (Substituições fideicomissárias) 1. São admitidas substituições fideicomissárias nas doações. 2. A estas substituições são aplicáveis, com as necessárias correções, os artigos 2286.º e seguintes.	
Fideicomisso em convenção antenupcial						Artigo 1700.º (Disposições por morte consideradas lícitas) 1. A convenção antenupcial pode conter: a) A instituição de herdeiro ou a nomeação de legatário em favor de qualquer dos esposados, feita pelo outro esposado ou por terceiro nos termos prescritos nos lugares respectivos; b) A instituição de herdeiro ou a nomeação de legatário em favor de terceiro, feita por qualquer dos esposados. c) A renúncia recíproca à condição de herdeiro legítimo do outro cônjuge. 2. São também admitidas na convenção antenupcial cláusulas de reversão ou fideicomissárias relativas às liberalidades aí efectuadas, sem prejuízo das limitações a que genericamente estão sujeitas essas cláusulas. 3 – A estipulação referida na alínea c) do n.º 1 apenas é admitida caso o regime de bens, convencional ou imperativo, seja o da separação	
Revogabilidade do fideicomisso	Article 1055 L'auteur d'une donation graduelle peut la révoquer à l'égard du second gratifié tant que celui-ci n'a pas notifié, dans les formes requises en matière de donation, son acceptation au donateur. Par dérogation à l'article 932, la donation					Artigo 1707.º (Revogabilidade das cláusulas de reversão ou fideicomissárias) As cláusulas de reversão ou fideicomissárias previstas no n.º 2 do artigo 1700.º são revogáveis livremente e a todo o tempo pelo autor da	

Vetor de comparação/Código comparado	Code Civil Français (Código Napoleônico, de 1804)	Código Civil Alemão (1900)	Código Civil Suíço (1907)	Código Civil Brasileiro (Código Bevilacqua, de 1916)	Codice Civile Italiano (Código Vassalli, 1942)	Código Civil Português (Código Varela, de 1966)	Código Civil Brasileiro (Código Reale, de 2002)
	graduelle peut être acceptée par le second gratifié après le décès du donateur.					liberalidade.	
Possibilidade de haver pluralidade de fiduciários e/ou fideicomissários					Art. 692. §3º. Nel caso di pluralità di persone o enti di cui al primo comma i beni sono attribuiti proporzionalmente al tempo durante il quale gli stessi hanno avuto cura dell'interdetto.	Artigo 2287.º (Substituição plural) Pode haver um só ou vários fiduciários, assim como um ou vários fideicomissários.	
Forma, publicidade e efeitos do fideicomisso	Article 1049. La libéralité ainsi consentie ne peut produire son effet que sur des biens ou des droits identifiables à la date de la transmission et subsistant en nature au décès du grevé. Lorsqu'elle porte sur des valeurs mobilières, la libéralité produit également son effet, en cas d'aliénation, sur les valeurs mobilières qui y ont été subrogées. Lorsqu'elle concerne un immeuble, la charge grevant la libéralité est soumise à publicité.	§ 2139 Wirkung des Eintritts der Nacherbfolge Mit dem Eintritt des Falles der Nacherbfolge hört der Vorerbe auf, Erbe zu sein, und fällt die Erbschaft dem Nacherben an. Tradução**: (§ 2139 – Efeitos da sucessão sucessiva) Com a ocorrência do caso de sucessão sucessiva, cessa o herdeiro prévio de ser herdeiro e defere-se a herança ao herdeiro sucessivo.			Art. 2660. (Trascrizione degli acquisti a causa di morte). Chi domanda la trascrizione di un acquisto a causa di morte deve presentare, oltre l'atto indicato dall'articolo 2648, il certificato di morte dell'autore della successione e una copia o un estratto autentico del testamento, se l'acquisto segue in base a esso. Deve anche presentare una nota in doppio originale con le seguenti indicazioni: ((1) il cognome e il nome, il luogo e la data di nascita dell'erede o legatario e del defunto)). 2) la data di morte; 3) se la successione e' devoluta per legge, il vincolo che univa all'autore il chiamato e la quota a questa spettante; 4) se la successione e' devoluta per testamento, la forma e la data del medesimo, il nome del pubblico ufficiale che l'ha ricevuto o che l'ha in deposito; 5) la natura e la situazione dei beni con le indicazioni richieste dall'art. 2826; 6) la condizione o il termine, qualora siano apposti alla disposizione testamentaria, salvo il caso contemplato dal secondo comma del precedente articolo, nonche' la sostituzione fideicommissaria, qualora sia stata disposta a norma dell'art. 692.		
Limite de graus para o fideicomisso	Article 1053 Le second gratifié ne peut être soumis à l'obligation de conserver et de transmettre. Si la charge a été stipulée au-delà du premier degré, elle demeure valable mais pour le premier degré seulement.		Art. 488, 2 Dem Nacherben kann eine solche Pflicht nicht auferlegt werden. 3 Die gleichen Bestimmungen gelten für das Vermächtnis.	Art. 1.739. São nulos os fideicomissos além do segundo grau.	Art. 698. (Usufrutto successivo). La disposizione, con la quale e' lasciato a piu' persone successivamente l'usufrutto, una rendita o un'annualità, ha valore soltanto a favore di quelli che	Artigo 2288.º (Limite de validade) São nulas as substituições fideicomissárias em mais de um grau, ainda que a reversão da herança para o fideicomissário esteja subordinada a um acontecimento futuro e incerto.	Art. 1.960. A nulidade da substituição ilegal não prejudica a instituição, que valerá sem o encargo resolutório.

Vetor de comparação/Código comparado	Code Civil Francês (Código Napoleônico, de 1804)	Código Civil Alemão (1900)	Código Civil Suíço (1907)	Código Civil Brasileiro (Código Bevilacqua, de 1916)	Codice Civile Italiano (Código Vassalli, 1942)	Código Civil Português (Código Varela, de 1966)	Código Civil Brasileiro (Código Reale, de 2002)
					alla morte del testatore si trovano primi chiamati a goderne.		
Proteção da legítima no fideicomisso	Article 1054 Si le grevé est héritier réservataire du disposant, la charge ne peut être imposée que sur la quotité disponible. Le donataire peut toutefois accepter, dans l'acte de donation ou postérieurement dans un acte établi dans les conditions prévues à l'article 930, que la charge grève tout ou partie de sa réserve. Le légataire peut, dans un délai d'un an à compter du jour où il a eu connaissance du testament, demander que sa part de réserve soit, en tout ou partie, libérée de la charge. A défaut, il doit en assumer l'exécution. La charge portant sur la part de réserve du grevé, avec son consentement, bénéficie de plein droit, dans cette mesure, à l'ensemble de ses enfants nés et à naître.	§ 2104 Gesetzliche Erben als Nacherben Hat der Erblasser angeordnet, dass der Erbe nur bis zu dem Eintritt eines bestimmten Zeitpunkts oder Ereignisses Erbe sein soll, ohne zu bestimmen, wer alsdann die Erbschaft erhalten soll, so ist anzunehmen, dass als Nacherben diejenigen eingesetzt sind, welche die gesetzlichen Erben des Erblassers sein würden, wenn er zur Zeit des Eintritts des Zeitpunkts oder des Ereignisses gestorben wäre. Der Fiskus gehört nicht zu den gesetzlichen Erben im Sinne dieser Vorschrift. § 2105 Gesetzliche Erben als Vorerben (1) Hat der Erblasser angeordnet, dass der eingesetzte Erbe die Erbschaft erst mit dem Eintritt eines bestimmten Zeitpunkts oder Ereignisses erhalten soll, ohne zu bestimmen, wer bis dahin Erbe sein soll, so sind die gesetzlichen Erben des Erblassers die Vorerben. (2) Das Gleiche gilt, wenn die Persönlichkeit des Erben durch ein erst nach dem Erbfall eintretendes Ereignis bestimmt werden soll oder wenn die Einsetzung einer zur Zeit des Erbfalls noch nicht gezeugten Person oder einer zu dieser Zeit noch nicht entstandenen juristischen Person als Erbe nach § 2101 als Nacherbeinsetzung anzusehen ist.					
Incommunicabilidade dos bens fideicometidos				Art. 263. São excluídos da comunhão: I. As pensões, meios-soldos, montepios, tenças e outras rendas semelhantes. II. Os bens doados ou legados com a cláusula de incommunicabilidade e os subrogados em seu lugar. III. Os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizada a condição suspensiva. IV. O dote prometido ou constituído a filho de outro leito. V. o dote prometido ou constituído expressamente por um só dos cônjuges a filho comum. VI. As obrigações provenientes de atos ilícitos (artigos 1.518 a 1.532). VII. As dívidas anteriores		Artigo 1733.º (Bens incommunicáveis) 1. São exceptuados da comunhão: a) Os bens doados ou deixados, ainda que por conta da legítima, com a cláusula de incommunicabilidade; b) Os bens doados ou deixados com a cláusula de reversão ou fideicomissária, a não ser que a cláusula tenha caducado; c) O usufruto, o uso ou habitação, e demais direitos estritamente pessoais; d) As indemnizações devidas por factos verificados contra a pessoa de cada um dos cônjuges ou contra os seus bens próprios; e) Os seguros vencidos em favor da pessoa de cada um dos cônjuges ou para cobertura de riscos sofridos por bens próprios; f) Os vestidos, roupas e outros objectos de uso pessoal e exclusivo de cada um dos cônjuges, bem como os seus diplomas e a sua correspondência; g) As recordações de família de diminuto valor económico. h) Os animais de companhia que cada um dos cônjuges tiver ao tempo da celebração do casamento. 2. A incommunicabilidade dos bens não abrange os respectivos frutos nem o	Art. 1.668. São excluídos da comunhão: I – os bens doados ou herdados com a cláusula de incommunicabilidade e os subrogados em seu lugar; II – os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizada a condição suspensiva; III – as dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum; IV – as doações antenupciais feitas por um dos cônjuges ao outro com a cláusula de incommunicabilidade; V – Os bens referidos nos incisos V a VII do art. 1.659.

Vetor de comparação/Código comparado	Code Civil Francês (Código Napoleônico, de 1804)	Código Civil Alemão (1900)	Código Civil Suíço (1907)	Código Civil Brasileiro (Código Bevilacqua, de 1916)	Codice Civile Italiano (Código Vassalli, 1942)	Código Civil Português (Código Varela, de 1966)	Código Civil Brasileiro (Código Reale, de 2002)
				ao casamento, salvo se provierem de despesas com os seus aprestos, ou reverterem em proveito comum. VIII. As doações antenupciais feitas por um dos cônjuges ao outro, com a cláusula de incommunicabilidade (art. 312). IX. As roupas de uso pessoal, as jóias esponsalícias dadas antes do casamento pelo esposo, os livros e instrumentos de profissão e os retratos de família. X. A fiança prestada pelo marido sem outorga da mulher (arts. 178, § 9º, nº I, b, e 235, nº III).		valor das benfeitorias úteis.	
Direitos e obrigações do fideicomitente	Article 1052 Il appartient au disposant de prescrire des garanties et des sûretés pour la bonne exécution de la charge.	§ 2107 Kinderloser Vorerbe Hat der Erblasser einem Abkömmling, der zur Zeit der Errichtung der letztwilligen Verfügung keinen Abkömmling hat oder von dem der Erblasser zu dieser Zeit nicht weiß, dass er einen Abkömmling hat, für die Zeit nach dessen Tode einen Nacherben bestimmt, so ist anzunehmen, dass der Nacherbe nur für den Fall eingesetzt ist, dass der Abkömmling ohne Nachkommenschaft stirbt.	Art. 490 F. Nacherbeneinsetzung/III. Sicherungsmittel III. Sicherungsmittel 1 In allen Fällen der Nacherbeneinsetzung hat die zuständige Behörde die Aufnahme eines Inventars anzuordnen. 2 Die Auslieferung der Erbschaft an den Vorerben erfolgt, sofern ihn der Erblasser nicht ausdrücklich von dieser Pflicht befreit hat, nur gegen Sicherstellung, die bei Grundstücken durch Vormerkung der Auslieferungspflicht im Grundbuch geleistet werden kann. 3 Vermag der Vorerbe diese Sicherstellung nicht zu leisten, oder gefährdet er die Anwartschaft des Nacherben, so ist die Erbschaftsverwaltung anzuordnen.				
Direitos e obrigações do fiduciário		Transcritas em tabela separada pelo fato de o BGB/1900 ser muito minucioso quanto à administração do fideicomisso.		Art. 1.734. O fiduciário tem a propriedade da herança ou legado, mas restrita e resolúvel.	Art. 693. (Diritti e obblighi dell'istituto). L'istituto ha il godimento e la libera amministrazione dei beni che formano oggetto della sostituzione, e puo' stare in giudizio per tutte le azioni relative ai beni medesimi. Egli puo' altresì compiere tutte le innovazioni dirette ad una migliore utilizzazione dei beni. All'istituto sono comuni, in quanto applicabili, le norme concernenti l'usufruttuario.	Artigo 2290.º (Direitos e obrigações do fiduciário) 1. O fiduciário tem o gozo e a administração dos bens sujeitos ao fideicomisso. 2. São extensivas ao fiduciário, no que não for incompatível com a natureza do fideicomisso, as disposições legais relativas ao usufruto. 3. O caso julgado constituído em acção relativa aos bens sujeitos ao fideicomisso não é oponível ao fideicomissário se ele não interveio nela.	Art. 1.953. O fiduciário tem a propriedade da herança ou legado, mas restrita e resolúvel.
Direitos dos credores do fiduciário			Art. 491 F. Nacherbeneinsetzung/IV. Rechtsstellung/1. Des Vorerben IV. Rechtsstellung 1. Des Vorerben		Art. 695. (Diritti dei creditori personali dell'istituto). I creditori personali dell'istituto possono agire soltanto sui	Artigo 2292.º (Direitos dos credores pessoais do fiduciário) Os credores pessoais do fiduciário não têm o direito de se pagar pelos bens	

Vetor de comparação/Có digo comparado	Code Civil Francês (Código Napoleônico, de 1804)	Código Civil Alemão (1900)	Código Civil Suíço (1907)	Código Civil Brasileiro (Código Bevilacqua, de 1916)	Codice Civile Italiano (Código Vassalli, 1942)	Código Civil Português (Código Varela, de 1966)	Código Civil Brasileiro (Código Reale, de 2002)
			1 Der Vorerbe erwirbt die Erbschaft wie ein anderer eingesetzter Erbe. 2 Er wird Eigentümer der Erbschaft unter der Pflicht zur Auslieferung.		frutti dei beni che formano oggetto della sostituzione.	sujeitos ao fideicomisso, mas tão- somente pelos seus frutos.	
Alienação, oneração e disposição de bens		§ 2112 Verfügungsrecht des Vorerben Der Vorerbe kann über die zur Erbschaft gehörenden Gegenstände verfügen, soweit sich nicht aus den Vorschriften der §§ 2113 bis 2115 ein anderes ergibt. § 2113 Verfügungen über Grundstücke, Schiffe und Schiffsbauwerke; Schenkungen (1) Die Verfügung des Vorerben über ein zur Erbschaft gehörendes Grundstück oder Recht an einem Grundstück oder über ein zur Erbschaft gehörendes eingetragenes Schiff oder Schiffsbauwerk ist im Falle des Eintritts der Nacherbfolge insoweit unwirksam, als sie das Recht des Nacherben vereiteln oder beeinträchtigen würde. (2) Das Gleiche gilt von der Verfügung über einen Erbschaftsgegenstand, die unentgeltlich oder zum Zwecke der Erfüllung eines von dem Vorerben erteilten Schenkungsversprechens erfolgt. Ausgenommen sind Schenkungen, durch die einer sittlichen Pflicht oder einer auf den Anstand zu nehmenden Rücksicht entsprochen wird. (3) Die Vorschriften zugunsten derjenigen, welche Rechte von einem Nichtberechtigten herleiten, finden entsprechende Anwendung. § 2114 Verfügungen über Hypothekenforderungen, Grund- und Rentenschulden Gehört zur Erbschaft eine Hypothekenforderung, eine Grundschuld, eine Rentenschuld oder eine Schiffshypothekenforderung, so steht die Kündigung und die Einziehung dem Vorerben zu. Der Vorerbe kann jedoch nur verlangen, dass das Kapital an ihn nach Beibringung der Einwilligung des Nacherben gezahlt oder dass es für ihn und den Nacherben hinterlegt wird. Auf andere Verfügungen über die Hypothekenforderung, die Grundschuld, die Rentenschuld oder die Schiffshypothekenforderung finden die Vorschriften des § 2113 Anwendung. §2115 Zwangsvollstreckungsverfügungen gegen Vorerben Eine Verfügung über einen Erbschaftsgegenstand, die im Wege der Zwangsvollstreckung oder der Arrestvollziehung oder durch den Insolvenzverwalter erfolgt, ist im Falle des Eintritts der Nacherbfolge insoweit unwirksam, als sie das Recht des Nacherben vereiteln oder beeinträchtigen würde. Die Verfügung ist unbeschränkt wirksam, wenn der Anspruch eines Nachlassgläubigers oder ein an einem Erbschaftsgegenstand bestehendes Recht geltend gemacht wird, das im Falle des		Art. 694. (Alienazione dei beni). L'autorita' giudiziaria puo' consentire l'alienazione dei beni che formano oggetto della sostituzione in caso di utilita' evidente, disponendo il reimpiego delle somme ricavate. Puo' anche essere consentita, con le necessarie cautele, la costituzione d'ipoteche sui beni medesimi a garanzia di crediti destinati a miglioramenti e trasformazioni fondiarie.	Artigo 2291.º (Alienação ou oneração de bens) 1. Em caso de evidente necessidade ou utilidade para os bens da substituição, pode o tribunal autorizar, com as devidas cauteladas, a alienação ou oneração dos bens sujeitos ao fideicomisso. 2. Nas mesmas condições, pode o tribunal autorizar a alienação ou oneração em caso de evidente necessidade ou utilidade para o fiduciário, contanto que os interesses do fideicomissário não sejam afectados.		

Vetor de comparação/Có digo comparado	Code Civil Francês (Código Napoleônico, de 1804)	Código Civil Alemão (1900)	Código Civil Suíço (1907)	Código Civil Brasileiro (Código Bevilacqua, de 1916)	Codice Civile Italiano (Código Vassalli, 1942)	Código Civil Português (Código Varela, de 1966)	Código Civil Brasileiro (Código Reale, de 2002)
		<p>Eintritts der Nacherbfolge dem Nacherben gegenüber wirksam ist.</p> <p>§ 2116 Hinterlegung von Wertpapieren (1) Der Vorerbe hat auf Verlangen des Nacherben die zur Erbschaft gehörenden Inhaberpapiere nebst den Erneuerungsscheinen bei einer Hinterlegungsstelle mit der Bestimmung zu hinterlegen, dass die Herausgabe nur mit Zustimmung des Nacherben verlangt werden kann. Die Hinterlegung von Inhaberpapieren, die nach § 92 zu den verbrauchbaren Sachen gehören, sowie von Zins-, Renten- oder Gewinnanteilscheinen kann nicht verlangt werden. Den Inhaberpapieren stehen Orderpapiere gleich, die mit Blankoindossament versehen sind.</p> <p>(2) Über die hinterlegten Papiere kann der Vorerbe nur mit Zustimmung des Nacherben verfügen.</p> <p>§ 2117 Umschreibung; Umwandlung Der Vorerbe kann die Inhaberpapiere, statt sie nach § 2116 zu hinterlegen, auf seinen Namen mit der Bestimmung umschreiben lassen, dass er über sie nur mit Zustimmung des Nacherben verfügen kann. Sind die Papiere vom Bund oder von einem Land ausgestellt, so kann er sie mit der gleichen Bestimmung in Buchforderungen gegen den Bund oder das Land umwandeln lassen.</p> <p>§ 2118 Sperrvermerk im Schuldbuch Gehören zur Erbschaft Buchforderungen gegen den Bund oder ein Land, so ist der Vorerbe auf Verlangen des Nacherben verpflichtet, in das Schuldbuch den Vermerk eintragen zu lassen, dass er über die Forderungen nur mit Zustimmung des Nacherben verfügen kann.</p> <p>§ 2119 Anlegung von Geld Geld, das nach den Regeln einer ordnungsmäßigen Wirtschaft dauernd anzulegen ist, darf der Vorerbe nur nach den für die Anlegung von Mündelgeld geltenden Vorschriften anlegen.</p> <p>§ 2120 Einwilligungspflicht des Nacherben Ist zur ordnungsmäßigen Verwaltung, insbesondere zur Berichtigung von Nachlassverbindlichkeiten, eine Verfügung erforderlich, die der Vorerbe nicht mit Wirkung gegen den Nacherben vornehmen kann, so ist der Nacherbe dem Vorerben gegenüber verpflichtet, seine Einwilligung zu der Verfügung zu erteilen. Die Einwilligung ist auf Verlangen in öffentlich beglaubigter Form zu erklären. Die Kosten der Beglaubigung fallen dem Vorerben zur Last.</p>					
Prestação de contas pelo fiduciário		<p>§ 2121 Verzeichnis der Erbschaftsgegenstände (1) Der Vorerbe hat dem Nacherben auf Verlangen ein Verzeichnis der zur Erbschaft gehörenden Gegenstände mitzuteilen. Das</p>		Art. 1.734, Parágrafo único. É obrigado, porém, a proceder ao inventário dos bens gravados, e, se lhe exigir			Art. 1.953, Parágrafo único. O fiduciário é obrigado a proceder ao inventário dos bens gravados, e a prestar caução de restitui-los se o exigir o fideicomissário.

Vetor de comparação/Código comparado	Code Civil Français (Código Napoleônico, de 1804)	Código Civil Alemão (1900)	Código Civil Suíço (1907)	Código Civil Brasileiro (Código Bevilacqua, de 1916)	Codice Civile Italiano (Código Vassalli, 1942)	Código Civil Português (Código Varela, de 1966)	Código Civil Brasileiro (Código Reale, de 2002)
		Verzeichnis ist mit der Angabe des Tages der Aufnahme zu versehen und von dem Vorerben zu unterzeichnen; der Vorerbe hat auf Verlangen die Unterzeichnung öffentlich beglaubigen zu lassen. (2) Der Nacherbe kann verlangen, dass er bei der Aufnahme des Verzeichnisses zugezogen wird. (3) Der Vorerbe ist berechtigt und auf Verlangen des Nacherben verpflichtet, das Verzeichnis durch die zuständige Behörde oder durch einen zuständigen Beamten oder Notar aufnehmen zu lassen. (4) Die Kosten der Aufnahme und der Beglaubigung fallen der Erbschaft zur Last. § 2122 Feststellung des Zustands der Erbschaft Der Vorerbe kann den Zustand der zur Erbschaft gehörenden Sachen auf seine Kosten durch Sachverständige feststellen lassen. Das gleiche Recht steht dem Nacherben zu.		o fideicomissário, a prestar caução de restitui-los.			
Restituição dos bens fideicometidos ao fideicomissário	Article 1050 Les droits du second gratifié s'ouvrent à la mort du grevé. Toutefois, le grevé peut abandonner, au profit du second gratifié, la jouissance du bien ou du droit objet de la libéralité. Cet abandon anticipé ne peut préjudicier aux créanciers du grevé antérieurs à l'abandon, ni aux tiers ayant acquis, de ce dernier, un droit sur le bien ou le droit abandonné. Tradução livre: Artigo 1050. Os direitos do segundo beneficiário estão abertos ao falecimento do onerado. No entanto, a parte onerada pode renunciar à fruição do bem ou direito que é objeto da doação em favor do segundo beneficiário. Essa renúncia antecipada não pode prejudicar os credores da parte onerada antes da renúncia, nem terceiros que tenham adquirido um direito sobre a propriedade ou direito renunciado. Article 1051 Le second gratifié est réputé tenir ses droits de l'auteur de la libéralité. Il en va de même de ses héritiers lorsque ceux-ci recueillent la libéralité dans les conditions prévues à l'article 1056.	§ 2106 Eintritt der Nacherbfolge (1) Hat der Erblasser einen Nacherben eingesetzt, ohne den Zeitpunkt oder das Ereignis zu bestimmen, mit dem die Nacherbfolge eintreten soll, so fällt die Erbschaft dem Nacherben mit dem Tode des Vorerben an. (2) Ist die Einsetzung einer noch nicht gezeugten Person als Erbe nach § 2101 Abs. 1 als Nacherbeinsetzung anzusehen, so fällt die Erbschaft dem Nacherben mit dessen Geburt an. Im Falle des § 2101 Abs. 2 tritt der Anfall mit der Entstehung der juristischen Person ein.	Art. 489 F. Nacherbeinsetzung/II. Zeitpunkt der Auslieferung II. Zeitpunkt der Auslieferung 1 Als Zeitpunkt der Auslieferung ist, wenn die Verfügung es nicht anders bestimmt, der Tod des Vorerben zu betrachten. 2 Wird ein anderer Zeitpunkt genannt, und ist dieser zur Zeit des Todes des Vorerben noch nicht eingetreten, so geht die Erbschaft gegen Sicherstellung auf die Erben des Vorerben über. 3 Kann der Zeitpunkt aus irgendeinem Grunde nicht mehr eintreten, so fällt die Erbschaft vorbehaltlos an die Erben des Vorerben.		Art. 696. ((Devoluzione al sostituto.)) ((L'eredità si devolve al sostituto al momento della morte dell'istituto. Se le persone o gli enti che hanno avuto cura dell'incapace muoiono o si estinguono prima della morte di lui, i beni o la porzione dei beni che spetterebbe loro e' devoluta ai successori legittimi dell'incapace)).	Artigo 2293.º (Devolução da herança ao fideicomissário) 1. A herança devolve-se ao fideicomissário no momento da morte do fiduciário. 2. Se o fideicomissário não puder ou não quiser aceitar a herança, fica sem efeito a substituição, e a titularidade dos bens hereditários considera-se adquirida definitivamente pelo fiduciário desde a morte do testador.	
Aceitação da liberalidade pelo fideicomissário				Art. 1.736. Se o fideicomissário aceitar a herança ou legado, terá direito à parte que, ao fiduciário, em qualquer tempo crescer.		Artigo 2059.º (Caducidade) [dentro de CAPÍTULO IV Aceitação da herança] 1. O direito de aceitar a herança caduca ao fim de dez anos, contados desde que o sucessível tem conhecimento de haver sido a ela chamado. 2. No caso de instituição sob condição suspensiva, o prazo conta-se a partir do conhecimento da verificação da condição; no caso de substituição	Art. 1.956. Se o fideicomissário aceitar a herança ou o legado, terá direito à parte que, ao fiduciário, em qualquer tempo crescer. Art. 1.954. Salvo disposição em contrário do testador, se o fiduciário renunciar a herança ou o legado, defere-se ao fideicomissário o poder de aceitar.

Vetor de comparação/Código comparado	Code Civil Français (Código Napoleônico, de 1804)	Código Civil Alemão (1900)	Código Civil Suíço (1907)	Código Civil Brasileiro (Código Bevilacqua, de 1916)	Codice Civile Italiano (Código Vassalli, 1942)	Código Civil Português (Código Varela, de 1966)	Código Civil Brasileiro (Código Reale, de 2002)
						fideicomissária, a partir do conhecimento da morte do fiduciário ou da extinção da pessoa colectiva.	
Renúncia, recusa ou falecimento do fideicomissário	Article 1056 Lorsque le second gratifié prédécède au grevé ou renonce au bénéfice de la libéralité graduelle, les biens ou droits qui en faisaient l'objet dépendent de la succession du grevé, à moins que l'acte prévoit expressément que ses héritiers pourront la recueillir ou désigne un autre second gratifié.	§ 2108 Erbfähigkeit; Vererblichkeit des Nacherbrechts (1) Die Vorschrift des § 1923 findet auf die Nacherbfolge entsprechende Anwendung. (2) Stirbt der eingesetzte Nacherbe vor dem Eintritt des Falles der Nacherbfolge, aber nach dem Eintritt des Erbfalls, so geht sein Recht auf seine Erben über, sofern nicht ein anderer Wille des Erblassers anzunehmen ist. Ist der Nacherbe unter einer aufschiebenden Bedingung eingesetzt, so bewendet es bei der Vorschrift des § 2074.	Art. 492 F. Nacherbeneinsetzung/IV. Rechtsstellung/2. Des Nacherben 2. Des Nacherben 1 Der Nacherbe erwirbt die Erbschaft des Erblassers, wenn er den für die Auslieferung bestimmten Zeitpunkt erlebt hat. 2 Erlebt er diesen Zeitpunkt nicht, so verbleibt die Erbschaft, wenn der Erblasser nicht anders verfügt hat, dem Vorerben. 3 Erlebt der Vorerbe den Tod des Erblassers nicht, oder ist er erbunwürdig, oder schlägt er die Erbschaft aus, so fällt sie an den Nacherben.	Art. 1.735. O fideicomissário pode renunciar a herança, ou legado, e, neste caso, o fideicomisso caduca, ficando os bens propriedade pura do fiduciário, se não houver disposição contrária do testador. Art. 1.738. Caduca o fideicomisso, se o fideicomissário morrer antes do fiduciário, ou antes de realizar-se a condição resolutória do direito deste último. Neste caso a propriedade consolida-se no fiduciário nos termos do art. 1.735.		Artigo 2293.º (Devolução da herança ao fideicomissário) [...] 3. Não podendo ou não querendo o fiduciário aceitar a herança, a substituição, no silêncio do testamento, converte-se de fideicomissária em directa, dando-se a devolução da herança a favor do fideicomissário, com efeito desde o óbito do testador.	Art. 1.955. O fideicomissário pode renunciar a herança ou o legado, e, neste caso, o fideicomisso caduca, deixando de ser resolúvel a propriedade do fiduciário, se não houver disposição contrária do testador.
Direitos e deveres do Fideicomissário		§ 2110 Umfang des Nacherbrechts (1) Das Recht des Nacherben erstreckt sich im Zweifel auf einen Erbteil, der dem Vorerben infolge des Wegfalls eines Miterben anfällt. (2) Das Recht des Nacherben erstreckt sich im Zweifel nicht auf ein dem Vorerben zugewendetes Vorausvermächtnis.		Art. 1.737. O fideicomissário responde pelos encargos da herança que ainda restarem, quando vier à sucessão.		Artigo 2294.º (Actos de disposição do fideicomissário) O fideicomissário não pode aceitar ou repudiar a herança, nem dispor dos bens respectivos, mesmo por título oneroso, antes de ela lhe ser devolvida.	Art. 1.957. Ao sobrevir a sucessão, o fideicomissário responde pelos encargos da herança que ainda restarem.
Efeitos da nulidade da designação do fideicomissário				Art. 1.740. A nulidade da substituição ilegal não prejudica a instituição, que valerá sem o encargo resolutório.		Artigo 2289.º (Nulidade da substituição) A nulidade da substituição fideicomissária não envolve a nulidade da instituição ou da substituição anterior; apenas se tem por não escrita a cláusula fideicomissária, salvo se o contrário resultar do testamento.	Art. 1.960. A nulidade da substituição ilegal não prejudica a instituição, que valerá sem o encargo resolutório.
Fideicomisso irregular		§ 2103 Anordnung der Herausgabe der Erbschaft Hat der Erblasser angeordnet, dass der Erbe mit dem Eintritt eines bestimmten Zeitpunkts oder Ereignisses die Erbschaft einem anderen herausgeben soll, so ist anzunehmen, dass der andere als Nacherbe eingesetzt ist.				Artigo 2295.º (Fideicomissos irregulares) 1. São havidas como fideicomissárias: a) As disposições pelas quais o testador proíba o herdeiro de dispor dos bens hereditários, seja por acto entre vivos, seja por acto de última vontade; c) As disposições pelas quais o testador chame alguém aos bens deixados a uma pessoa colectiva, para o caso de esta se extinguir. 2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, são havidos como fideicomissários os herdeiros legítimos do fiduciário. 3. Aos fideicomissos previstos neste artigo são aplicáveis as disposições dos artigos antecedentes; mas, nos casos das alíneas b) e c) do n.º 1, o fiduciário pode dispor dos bens por acto entre vivos, independentemente de autorização judicial, se obtiver o	

Vetor de comparação/Código comparado	Code Civil Français (Código Napoleônico, de 1804)	Código Civil Alemão (1900)	Código Civil Suíço (1907)	Código Civil Brasileiro (Código Bevilacqua, de 1916)	Codice Civile Italiano (Código Vassalli, 1942)	Código Civil Português (Código Varela, de 1966)	Código Civil Brasileiro (Código Reale, de 2002)
						consentimento do fideicomissário.	
Fideicomisso residual	<p>Article 1057. Il peut être prévu dans une libéralité qu'une personne sera appelée à recueillir ce qui subsistera du don ou legs fait à un premier gratifié à la mort de celui-ci.</p> <p>Article 1058 La libéralité résiduelle n'oblige pas le premier gratifié à conserver les biens reçus. Elle l'oblige à transmettre les biens subsistants.</p> <p>Lorsque les biens, objets de la libéralité résiduelle, ont été aliénés par le premier gratifié, les droits du second bénéficiaire ne se reportent ni sur le produit de ces aliénations ni sur les nouveaux biens acquis.</p> <p>Article 1059 Le premier gratifié ne peut disposer par testament des biens donnés ou légués à titre résiduel.</p> <p>La libéralité résiduelle peut interdire au premier gratifié de disposer des biens par donation entre vifs.</p> <p>Toutefois, lorsqu'il est héritier réservataire, le premier gratifié conserve la possibilité de disposer entre vifs ou à cause de mort des biens qui ont été donnés en avancement de part successorale.</p> <p>Article 1060 Le premier gratifié n'est pas tenu de rendre compte de sa gestion au disposant ou à ses héritiers.</p> <p>Article 1061 Les dispositions prévues aux articles 1049, 1051, 1052, 1055 et 1056 sont applicables aux libéralités résiduelles.</p>	<p>§ 2137 Auslegungsregel für die Befreiung (1) Hat der Erblasser den Nacherben auf dasjenige eingesetzt, was von der Erbschaft bei dem Eintritt der Nacherbfolge übrig sein wird, so gilt die Befreiung von allen in § 2136 bezeichneten Beschränkungen und Verpflichtungen als angeordnet.</p> <p>(2) Das Gleiche ist im Zweifel anzunehmen, wenn der Erblasser bestimmt hat, dass der Vorerbe zur freien Verfügung über die Erbschaft berechtigt sein soll.</p> <p>Tradução**: (§ 2137 – Instituição no que restar)</p> <p>Se o testador instituir um herdeiro sucessivo naquilo que reste da herança na ocorrência da sucessão sucessiva, considerar-se-á como estabelecida a liberação de todas as limitações e compromissos assinados no § 2136.</p> <p>O mesmo, na dúvida, deve-se admitir, quando o testador tiver estabelecido que o herdeiro prévio deva estar autorizado à livre disposição da herança.</p>				<p>Artigo 2295.º (Fideicomissos irregulares) [...] b) As disposições pelas quais o testador chame alguém ao que restar da herança por morte do herdeiro; [...] 3. Aos fideicomissos previstos neste artigo são aplicáveis as disposições dos artigos antecedentes; mas, nos casos das alíneas b) e c) do n.º 1, o fiduciário pode dispor dos bens por acto entre vivos, independentemente de autorização judicial, se obtiver o consentimento do fideicomissário.</p>	
Substituição real		<p>§ 2111 Unmittelbare Ersetzung (1) Zur Erbschaft gehört, was der Vorerbe auf Grund eines zur Erbschaft gehörenden Rechts oder als Ersatz für die Zerstörung, Beschädigung oder Entziehung eines Erbschaftsgegenstands oder durch Rechtsgeschäft mit Mitteln der Erbschaft erwirbt, sofern nicht der Erwerb ihm als Nutzung gebührt. Die Zugehörigkeit einer durch Rechtsgeschäft erworbenen Forderung zur Erbschaft hat der Schuldner erst dann gegen sich gelten zu lassen, wenn er von der Zugehörigkeit Kenntnis erlangt; die Vorschriften der §§ 406 bis 408 finden entsprechende Anwendung.</p> <p>(2) Zur Erbschaft gehört auch, was der Vorerbe dem Inventar eines erbchaftlichen Grundstücks einverleibt.</p>					
Compartilhamento de regras entre fideicomisso e legado			Art. 488, 3 Die gleichen Bestimmungen gelten für das Vermächtnis.		Art. 697. (Sostituzione fedecommissaria nei legati). Le norme stabilite in questa sezione sono applicabili anche	Artigo 2296.º (Substituição fideicomissária nos legados) O disposto na presente subsecção é aplicável aos legados.	

Vetor de comparação/Código comparado	Code Civil Français (Código Napoleônico, de 1804)	Código Civil Alemão (1900)	Código Civil Suíço (1907)	Código Civil Brasileiro (Código Bevilacqua, de 1916)	Codice Civile Italiano (Código Vassalli, 1942)	Código Civil Português (Código Varela, de 1966)	Código Civil Brasileiro (Código Reale, de 2002)
					ai legati.		
Extinção do fideicomisso e/ou condições negativas de seu aperfeiçoamento					Art. 692. §4º. La sostituzione e' priva di effetto nel caso in cui l'interdizione sia negata o il relativo procedimento non sia iniziato entro due anni dal raggiungimento della maggiore eta' del minore abitualmente infermo di mente. E' anche priva di effetto nel caso di revoca dell'interdizione o rispetto alle persone o agli enti che abbiano violato gli obblighi di assistenza.		Art. 1.958. Caduca o fideicomisso se o fideicomissário morrer antes do fiduciário, ou antes de realizar-se a condição resolutória do direito deste último; nesse caso, a propriedade consolida-se no fiduciário, nos termos do art. 1.955.
Caso de dúvida do tipo de substituição que é realizada		§ 2102 Nacherbe und Ersatzerbe (1) Die Einsetzung als Nacherbe enthält im Zweifel auch die Einsetzung als Ersatzerbe. (2) Ist zweifelhaft, ob jemand als Ersatzerbe oder als Nacherbe eingesetzt ist, so gilt er als Ersatzerbe.					
Outras disposições		§ 2140 Verfügungen des Vorerben nach Eintritt der Nacherbfolge Der Vorerbe ist auch nach dem Eintritt des Falles der Nacherbfolge zur Verfügung über Nachlassgegenstände in dem gleichen Umfang wie vorher berechtigt, bis er von dem Eintritt Kenntnis erlangt oder ihn kennen muss. Ein Dritter kann sich auf diese Berechtigung nicht berufen, wenn er bei der Vornahme eines Rechtsgeschäfts den Eintritt kennt oder kennen muss. § 2141 Unterhalt der werdenden Mutter eines Nacherben Ist bei dem Eintritt des Falles der Nacherbfolge die Geburt eines Nacherben zu erwarten, so findet auf den Unterhaltsanspruch der Mutter die Vorschrift des § 1963 entsprechende Anwendung. § 2142 Ausschlagung der Nacherbschaft (1) Der Nacherbe kann die Erbschaft ausschlagen, sobald der Erbfall eingetreten ist. (2) Schlägt der Nacherbe die Erbschaft aus, so verbleibt sie dem Vorerben, soweit nicht der Erblasser ein anderes bestimmt hat. § 2143 Wiederaufleben erloschener Rechtsverhältnisse Tritt die Nacherbfolge ein, so gelten die infolge des Erbfalls durch Vereinigung von Recht und Verbindlichkeit oder von Recht und Belastung erloschenen Rechtsverhältnisse als nicht erloschen. § 2144 Haftung des Nacherben für Nachlassverbindlichkeiten (1) Die Vorschriften über die Beschränkung der Haftung des Erben für die Nachlassverbindlichkeiten gelten auch für den Nacherben; an die Stelle des Nachlasses tritt dasjenige, was der Nacherbe aus der Erbschaft erlangt, mit Einschluss der ihm gegen den Vorerben als solchen zustehenden Ansprüche. (2) Das von dem Vorerben errichtete Inventar kommt auch dem Nacherben zustatten. (3) Der Nacherbe kann sich dem Vorerben gegenüber auf die Beschränkung seiner	Art. 492a1F. Nacherbeneinsetzung/V. Urteilsunfähige Nachkommen V. Urteilsunfähige Nachkommen 1 Ist ein Nachkomme dauernd urteilsunfähig und hinterlässt er weder Nachkommen noch einen Ehegatten, so kann der Erblasser eine Nacherbeneinsetzung auf den Überrest anordnen. 2 Die Nacherbeneinsetzung fällt von Gesetzes wegen dahin, wenn der Nachkomme wider Erwarten urteilsfähig wird. – Eingefügt durch Ziff. I 2 des BG vom 19. Dez. 2008 (Erwachsenenschutz, Personenrecht und Kindesrecht), in Kraft seit 1. Jan. 2013 (AS 2011 725; BBl 2006 7001).	Art. 699. (Premi di nuzialita', opere di assistenza e simili). E' valida la disposizione testamentaria avente per oggetto l'erogazione periodica, in perpetuo o a tempo, di somme determinate per premi di nuzialita' o di natalita', sussidi per l'avviamento a una professione o a un'arte, opere di assistenza, o per altri fini di pubblica utilita', a favore di persone da scegliersi entro una determinata categoria o tra i discendenti di determinate famiglie. Tali annualita' possono riscattarsi secondo le norme dettate in materia di rendita.			

Vetor de comparação/Código comparado	Code Civil Francês (Código Napoleônico, de 1804)	Código Civil Alemão (1900)	Código Civil Suíço (1907)	Código Civil Brasileiro (Código Bevilacqua, de 1916)	Codice Civile Italiano (Código Vassalli, 1942)	Código Civil Português (Código Varela, de 1966)	Código Civil Brasileiro (Código Reale, de 2002)
		<p>Haftung auch dann berufen, wenn er den übrigen Nachlassgläubigern gegenüber unbeschränkt haftet.</p> <p>§ 2145 Haftung des Vorerben für Nachlassverbindlichkeiten</p> <p>(1) Der Vorerbe haftet nach dem Eintritt der Nacherbfolge für die Nachlassverbindlichkeiten noch insoweit, als der Nacherbe nicht haftet. Die Haftung bleibt auch für diejenigen Nachlassverbindlichkeiten bestehen, welche im Verhältnis zwischen dem Vorerben und dem Nacherben dem Vorerben zur Last fallen.</p> <p>(2) Der Vorerbe kann nach dem Eintritt der Nacherbfolge die Berichtigung der Nachlassverbindlichkeiten, sofern nicht seine Haftung unbeschränkt ist, insoweit verweigern, als dasjenige nicht ausreicht, was ihm von der Erbschaft gebührt. Die Vorschriften der §§ 1990, 1991 finden entsprechende Anwendung.</p> <p>§ 2146 Anzeigepflicht des Vorerben gegenüber Nachlassgläubigern</p> <p>(1) Der Vorerbe ist den Nachlassgläubigern gegenüber verpflichtet, den Eintritt der Nacherbfolge unverzüglich dem Nachlassgericht anzuzeigen. Die Anzeige des Vorerben wird durch die Anzeige des Nacherben ersetzt.</p> <p>(2) Das Nachlassgericht hat die Einsicht der Anzeige jedem zu gestatten, der ein rechtliches Interesse glaubhaft macht.</p>					

* As traduções do Código Civil Suíço se basearam em: DINIZ, Souza. Código Civil suíço de 10 de dezembro de 1907 e suas posteriores modificações e Código Federal Suíço das Obrigações. Traduzidos diretamente do alemão por Souza Diniz. Rio de Janeiro: Distribuidora Rêcord, 1961, p. 81 e seguintes. Para tanto, foi checado que os artigos em questão não foram alterados desde a tradução realizada por Souza Diniz.

** As traduções do Código Civil Alemão se basearam em: DINIZ, Souza. Código civil alemão [Bürgerliches Gesetzbuch – BGB] de 18 de agosto de 1896 com todas as modificações posteriores, inclusive as da Lei da Igualdade de Direitos de 18 de junho de 1957, traduzido diretamente do alemão. Rio de Janeiro: Distribuidora Rêcord Editora, 1960, p. 30 e seguintes. Para tanto, foi checado que os artigos em questão não foram alterados desde a tradução realizada por Souza Diniz.

Apêndice B

COMPARAÇÃO ENTRE AS REDAÇÕES LEGISLATIVAS SOBRE FIDEICOMISSO – TRADUZIDAS

Vetor de comparação/Código comparado	Code Civil Francês (Código Napoleônico, de 1804)	Código Civil Alemão (1900)	Código Civil Suíço (1907)	Código Civil Brasileiro (Código Bevilacqua, de 1916)	Codice Civile Italiano (Código Vassalli, 1942)	Código Civil Português (Código Varela, de 1966)	Código Civil Brasileiro (Código Reale, de 2002)
Referência	FRANCE. <i>Code civil</i> [Código Civil Francês; "Código Napoleão" ou "Código Napoleônico". Paris (França): Portal Oficial Legifrance, 1804 (ano da publicação originária). Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070721 – Acesso em: 16 de abril de 2018.	DEUTSCHLAND. <i>Bürgerliches Gesetzbuch – BGB</i> . Berlin: [s.n.], 1881 (data do início do desenvolvimento), 1896 (data da publicação originária), 1 jan. 1900 (data do início da vigência). Disponível em: https://www.gesetze-im-internet.de/bgb/ . Acesso em: 15 dez. 2019.	SCHWEIZ [SUÍÇA]. Bundesversammlung der Schweizerischen Eidgenossenschaft [A Assembleia Federal da Confederação Suíça]. <i>Schweizerisches Zivilgesetzbuch, vom 10. Dezember 1907</i> [Código Civil Suíço, de 10 de dezembro de 1907]. Bern (Suíça): Das Portal der Schweizer Regierung, 1907 (data da publicação originária). Disponível em: https://www.admin.ch/opc/de/classified-compilation/19070042/index.html – acesso em: 4 jan. 2020.	BRASIL. União. <i>Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916</i> [CC/16 – Código Civil]. Brasília: Congresso Nacional, 1916 [ano da publicação originária]. Disponível in Portal da Legislação do Governo Federal. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%203.071-1916?OpenDocument . Acesso em: 27 de outubro de 2017	ITALIA. <i>Regio Decreto n. 262, de 16 marzo 1942</i> [approvazione del testo del Codice civile] Roma: Normattiva – Portal Oficial da legislação vigente na Itália, 1942 (ano da publicação originária). Disponível em: http://www.altalex.com/documents/codice-civile/2015/01/02/codice-civile . Acesso em: 19 de abril de 2018.	PORTUGAL. <i>Decreto Lei n. 47.344, de 25 de novembro de 1966</i> . Aprova o Código Civil e regula a sua aplicação [CC/1966; Código Civil Português de 1966; "Código Varela"]. Lisboa (Portugal): Portal da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (PGDL), 1966 (ano da publicação originária). Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis&smiolo=& – Acesso em: 02 de janeiro de 2020.	BRASIL. (União). <i>Lei n. 10.406, de 10 de janeiro 2002</i> [CC/02 – Código Civil]. Brasília: Congresso Nacional, 2002 [ano da publicação originária]. Disponível in Portal da Legislação do Governo Federal. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm – Acesso em: 19 de junho de 2017.
Conceito de fideicomisso	Tradução livre: uma liberalidade pode ser onerada pela obrigação do donatário ou legatário de manter a propriedade ou direitos que são objeto da recompensa e de transmiti-los, quando da sua morte, a uma segunda pessoa gratificada designada no ato	Tradução**: §2100 (Noção de herdeiro sucessivo). O testador pode instituir um herdeiro de modo que este somente se torne herdeiro depois que, anteriormente, um outro tenha sido herdeiro (herdeiro sucessivo [ou fideicomissário] – Nacherbe).	Tradução*: Art. 488. O testador está autorizado, em seu testamento, a obrigar o herdeiro instituído, na qualidade de herdeiro prévio, a entregar a herança a um outro, na qualidade de herdeiro sucessivo. Ao herdeiro sucessivo não pode uma tal obrigação ser imposta. As mesmas disposições aplicam-se aos legados.	Art. 1.733. Pode também o testador instituir herdeiros ou legatários por meio de fideicomisso, impondo a um deles, o gravado ou fiduciário, a obrigação de, por sua morte, a certo tempo, ou sob certa condição, transmitir ao outro, que se qualifica de fideicomissário, a herança, ou o legado.	Tradução livre: Cada um dos pais, ou outros ascendentes na linha reta, ou o cônjuge da pessoa interditada, pode estabelecer para, respectivamente, o filho, o descendente ou o cônjuge, a obrigação de conservar e restituir, por ocasião da sua morte, os bens, mesmo os que constituem a legítima, a favor da pessoa ou entidades que, sob a supervisão do tutor, tenham cuidado do interditado. A mesma disposição se aplica no caso de um menor de idade, se este se encontrar nas condições de insanidade mental habitual, de modo a sugerir que a interdição será pronunciada dentro do prazo indicado no artigo 416.	Artigo 2286.º (Noção) [início da SEÇÃO IV Substituições [...] SUBSECÇÃO II Substituição fideicomissária] Diz-se substituição fideicomissária, ou fideicomisso, a disposição pela qual o testador impõe ao herdeiro instituído o encargo de conservar a herança, para que ela reverta, por sua morte, a favor de outrem; o herdeiro gravado com o encargo chama-se fiduciário, e fideicomissário o beneficiário da substituição.	Art. 1.951. Pode o testador instituir herdeiros ou legatários, estabelecendo que, por ocasião de sua morte, a herança ou o legado se transmita ao fiduciário, resolvendo-se o direito deste, por sua morte, a certo tempo ou sob certa condição, em favor de outrem, que se qualifica de fideicomissário.
Prazo do fideicomisso		Tradução livre**: (§ 2109 – Prazo de trinta anos) A instituição de um herdeiro sucessivo torna-se ineficaz com o transcurso de trinta anos depois da abertura da sucessão. Se antes não tiver ocorrido o caso de sucessão. Fica ela, contudo, mesmo depois desse tempo, eficaz: – Se a sucessão sucessiva foi estabelecida para o caso de que um determinado acontecimento ocorresse na pessoa do herdeiro prévio ou do herdeiro sucessivo, e aquele, em cuja pessoa o acontecimento devia ocorrer, vivia ao tempo da abertura da sucessão;					

		<p>– Se ao herdeiro prévio ou ao herdeiro sucessivo, para o caso de que a iam deles nasça um irmão ou irmã está instituído na qualidade de herdeiro sucessivo.</p> <p>Se o herdeiro prévio ou herdeiro sucessivo, em cuja pessoa o acontecimento deve ocorrer, for uma pessoa jurídica, deverá ser observado o prazo de trinta anos.</p>					
Possibilidade de beneficiar os não concebidos (ou restrição a somente esta possibilidade)		<p>Tradução**: Se for instituída na qualidade de herdeira uma pessoa que, ao tempo da abertura da sucessão, ainda não estava gerada, admitir-se-á, na dúvida, que ela foi instituída na qualidade de herdeiro sucessivo. Se não corresponder à vontade do testador que o instituído deva ser herdeiro sucessivo, será ineficaz a disposição. O mesmo se dá com a instituição de uma pessoa jurídica que, somente depois da abertura da sucessão, adquiere existência; a disposição do §84 fica inalterada.</p>					<p>Art. 1.952. A substituição fideicomissária somente se permite em favor dos não concebidos ao tempo da morte do testador.</p> <p>Parágrafo único. Se, ao tempo da morte do testador, já houver nascido o fideicomissário, adquirirá este a propriedade dos bens fideicometidos, convertendo-se em usufruto o direito do fiduciário.</p>
Possibilidade de fideicomisso inter vivos	Artigo 896 (tradução livre: uma disposição pela qual uma pessoa é encarregada do dever de preservar e restituir a um terceiro só é eficaz se for autorizada por lei).					<p>Artigo 962.º (Substituições fideicomissárias)</p> <p>1. São admitidas substituições fideicomissárias nas doações.</p> <p>2. A estas substituições são aplicáveis, com as necessárias correcções, os artigos 2286.º e seguintes.</p>	
Fideicomisso em convenção antenupcial						<p>Artigo 1700.º (Disposições por morte consideradas lícitas)</p> <p>1. A convenção antenupcial pode conter:</p> <p>a) A instituição de herdeiro ou a nomeação de legatário em favor de qualquer dos esposados, feita pelo outro esposado ou por terceiro nos termos prescritos nos lugares respectivos;</p> <p>b) A instituição de herdeiro ou a nomeação de legatário em favor de terceiro, feita por qualquer dos esposados.</p> <p>c) A renúncia recíproca à condição de herdeiro legítimo do outro cônjuge.</p> <p>2. São também admitidas na convenção antenupcial cláusulas de reversão ou fideicomissárias relativas às liberalidades aí efectuadas, sem prejuízo das limitações a que genericamente estão sujeitas essas cláusulas.</p> <p>3 – A estipulação referida na alínea c) do n.º 1 apenas é admitida caso o regime de bens, convencional ou imperativo, seja o da separação</p>	
Revogabilidade do fideicomisso	Tradução livre: Artigo 1055. O autor de uma doação gradual pode revogá-la em relação à segunda pessoa gratificada, desde que esta não tenha notificado o doador de sua aceitação da maneira exigida para uma doação. Em exceção ao artigo 932, a doação gradual pode ser aceita					<p>Artigo 1707.º (Revogabilidade das cláusulas de reversão ou fideicomissárias)</p> <p>As cláusulas de reversão ou fideicomissárias previstas no n.º 2 do artigo 1700.º são revogáveis livremente e a todo o tempo pelo autor da liberalidade.</p>	

	pelo segundo beneficiário após a morte do doador.						
Possibilidade de haver pluralidade de fiduciários e/ou fideicomissários					Art. 692. No caso de existir pluralidade de pessoas ou entidades referidas no primeiro parágrafo [do art. 692], os bens devem ser atribuídos proporcionalmente ao tempo durante o qual se ocuparam da interdição.	Artigo 2287.º (Substituição plural) Pode haver um só ou vários fiduciários, assim como um ou vários fideicomissários.	
Forma, publicidade e efeitos do fideicomisso	Artigo 1049. Tradução livre: a liberalidade concedida na forma do artigo 1.048 só terá efeitos com relação aos bens identificáveis na data da celebração do contrato, e somente se subsistirem em espécie. Quando se trata de bens móveis, a liberalidade continuará gerando efeitos com relação aos bens sub-rogados. Em se tratando de bens imóveis, o encargo sobre a liberalidade só gerará efeitos se houver publicidade (registro).	Tradução**: (§ 2139 – Efeitos da sucessão sucessiva) Com a ocorrência do caso de sucessão sucessiva, cessa o herdeiro prévio de ser herdeiro e defere-se a herança ao herdeiro sucessivo.			Em tradução livre: Art. 2660. (Transcrição de compras por morte). Quem requerer o registro público de uma compra por morte deve apresentar, além da escritura indicada no artigo 2648, a certidão de óbito do autor da herança e uma cópia ou um extrato autêntico do testamento, se a compra se seguir a ela. Deve também apresentar uma nota com cópia do original com os seguintes dados: (1) nome e sobrenome, local e data de nascimento do herdeiro ou legatário e do falecido). (2) a data do óbito; (3) se a herança é devolvida por lei, o vínculo que une o autor à parte chamada e a quota que lhe é devida; (4) se a sucessão for devolvida por testamento, a forma e data do testamento, o nome do funcionário público que o recebeu ou depositou; (5) a natureza e a situação dos bens com as indicações exigidas pelo art. 2826; (6) a condição ou termo, se forem afixados à disposição do testamento, salvo no caso previsto no segundo parágrafo do artigo anterior, bem como a substituição fideicomissária, se tiver sido ordenada nos termos do art. 692.		
Limite de graus para o fideicomisso	Tradução livre: Artigo 1053. A segunda pessoa gratificada não está sujeita à obrigação de conservar e transmitir. Se o encargo tiver sido estipulado para além do primeiro grau, permanece válido, mas apenas para o primeiro grau.		Tradução*: Ao herdeiro sucessivo não pode uma tal obrigação ser imposta.	Art. 1.739. São nulos os fideicomissos além do segundo grau.	Tradução livre: Art. 698. (Usufruto sucessivo). A disposição, pela qual o usufruto, uma anuidade ou uma renda, é deixado a várias pessoas depois, só tem valor a favor daqueles que, na morte do testador, são chamados primeiro a desfrutá-la.	Artigo 2288.º (Limite de validade) São nulas as substituições fideicomissárias em mais de um grau, ainda que a reversão da herança para o fideicomissário esteja subordinada a um acontecimento futuro e incerto.	Art. 1.960. A nulidade da substituição ilegal não prejudica a instituição, que valerá sem o encargo resolutório.
Proteção da legítima no fideicomisso	Tradução livre: Artigo 1054. Se o onerado for herdeiro necessário do disponente, o encargo só pode ser imposto sobre a parte disponível. No entanto, o donatário pode aceitar, na escritura de doação ou posteriormente numa escritura elaborada nas condições previstas no artigo 930, que o encargo seja imposto na totalidade ou em parte da sua reserva necessária. O legatário pode, no prazo de um ano a partir do dia em que tomou conhecimento do testamento, solicitar que a sua parte da reserva necessária seja total ou	Tradução**: §2104 (sucessão sucessiva [ou fideicomisso] (Nacherbfolge) dos herdeiros legítimos). Se o testador determinar que o herdeiro somente até um determinado tempo ou até a ocorrência de um determinado acontecimento, deve ser herdeiro, sem estipular quem, então, deve adquirir a herança, admitir-se-á que estão instituídos, na qualidade de herdeiros sucessivos, aqueles que haviam de ser herdeiros legítimos do testador se este tivesse morrido no tempo [determinado] ou na ocorrência do acontecimento. O fisco não pertence aos herdeiros					

	parcialmente liberada do encargo. Se não o fizer, ele assumirá a execução do encargo. O ônus sobre parte da reserva necessária do beneficiário onerado, com o seu consentimento, vinculará automaticamente, nesta medida, todos os seus filhos nascidos e não nascidos.	legítimos no sentido desta disposição. Tradução**: §2105 (herdeiros legítimos na qualidade de herdeiros prévios). Se o testador determinar que o herdeiro instituído somente deve obter a herança a partir de um determinado momento ou com a ocorrência de um determinado acontecimento, sem estabelecer quem, até então, deve ser herdeiro, serão os herdeiros legítimos do testador os herdeiros prévios [ou fiduciários] (Vorerben). O mesmo se dá quando a personalidade do herdeiro deve ser estabelecida por um acontecimento que se produza somente depois da abertura da sucessão, ou quando a instituição, na qualidade de herdeiro, de uma pessoa ainda não concebida a esse tempo, deva ser, de acordo com o §2101, considerada como instituição de herdeiro sucessivo.					
Incomunicabilidade dos bens fideicometidos				Art. 263. São excluídos da comunhão: I. As pensões, meio-soldos, montepios, tenças e outras rendas semelhantes. II. Os bens doados ou legados com a cláusula de incomunicabilidade e os subrogados em seu lugar. III. Os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizada a condição suspensiva. IV. O dote prometido ou constituído a filho de outro leito. V. o dote prometido ou constituído expressamente por um só dos cônjuges a filho comum. VI. As obrigações provenientes de atos ilícitos (artigos 1.518 a 1.532). VII. As dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com os seus aprestos, ou reverterem em proveito comum. VIII. As doações antenupciais feitas por um dos cônjuges ao outro, com a cláusula de incomunicabilidade (art. 312). IX. As roupas de uso pessoal, as joias esponsalícias dadas antes do casamento pelo esposo, os livros e instrumentos de profissão e os retratos de família. X. A fiança prestada pelo marido sem outorga da mulher		Artigo 1733.º (Bens incomunicáveis) 1. São exceptuados da comunhão: a) Os bens doados ou deixados, ainda que por conta da legítima, com a cláusula de incomunicabilidade; b) Os bens doados ou deixados com a cláusula de reversão ou fideicomissária, a não ser que a cláusula tenha caducado; c) O usufruto, o uso ou habitação, e demais direitos estritamente pessoais; d) As indemnizações devidas por factos verificados contra a pessoa de cada um dos cônjuges ou contra os seus bens próprios; e) Os seguros vencidos em favor da pessoa de cada um dos cônjuges ou para cobertura de riscos sofridos por bens próprios; f) Os vestidos, roupas e outros objectos de uso pessoal e exclusivo de cada um dos cônjuges, bem como os seus diplomas e a sua correspondência; g) As recordações de família de diminuto valor económico. h) Os animais de companhia que cada um dos cônjuges tiver ao tempo da celebração do casamento. 2. A incomunicabilidade dos bens não abrange os respectivos frutos nem o valor das benfeitorias úteis.	Art. 1.668. São excluídos da comunhão: I – os bens doados ou herdados com a cláusula de incomunicabilidade e os subrogados em seu lugar; II – os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizada a condição suspensiva; III – as dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum; IV – as doações antenupciais feitas por um dos cônjuges ao outro com a cláusula de incomunicabilidade; V – Os bens referidos nos incisos V a VII do art. 1.659.

				(arts. 178, § 9º, n. I, b, e 235, n. III).			
Direitos e obrigações do fideicomitente	Tradução livre: Artigo 1052. Cabe à parte disponente prescrever garantias e cauções para a boa execução do encargo.	Tradução**: § 2107 (Descendente, sem filhos, na qualidade de herdeiro prévio) Se o testador tiver estabelecido um herdeiro sucessivo a um descendente, para o tempo depois da morte deste, o qual [descendente], ao tempo da outorga da disposição de última vontade, não tinha descendente ou do qual o testador, a esse tempo, não sabia que tivesse um descendente, dever-se-á admitir que o herdeiro sucessivo foi instituído somente para o caso de que o descendente morresse sem descendência.	Tradução*: Art. 490 (III. meios de garantia). Em todos os casos de instituição de herdeiros sucessivos, tem a autoridade competente de determinar o levantamento de um inventário. A entrega da herança ao herdeiro prévio só tem lugar, sempre que o testador não o tenha expressamente liberado dessa obrigação, contra-prestação de garantia, que, no caso de prédios, pode consistir na prenotação, no Livro de Imóveis, da obrigação de entrega. Se o herdeiro prévio não puder prestar esta garantia ou comprometa ele a expectativa do herdeiro sucessivo, deverá ser determinada a administração da herança.				
Direitos e obrigações do fiduciário		Transcritas em tabela separada pelo fato de o BGB/1900 ser muito minucioso quanto à administração do fideicomisso.		Art. 1.734. O fiduciário tem a propriedade da herança ou legado, mas restrita e resolúvel.	Tradução livre: Art. 693. (Direitos e obrigações da Instituição). A Instituição terá o gozo e a livre administração dos bens que são objeto da substituição, e pode estar em tribunal para todas as ações relacionadas com esses bens. Ela também pode realizar todas as inovações destinadas a uma melhor utilização dos bens. À instituição são comuns, tanto quanto aplicáveis, as normas concernentes ao usufrutuário.	Artigo 2290.º (Direitos e obrigações do fiduciário) 1. O fiduciário tem o gozo e a administração dos bens sujeitos ao fideicomisso. 2. São extensivas ao fiduciário, no que não for incompatível com a natureza do fideicomisso, as disposições legais relativas ao usufruto. 3. O caso julgado constituído em acção relativa aos bens sujeitos ao fideicomisso não é oponível ao fideicomissário se ele não interveio nela.	Art. 1.953. O fiduciário tem a propriedade da herança ou legado, mas restrita e resolúvel.
Direitos dos credores do fiduciário			Tradução*: Art. 491 (IV. Posição jurídica; 1. Do herdeiro prévio). O herdeiro prévio adquire a herança como qualquer outro herdeiro instituído. Torna-se ele proprietário da herança com a obrigação de entrega.		Tradução livre: Art. 695. (Direitos dos credores pessoais da instituição). Os credores pessoais do instituído podem agir apenas sobre os frutos dos bens que são objeto da substituição.	Artigo 2292.º (Direitos dos credores pessoais do fiduciário) Os credores pessoais do fiduciário não têm o direito de se pagar pelos bens sujeitos ao fideicomisso, mas tão-somente pelos seus frutos.	
Alienação, oneração e disposição de bens		Tradução**: (§ 2112 – Direito de disposição do herdeiro prévio) O herdeiro prévio pode dispor dos objetos pertencentes a herança sempre que outra coisa não decorra das disposições dos §§ 2113 a 2115. Tradução**: (§ 2113 – Limitações de disposição) A disposição do herdeiro prévio sobre um prédio pertencente a herança ou um direito em um prédio, ou sobre um navio inscrito ou construção naval [inscrita] pertence à herança, é, no caso de ocorrência da sucessão sucessiva, ineficaz desde que o direito do			Art. 694. (Alienazione dei beni). L'autorita' giudiziaria puo' consentire l'alienazione dei beni che formano oggetto della sostituzione in caso di utilita' evidente, disponendo il reimpiego delle somme ricavate. Puo' anche essere consentita, con le necessarie cautele, la costituzione d'ipoteche sui beni medesimi a garanzia di crediti destinati a miglioramenti e trasformazioni fondiarie. Tradução livre: Art. 694. (Alienação de bens). A autoridade judicial pode permitir a alienação dos bens que são objeto da substituição em caso de utilidade óbvia, ordenando a reutilização das quantias obtidas. Também pode ser permitida, com a cautela necessária, a constituição de hipotecas sobre os próprios bens para	Artigo 2291.º (Alienação ou oneração de bens) 1. Em caso de evidente necessidade ou utilidade para os bens da substituição, pode o tribunal autorizar, com as devidas cautelas, a alienação ou oneração dos bens sujeitos ao fideicomisso. 2. Nas mesmas condições, pode o tribunal autorizar a alienação ou oneração em caso de evidente necessidade ou utilidade para o fiduciário, contanto que os interesses do fideicomissário não sejam afectados.	

		<p>herdeiro sucessivo seja frustrado ou prejudicado.</p> <p>O mesmo se dá com uma disposição sobre um objeto da herança que teve lugar gratuitamente ou com a finalidade de realizar!ao de uma promessa de doação outorgado pelo herdeiro prévio. Ficam excetuadas as doações pelas quais é atendida uma obrigação moral ou uma medida a tomar sobre a honra.</p> <p>As disposições a favor daquele cujo direito se origina de um não titular, encontram, analogamente, aplicação.</p> <p>Tradução**: (§ 2114 – Idem)</p> <p>Se pertencer à herança um crédito hipotecário, uma dívida territorial, uma dívida da renda ou um crédito hipotecário naval, caberá a denúncia e a cobrança ao herdeiro prévio. O herdeiro prévio só pode exigir, contudo, que o capital seja a ele pago com a apresentação do consentimento do herdeiro sucessivo, ou seja [o capital] consignado para ele e para o herdeiro sucessivo. A outras disposições a cerca do crédito hipotecário, da dívida territorial, da dívida de renda ou do crédito hipotecário naval, encontram aplicação as disposições do § 2113.</p> <p>Tradução**: (§ 2115 – Idem)</p> <p>Uma disposição de um objeto da herança que teve lugar por via de execução forçada ou de arresto ou pelo administrador da falência, é, no caso de ocorrência da sucessão sucessiva, ineficaz, desde que o direito do herdeiro sucessivo seja frustrado ou prejudicado. A disposição é ilimitadamente eficaz se foi feita valer a pretensão de um credor de herança ou um direito existente sobre um objeto da herança que, no caso de ocorrência da sucessão sucessiva, havia de ser eficaz ante o herdeiro sucessivo.</p> <p>Tradução**: (§ 2116 – Consignação)</p> <p>O herdeiro prévio tem de, a requerimento do herdeiro sucessivo, consignar os papéis ao portador pertencentes à herança, juntamente com os cupons de renovação, com a determinação de que a devolução somente pode ser exigida com o consentimento do herdeiro sucessivo, em um estabelecimento de consignação ou no Banco Federal, na Caixa Central Alemã de Circulação (Banco Comunal Alemão). A consignação de papéis ao portador que, de</p>		garantir créditos para melhoramentos e transformações do terreno.		
--	--	---	--	---	--	--

		<p>acordo com o § 92, pertencem às coisas consumíveis, assim como cupons de juros, rendas ou dividendos, não pode ser exigida. Aos papéis ao portador equiparam-se papéis à ordem providos de endosso em banco.</p> <p>Dos papéis consignados, só pode o herdeiro prévio dispor com o consentimento do herdeiro sucessivo.</p> <p>Tradução**: (§ 2117 – Conversão)</p> <p>O herdeiro prévio pode fazer converter papéis ao portador [papeis em] seu nome, em vez de consigná-los de acordo com o § 2116, com determinação de que só pode dispor deles com o assentimento do herdeiro sucessivo. Se os papéis forem emitidos pela Federação ou por Estado federado, poderá fazer converte-los, com a mesma estipulação, em crédito inscrito contra a Federação ou o Estado federado.</p> <p>Tradução**: (§ 2118 – Anotação proibitiva)</p> <p>Se pertencerem à herança créditos inscritos contra a Federação ou um Estado federado, estará o herdeiro prévio obrigado, quando exigido pelo herdeiro sucessivo, a mandar inscrever anotação, no Livro de Dívidas, de que só pode ele dispor do crédito com o consequimento do herdeiro sucessivo.</p> <p>Tradução**: (§ 2119 – Colocação de dinheiro)</p> <p>O dinheiro que, de acordo com as regras de uma regular economia, deve ser colocado permanentemente, só poderá o herdeiro prévio colocar conforme as disposições estabelecidas para a colocação do dinheiro de pupilo.</p> <p>Tradução**: (§ 2120 – Disposições sobre objetos da herança)</p> <p>Se for necessária, para uma administração regular, particularmente para a satisfação de compromissos da herança, uma disposição que o herdeiro prévio não possa realizar com eficácia contra o herdeiro sucessivo, estará o herdeiro sucessivo, ante o herdeiro, obrigado a outorgar o seu consentimento para a disposição. O consentimento deverá ser, quando exigido, declarado em forma publicamente autenticada. Os gastos com a autenticação ficam a cargo do herdeiro prévio.</p>				
Prestação de contas pelo fiduciário		Tradução**: (§ 2121 – Inventário de objetos da herança)		Art. 1.734, Parágrafo único. É obrigado, porém, a proceder ao inventário dos bens		Art. 1.953, Parágrafo único. O fiduciário é obrigado a proceder ao inventário dos

		<p>O herdeiro prévio tem de fornecer, ao herdeiro sucessivo, quando exigido, um inventário dos objetos pertencentes à herança. O inventário deve incluir a indicação do dia do levantamento e estar firmado pelo herdeiro prévio; o herdeiro prévio tem de mandar autenticar, quando exigido, publicamente a firma.</p> <p>O herdeiro sucessivo pode exigir que seja citado para o levantamento do inventário.</p> <p>O herdeiro prévio está autorizado, e, quando exigido pelo herdeiro sucessivo, obrigado a mandar levantar o inventário por autoridade competente ou por oficial ou tabelião competente.</p> <p>Os gastos do levantamento e da autenticação ficam a cargo da herança.</p> <p>Tradução**: (§ 2122 – Confirmação do estado)</p> <p>O herdeiro prévio pode fazer constatar por peritos, à sua custa, o estado das coisas pertencentes à herança. O mesmo direito cabe ao herdeiro sucessivo.</p>		gravados, e, se lhe exigir o fideicomissário, a prestar caução de restituí-los.			bens gravados, e a prestar caução de restituí-los se o exigir o fideicomissário.
Restituição dos bens fideicometidos ao fideicomissário	<p>Article 1051</p> <p>Le second gratifié est réputé tenir ses droits de l'auteur de la libéralité. Il en va de même de ses héritiers lorsque ceux-ci recueillent la libéralité dans les conditions prévues à l'article 1056.</p> <p>Tradução livre: Artigo 1051.</p> <p>Considera-se que a segunda pessoa gratificada adquire seus direitos da autora da liberalidade. O mesmo se aplica aos seus herdeiros quando estes receberem a recompensa nas condições previstas no artigo 1056.</p>	<p>Tradução**: §2106 – (Ocorrência da sucessão sucessiva)</p> <p>Se o testador instituir um herdeiro sucessivo sem determinar o momento ou o acontecimento com o qual a sucessão sucessiva deve ter lugar, atribuir-se-á a herança ao herdeiro sucessivo, com a morte do herdeiro prévio.</p> <p>Se a instituição, na qualidade de herdeiro, de uma pessoa ainda não gerada, deve ser considerada, de acordo com o § 2101, alínea 1, como instituição de herdeiro sucessivo, será atribuída a herança ao herdeiro sucessivo com o nascimento deste. No caso § 2101, alínea 2, tem lugar a atribuição da herança com a constituição da pessoa jurídica.</p>	<p>Tradução*:</p> <p>Art. 489 (II. Momento da entrega). Como momento da entrega deve ser admitido, se outra coisa não estiver estabelecido no testamento, o da morte do herdeiro prévio.</p> <p>Se for estabelecido outro momento, e este, ao tempo da morte do herdeiro prévio, ainda não tiver ocorrido, passará a herança, contra prestação de garantia, aos herdeiros do herdeiro prévio.</p>		<p>Tradução livre: Art. 696. (Devolução ao substituído.) (A herança será devolvida ao substituído no momento da morte do instituído. Se as pessoas ou entidades que cuidaram do incapacitado morrerem ou se extinguírem antes da sua morte, o bem ou a parte do bem a que teriam direito é devolvido aos legítimos sucessores do incapacitado).</p>	<p>Artigo 2293.º (Devolução da herança ao fideicomissário)</p> <p>1. A herança devolve-se ao fideicomissário no momento da morte do fiduciário.</p> <p>2. Se o fideicomissário não puder ou não quiser aceitar a herança, fica sem efeito a substituição, e a titularidade dos bens hereditários considera-se adquirida definitivamente pelo fiduciário desde a morte do testador.</p>	
Aceitação da liberalidade pelo fideicomissário				<p>Art. 1.736. Se o fideicomissário aceitar a herança ou legado, terá direito à parte que, ao fiduciário, em qualquer tempo acrescer.</p>		<p>Artigo 2059.º (Caducidade) [dentro de CAPÍTULO IV Aceitação da herança]</p> <p>1. O direito de aceitar a herança caduca ao fim de dez anos, contados desde que o sucessível tem conhecimento de haver sido a ela chamado.</p> <p>2. No caso de instituição sob condição suspensiva, o prazo conta-se a partir do conhecimento da verificação da condição; no caso de substituição fideicomissária, a partir do conhecimento da morte do fiduciário ou da extinção da pessoa colectiva.</p>	<p>Art. 1.956. Se o fideicomissário aceitar a herança ou o legado, terá direito à parte que, ao fiduciário, em qualquer tempo acrescer.</p> <p>Art. 1.954. Salvo disposição em contrário do testador, se o fiduciário renunciar a herança ou o legado, defere-se ao fideicomissário o poder de aceitar.</p>
Renúncia, recusa ou falecimento do fideicomissário	<p>Artigo 1056.</p> <p>Quando a segunda pessoa gratificada falece antes da pessoa</p>	<p>Tradução**: § 2108 – (Capacidade para a herança)</p>	<p>Tradução*:</p> <p>Art. 492 (IV. Posição jurídica; 2. do herdeiro sucessivo).</p>	<p>Art. 1.735. O fideicomissário pode renunciar a herança, ou legado, e, neste caso, o</p>		<p>Artigo 2293.º (Devolução da herança ao fideicomissário)</p> <p>[...]</p>	<p>Art. 1.955. O fideicomissário pode renunciar a herança ou o legado, e, neste caso, o fideicomisso caduca,</p>

	<p>gratificada ou renuncia ao benefício da liberalidade gradual, a propriedade e direitos que foram objeto da liberalidade gradual tornam-se parte do património do beneficiário onerado, a menos que a escritura preveja expressamente que os herdeiros do segundo beneficiário possam exigir a liberalidade ou tenha designado outra pessoa para receber os bens.</p>	<p>As disposições do § 1923 encontram, à sucessão sucessiva, analogamente, aplicação. Se o herdeiro sucessivo morrer antes da ocorrência do caso de sucessão sucessiva, porém depois da abertura da sucessão, passará o seu direito aos seus herdeiros sempre que, uma outra vontade do testador, não deva ser admitida. Se o herdeiro sucessivo for instituído sob condição suspensiva, deve ser observado a disposição do § 2074.</p>	<p>O herdeiro sucessivo adquire a herança do testador se viver no momento estabelecido para a entrega. Se não viver ele até esse momento, ficará a herança, quando o testador não tiver determinado outra coisa, com o herdeiro prévio. Se o herdeiro prévio não mais viver ao tempo da morte do testador, se se tornar indigno de suceder ou recusar a herança, caberá ela ao herdeiro sucessivo.</p>	<p>fideicomisso caduca, ficando os bens propriedade pura do fiduciário, se não houver disposição contrária do testador. Art. 1.738. Caduca o fideicomisso, se o fideicomissário morrer antes do fiduciário, ou antes de realizar-se a condição resolutória do direito deste último. Neste caso a propriedade consolida-se no fiduciário nos termos do art. 1.735.</p>		<p>3. Não podendo ou não querendo o fiduciário aceitar a herança, a substituição, no silêncio do testamento, converte-se de fideicomissária em directa, dando-se a devolução da herança a favor do fideicomissário, com efeito desde o óbito do testador.</p>	<p>deixando de ser resolúvel a propriedade do fiduciário, se não houver disposição contrária do testador.</p>
Direitos e deveres do Fideicomissário		<p>Tradução**: (§ 2110 – Extensão ao acréscimo) O direito do herdeiro sucessivo estende-se, na dúvida, a um quinhão hereditário que seja atribuído ao herdeiro prévio em consequência do afastamento de um coerdeiro. O direito do herdeiro sucessivo não se estende, na dúvida, a um pré-legado atribuído ao herdeiro prévio.</p>		<p>Art. 1.737. O fideicomissário responde pelos encargos da herança que ainda restarem, quando vier à sucessão.</p>		<p>Artigo 2294.º (Actos de disposição do fideicomissário) O fideicomissário não pode aceitar ou repudiar a herança, nem dispor dos bens respectivos, mesmo por título oneroso, antes de ela lhe ser devolvida.</p>	<p>Art. 1.957. Ao sobrevir a sucessão, o fideicomissário responde pelos encargos da herança que ainda restarem.</p>
Efeitos da nulidade da designação do fideicomissário				<p>Art. 1.740. A nulidade da substituição ilegal não prejudica a instituição, que valerá sem o encargo resolutório.</p>		<p>Artigo 2289.º (Nulidade da substituição) A nulidade da substituição fideicomissária não envolve a nulidade da instituição ou da substituição anterior; apenas se tem por não escrita a cláusula fideicomissária, salvo se o contrário resultar do testamento.</p>	<p>Art. 1.960. A nulidade da substituição ilegal não prejudica a instituição, que valerá sem o encargo resolutório.</p>
Fideicomisso irregular		<p>Tradução**: (§2103 determinação da entrega da herança). Se o testador determinar que o herdeiro, a um determinado momento, ou com a ocorrência de um determinado acontecimento, deve entregar a herança a um outro, dever-se-á admitir que o outro foi instituído na qualidade de herdeiro sucessivo.</p>				<p>Artigo 2295.º (Fideicomissos irregulares) 1. São havidas como fideicomissárias: a) As disposições pelas quais o testador proíbe o herdeiro de dispor dos bens hereditários, seja por acto entre vivos, seja por acto de última vontade; c) As disposições pelas quais o testador chame alguém aos bens deixados a uma pessoa colectiva, para o caso de esta se extinguir. 2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, são havidos como fideicomissários os herdeiros legítimos do fiduciário. 3. Aos fideicomissos previstos neste artigo são aplicáveis as disposições dos artigos antecedentes; mas, nos casos das alíneas b) e c) do n.º 1, o fiduciário pode dispor dos bens por acto entre vivos, independentemente de autorização judicial, se obtiver o consentimento do fideicomissário.</p>	
Fideicomisso residual	<p>Tradução livre: Secção 2: Das liberalidades residuais. Artigo 1057 Pode ser providenciado em uma liberalidade que uma pessoa será chamada a recolher o que resta de uma doação ou legado feito a uma primeira pessoa gratificada, quando esta falecer.</p>	<p>Tradução**: (§ 2137 – Instituição no que restar) Se o testador instituir um herdeiro sucessivo naquilo que reste da herança na ocorrência da sucessão sucessiva, considerar-se-á como estabelecida a liberação de todas as limitações e compromissos assinados no § 2136.</p>				<p>Artigo 2295.º (Fideicomissos irregulares) [...] b) As disposições pelas quais o testador chame alguém ao que restar da herança por morte do herdeiro; [...] 3. Aos fideicomissos previstos neste artigo são aplicáveis as disposições dos artigos antecedentes; mas, nos casos das alíneas b) e c) do n.º 1, o fiduciário</p>	

	<p>Artigo 1058. A liberalidade residual não obriga o primeiro beneficiário a manter os bens recebidos. Isso obriga-o apenas a transmitir o resto dos bens que subsistirem. Quando o bem, que é objeto da liberalidade residual, tiver sido alienado pelo primeiro beneficiário, os direitos do segundo beneficiário não serão transferidos para o produto dessa alienação ou para os bens que se subrogarem</p> <p>Artigo 1059. A primeira pessoa gratificada não pode dispor por testamento da propriedade dada ou legada a título residual. A liberalidade residual pode proibir o primeiro beneficiário de dispor do imóvel através de doação inter vivos. No entanto, quando for herdeiro necessário, o primeiro beneficiário mantém a possibilidade de dispor inter vivos ou causa mortis dos bens que lhe foram doados como adiantamento da legítima.</p> <p>Artigo 1060. O primeiro beneficiário não é obrigado a prestar contas de sua gestão, seja para a parte disponente ou para os herdeiros.</p> <p>Artigo 1061. As disposições dos artigos 1049, 1051, 1052, 1055 e 1056 são aplicáveis às liberalidades residuais.</p>	<p>O mesmo, na dúvida, deve-se admitir, quando o testador tiver estabelecido que o herdeiro prévio deva estar autorizado à livre disposição da herança.</p>				<p>pode dispor dos bens por acto entre vivos, independentemente de autorização judicial, se obtiver o consentimento do fideicomissário.</p>	
Substituição real		<p>Tradução**: (2111 – Substituição real) Pertence à herança o que o herdeiro prévio adquirir com fundamento em um direito pertencente à herança, ou como indenização por perda, deterioração ou privação de um objeto pertencente a herança, sempre que o adquirido a ele não couber como proventos. O fato de pertencer à herança um crédito adquirido por negócio jurídico, só tem de o dever de deixar valer contra si, se adquirir ele conhecimento do fato; as disposições dos § 406 ao § 408 encontram, analogamente, aplicação. À herança pertence também o que o herdeiro prévio incorporar ao inventário de um prédio hereditário.</p>					
Compartilhamento de regras entre fideicomisso e legado			<p>Art. 488 Tradução*: As mesmas disposições aplicam-se aos legados.</p>		<p>Tradução livre: Art. 697. (Substituição fideicomissária em legados). As regras estabelecidas nesta secção são também aplicáveis aos legados.</p>	<p>Artigo 2296.º (Substituição fideicomissária nos legados) O disposto na presente subsecção é aplicável aos legados.</p>	
Extinção do fideicomisso e/ou					<p>Art. 692.</p>		<p>Art. 1.958. Caduca o fideicomisso se o fideicomissário morrer antes do</p>

condições negativas de seu aperfeiçoamento					Tradução livre: A substituição não terá efeito se a interdição for negada ou se o processo não tiver sido iniciado dentro de dois anos a partir da maioridade da criança habitualmente doente. Também não terá qualquer efeito se a interdição for levantada em relação a pessoas ou entidades que tenham violado as suas obrigações de assistência.		fiduciário, ou antes de realizar-se a condição resolutória do direito deste último; nesse caso, a propriedade consolida-se no fiduciário, nos termos do art. 1.955.
Caso de dúvida do tipo de substituição que é realizada		Tradução**: (§ 2102 – Herdeiro sucessivo e herdeiro substituto) A instituição de herdeiro sucessivo encerra, na dúvida, também a instituição de herdeiro substituto. Se for duvidoso se alguém está instituído na qualidade de herdeiro substituto ou na qualidade de herdeiro sucessivo, admitir-se-á [instituído] na qualidade de herdeiro substituto.					
Outras disposições		Tradução**: (§ 2140 – Proteção ao desconhecimento sem culpa) O herdeiro prévio está, mesmo depois da ocorrência do caso de sucessão sucessiva, autorizado, como antes, na mesma amplitude, à disposição dos objetos da herança, até que adquira conhecimento da ocorrência ou deva conhecê-la. Um terceiro não pode, em seu próprio favor, invocar esta autorização se ele, por ocasião da realização de um negócio jurídico, conhecia, ou devia conhecer, a ocorrência. Tradução**: (§ 2141 – Mãe do herdeiro sucessivo) Se, por ocasião da ocorrência do caso de sucessão sucessiva, deve ser esperado o nascimento de um herdeiro sucessivo, encontrarão, analogamente, sobre a pretensão da mãe a alimentos, aplicação as disposições do § 1963. Tradução**: (§ 2142 – Renúncia pelo herdeiro sucessivo) O herdeiro sucessivo pode renunciar a herança apenas tenha lugar a abertura da sucessão. Se o herdeiro sucessivo renunciar a herança, ficará ela, com o herdeiro prévio, sempre que o testador não tiver estabelecido outra coisa. Tradução**: (§ 2143 – Afastamento da confusão) Se tiver lugar a sucessão sucessiva, considerar-se-ão como não extintas as relações jurídicas extintas por confusão de direito com obrigação ou de direito com oneração. Tradução**: (§2144 – Responsabilidade do herdeiro sucessivo) As disposições sobre a limitação da responsabilidade do herdeiro pelos	Tradução livre: Artigo 492a1F. Herança sucessiva/V. Descendentes incapazes de julgar V. Julgamento de descendentes incapacitados 1 Se um descendente for permanentemente incapaz de julgar e não deixar descendentes nem cônjuge, o testador pode ordenar uma herança subsequente para os restantes. 2 Por lei, a nomeação de um sucessor deixa de se aplicar se, contrariamente às expectativas, o descendente se tornar capaz de julgar. – Inserido pelo N. 1 2 da Lei Federal de 19/12/2008 (Proteção de Adultos, Direitos Pessoais e Direitos da Criança), em vigor desde 1º de janeiro de 2013 (AS 2011 725; BBI 2006 7001).		Tradução livre: art. 699. (Prêmios nupciais, trabalhos de assistência e afins). É válida a disposição testamentária tendo como objeto o desembolso periódico, perpétuo ou temporário, de determinadas quantias contemplando casamento ou nascimento, subsídios para o início de uma profissão ou arte, obras de assistência, ou para outros fins de utilidade pública, em favor de pessoas a serem escolhidas dentro de uma determinada categoria ou entre os descendentes de certas famílias. Estas anuidades podem ser resgatadas de acordo com as regras aplicáveis à constituição de renda.		

		<p>compromissos da herança, aplicam-se também ao herdeiro sucessivo; no lugar da herança estará o que o herdeiro sucessivo obtiver da herança, com inclusão das pretensões que lhe caibam contra o herdeiro prévio, como tal.</p> <p>O inventário realizado pelo herdeiro prévio aproveita também ao herdeiro sucessivo.</p> <p>O herdeiro sucessivo pode, contra o herdeiro prévio, invocar a limitação da sua responsabilidade, mesmo quando, ante os restantes credores da herança, responda ele ilimitadamente.</p> <p>Tradução**: (§ 2145 – Responsabilidade do herdeiro prévio)</p> <p>O herdeiro prévio responde, ainda mesmo depois da ocorrência da sucessão, pelos compromissos da herança, desde que o herdeiro sucessivo não responda. A responsabilidade fica também subsistindo por esses compromissos da herança que, nas relações entre o herdeiro sucessivo e o herdeiro prévio, ficam a cargo do herdeiro prévio.</p> <p>O herdeiro prévio, sempre que a sua responsabilidade não for ilimitada, pode, depois da ocorrência da sucessão sucessiva, recusar-se a satisfação dos compromissos da herança, desde que não baste aquilo que da herança lhe couber. As disposições dos § 1990 e 1991 encontram, analogamente, aplicação.</p> <p>Tradução**: (§ 2146 – Obrigação de notificação do herdeiro prévio)</p> <p>O herdeiro prévio está obrigado, ante os credores da herança, a notificar imediatamente, ao Juízo de Sucessões, a ocorrência da sucessão sucessiva. A notificação do herdeiro prévio é suprida pela notificação do herdeiro sucessivo.</p> <p>O Juízo das Sucessões tem de permitir a vista da notificação aquele que torne verossímil um interesse jurídico.</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

* As traduções do Código Civil Suíço se basearam em: DINIZ, Souza. Código Civil suíço de 10 de dezembro de 1907 e suas posteriores modificações e Código Federal Suíço das Obrigações. Traduzidos diretamente do alemão por Souza Diniz. Rio de Janeiro: Distribuidora Rêcord, 1961, p. 81 e seguintes. Para tanto, foi checado que os artigos em questão não foram alterados desde a tradução realizada por Souza Diniz.

** As traduções do Código Civil Alemão se basearam em: DINIZ, Souza. Código civil alemão [Bürgerliches Gesetzbuch – BGB] de 18 de agosto de 1896 com todas as modificações posteriores, inclusive as da Lei da Igualdade de Direitos de 18 de junho de 1957, traduzido diretamente do alemão. Rio de Janeiro: Distribuidora Rêcord Editora, 1960, p. 30 e seguintes. Para tanto, foi checado que os artigos em questão não foram alterados desde a tradução realizada por Souza Diniz.

Apêndice C

SISTEMA DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO BRASILEIRO

Instrumento	Funções e/ou finalidades atendidas	Está positivado no Brasil?	Vantagens	Desvantagens
Testamento	Destinar, <i>mortis causa</i> , os bens do de cujus para aqueles que houver indicado, salvo quando tiver herdeiros necessários, ocasião em que só poderá dispor de metade dos bens que possuir quando da abertura da sucessão. A disposição testamentária pode tanto contemplar bens específicos e valores fixos (legado) como percentuais patrimoniais (herança).	Sim, no CC/02, arts. 1.857 a 1.990	Segurança jurídica; baixo custo de operacionalização para o testador enquanto vivo.	Alta suscetibilidade de desavenças dentro da família; alto custo de transação dos bens no inventário.
Doação, com ou sem reserva de usufruto	Ato <i>inter vivos</i> que pode ser utilizado, para fins sucessórios, para se efetivar a partilha em vida e por meio da qual determinados bens são alienados por atos <i>inter vivos</i> em favor de determinados herdeiros, mantendo o doador pleno direito de usar e fruir do bem (se este incluir para si o direito de usufruto).	Sim, no CC/02, art. 538 a 564 c/c art. 1.390 a 1.411	Possibilita a partilha em vida, isto é, os bens são destinados aos destinatários enquanto o autor da herança ainda é vivo, o que diminui o risco de litígios	Refere-se apenas a bens específicos. Alto custo de operacionalização para o testador enquanto este ainda vive.
Constituição de pessoa jurídica com cessão gratuita de quotas ou ações com reserva de usufruto para o cedente	Ato <i>inter vivos</i> que pode ser utilizado, para fins sucessórios, para a constituição de uma <i>holding familiar</i> com ou sem cessão de quotas com reserva de usufrutos para o cedente, e no qual os bens que pertencem aquele que planeja a sucessão serão administrados no contexto organizacional da <i>holding</i> .	Sim, na LSA e CC/02, este último na parte de Direito Empresarial.	Maior liberdade e organização de patrimônios vultosos; maior êxito na elaboração de plano de continuidade das atividades corporativas de grupo empresarial familiar.	Elevado custo de operacionalização; alta complexidade de instrumentalização; possíveis ineficiências tributárias.
Planos de previdência e seguro de vida	Ato <i>inter vivos</i> que pode ser utilizada, para fins sucessórios, para deixar para quem fica um patrimônio que não se considera legalmente como herança, o que dá a quem está planejando uma maior liberdade de disposição de bens.	Sim, CC/02, art. 789 a art. 802, e legislação e regulamentação administrativa específica de seguros e previdências privadas, como a Lei Complementar nº 109/2001; Resolução CNSP nº 201/2008 e Circular SUSEP nº 418/2001; Resolução CNSP nº 349/2017 e Circular SUSEP nº 563/2017, Circular SUSEP nº 320/2006, entre outras.	Maior liberdade de disposição de um patrimônio que não se considera herança; dispensa de inventário, possível isenção tributária, menor oneração aguda do patrimônio de quem planeja; maior chance de prevenir imprevistos e garantir sobrevida digna aos entes queridos que ficam.	É de cunho complementar, pois não resolve o problema do patrimônio efetivamente em nome do segurado; há limites do quanto pode ser disposto, sob pena de se caracterizar fraude à legítima; nem todos os planos possibilitam o recebimento do remanescente pelos beneficiários; o benefício comunica.
N/A	Estipulação, por ato <i>inter vivos</i> ou <i>mortis causa</i> , de beneficiários sucessivos, inclusive aquelas pessoas já concebidas ao tempo do falecimento de quem planeja a própria sucessão.	Não	Faz com que um mesmo bem beneficie mais de uma pessoa sucessivamente, o que pode inclusive ser utilizado para ajudar alguém que passa por dificuldades momentâneas. No mais, possui, guardadas as devidas proporções, as mesmas vantagens que o testamento, se for utilizado com efeitos <i>mortis causa</i> , ou da doação, se utilizado na forma <i>inter vivos</i> .	Necessita que a pessoa intermediária seja de confiança e conserve adequadamente os bens. No mais, possui, guardadas as devidas proporções, as mesmas desvantagens que o testamento, se for utilizado com efeitos <i>mortis causa</i> , ou da doação, se utilizado na forma <i>inter vivos</i> .
N/A	Nomeação, por ato <i>inter vivos</i> ou <i>mortis causa</i> , de de um administrador para beneficiar a si ou a outrem, com a incumbência de, ao final do negócio, entregar para certo destinatário aqueles bens.	Não	Faz com que os bens sejam administrados por um terceiro que não aquele que se deseja beneficiar, o que os salvaguarda de credores, da própria prodigalidade ou inaptidão para gestão do beneficiado, entre outros.	Necessita de gestor de confiança e que administre adequadamente os bens. Custo de transação e operacionalização possivelmente elevados.

Apêndice D CONTRATO DE FIDÚCIA FRANCÊS

ARTIGOS RELACIONADOS TRADUZIDOS

Texto original	Tradução livre da autora
<p>Article 2011 Créé par Loi n. 2007-211 du 19 février 2007 – art. 1 JORF 21 février 2007 La fiducie est l'opération par laquelle un ou plusieurs constituants transfèrent des biens, des droits ou des sûretés, ou un ensemble de biens, de droits ou de sûretés, présents ou futurs, à un ou plusieurs fiduciaires qui, les tenant séparés de leur patrimoine propre, agissent dans un but déterminé au profit d'un ou plusieurs bénéficiaires.</p>	<p>Artigo 2011 Criado pela Lei n. 2007-211 de 19 de fevereiro de 2007 – art. 1 JORF 21 de fevereiro de 2007 A fidúcia (trust) é uma transação pela qual um ou mais constituintes transferem bens, direitos ou títulos, ou uma coletividade de bens, direitos ou títulos, presentes ou futuros, para um ou mais fiduciários que, mantendo-os separados de seus próprios bens, agem para atingimento de um propósito determinado em benefício de um ou mais beneficiários.</p>
<p>Article 2012 Modifié par Ordonnance n. 2009-112 du 30 janvier 2009 – art. 1 La fiducie est établie par la loi ou par contrat. Elle doit être expresse. Si les biens, droits ou sûretés transférés dans le patrimoine fiduciaire dépendent de la communauté existant entre les époux ou d'une indivision, le contrat de fiducie est établi par acte notarié à peine de nullité.</p>	<p>Artigo 2012 Alterado pela Ordem No. 2009-112 de 30 de janeiro de 2009 – Art. 1 O trust é estabelecido por lei ou por contrato. Deve ser expresse. Se os bens, direitos ou títulos transferidos no patrimônio fiduciário pertencem à comunhão existente entre os cônjuges ou a uma indivisão, o contrato fiduciário é estabelecido por escritura notarial sob pena de nulidade.</p>
<p>Article 2013 Créé par Loi n. 2007-211 du 19 février 2007 – art. 1 JORF 21 février 2007 Le contrat de fiducie est nul s'il procède d'une intention libérale au profit du bénéficiaire. Cette nullité est d'ordre public.</p>	<p>Artigo 2013 Criado pela Lei n. 2007-211 de 19 de fevereiro de 2007 – art. 1 JORF 21 de fevereiro de 2007 O acordo de fidúcia é nulo se for celebrado gratuitamente em favor do beneficiário. Tal nulidade é de ordem pública.</p>
<p>Article 2015 Modifié par Ordonnance n. 2017-1107 du 22 juin 2017 – art. 17 Seuls peuvent avoir la qualité de fiduciaires les établissements de crédit mentionnés au I de l'article L. 511-1 du code monétaire et financier, les institutions et services énumérés à l'article L. 518-1 du même code, les entreprises d'investissement mentionnées à l'article L. 531-4 du même code, les sociétés de gestion de portefeuille ainsi que les entreprises d'assurance régies par l'article L. 310-1 du code des assurances. Les membres de la profession d'avocat peuvent également avoir la qualité de fiduciaire.</p>	<p>Artigo 2015 Alterado pela Ordem n. 2017-1107 de 22 de junho de 2017 – art. 17 Apenas as instituições de crédito mencionadas no artigo L. 511-1 I do Código Monetário e Financeiro, as instituições e serviços enumerados no artigo L. 518-1 do mesmo código, as empresas de investimento mencionadas no artigo L. 531-4 do mesmo código, e as sociedades gestoras de carteiras e as companhias de seguros regidas pelo artigo L. 310-1 do Código dos Seguros podem atuar como fiduciários. Os membros da profissão jurídica da “advocacia” também podem ser fiduciários.</p>
<p>Article 2016 Créé par Loi n. 2007-211 du 19 février 2007 – art. 1 JORF 21 février 2007 Le constituant ou le fiduciaire peut être le bénéficiaire ou l'un des bénéficiaires du contrat de fiducie.</p>	<p>Artigo 2016 Criado pela Lei n. 2007-211 de 19 de fevereiro de 2007 – art. 1 JORF 21 de fevereiro de 2007 O instituidor ou fiduciário pode ser o beneficiário ou um dos beneficiários do contrato fiduciário.</p>
<p>Article 2017 Modifié par Ordonnance n. 2009-112 du 30 janvier 2009 – art. 2 Sauf stipulation contraire du contrat de fiducie, le constituant peut, à tout moment, désigner un tiers chargé de s'assurer de la préservation de ses intérêts dans le cadre de l'exécution du contrat et qui peut disposer des pouvoirs que la loi accorde au constituant. Lorsque le constituant est une personne physique, il ne peut renoncer à cette faculté.</p>	<p>Artigo 2017 Alterado pela Ordem n. 2009-112 de 30 de janeiro de 2009 – art. 2. Salvo disposição em contrário no contrato fiduciário, o instituidor pode, a qualquer momento, designar um terceiro responsável por assegurar que seus interesses sejam preservados na execução do contrato e que pode ter os mesmos poderes concedidos pela lei ao instituidor. Quando o instituidor é uma pessoa física, ele não pode renunciar a esse poder.</p>

<p>Article 2018 Modifié par LOI n. 2008-776 du 4 août 2008 – art. 18 (V) Le contrat de fiducie détermine, à peine de nullité: 1° Les biens, droits ou sûretés transférés. S'ils sont futurs, ils doivent être déterminables; 2° La durée du transfert, qui ne peut excéder quatre-vingt-dix-neuf ans à compter de la signature du contrat; 3° L'identité du ou des constituants; 4° L'identité du ou des fiduciaires; 5° L'identité du ou des bénéficiaires ou, à défaut, les règles permettant leur désignation; 6° La mission du ou des fiduciaires et l'étendue de leurs pouvoirs d'administration et de disposition.</p>	<p>Artigo 2018 Alterado pela Lei n. 2008-776 de 4 de agosto de 2008 – art. 18 (V) O acordo de fidúcia determinará, sob pena de nulidade: 1° Os bens, direitos ou títulos transferidos. Se eles forem futuros, eles devem ser determináveis; 2° A duração da transferência, que não pode exceder noventa e nove anos a partir da assinatura do contrato; 3° A identidade do(s) instituidor(es); 4° A identidade do(s) fiduciário(s); 5° a identidade do beneficiário ou beneficiários ou, na falta desta, as regras para a sua designação; 6° a função do fiduciário ou fiduciários e a extensão de seus poderes de administração e disposição.</p>
<p>Article 2018-1 Créé par LOI n. 2008-776 du 4 août 2008 – art. 18 (V) Modifié par LOI n. 2008-776 du 4 août 2008 – art. 18 (V) Lorsque le contrat de fiducie prévoit que le constituant conserve l'usage ou la jouissance d'un fonds de commerce ou d'un immeuble à usage professionnel transféré dans le patrimoine fiduciaire, la convention conclue à cette fin n'est pas soumise aux chapitres IV et V du titre IV du livre Ier du code de commerce, sauf stipulation contraire.</p>	<p>Artigo 2018-1 Criado pela Lei n. 2008-776 de 4 de agosto de 2008 – art. 18 (V) Alterado pela Lei n. 2008-776 de 4 de agosto de 2008 – art. 18 (V) Quando o contrato de fidúcia prevê que o instituidor mantém o uso ou gozo de um estabelecimento ou de um imóvel para uso profissional ao ser transferido para o patrimônio fiduciário, o contrato celebrado para esse fim não está sujeito aos Capítulos IV e V do Título IV do Livro I do Código Comercial, salvo disposição em contrário.</p>
<p>Article 2018-2 Créé par LOI n. 2008-776 du 4 août 2008 – art. 18 (V) La cession de créances réalisée dans le cadre d'une fiducie est opposable aux tiers à la date du contrat de fiducie ou de l'avenant qui la constate. Elle ne devient opposable au débiteur de la créance cédée que par la notification qui lui en est faite par le cédant ou le fiduciaire.</p>	<p>Artigo 2018-2 Criado pela Lei n. 2008-776 de 4 de agosto de 2008 – art. 18 (V) Uma cessão de crédito feita no escopo de um contrato de fidúcia é oponível contra terceiros na data do acordo de trust ou do aditamento que o reconheça. Ela se torna efetiva contra o devedor do crédito cedido somente mediante notificação da cessão pelo cedente ou pelo fiduciário.</p>
<p>Article 2019 Créé par Loi n. 2007-211 du 19 février 2007 – art. 1 JORF 21 février 2007 A peine de nullité, le contrat de fiducie et ses avenants sont enregistrés dans le délai d'un mois à compter de leur date au service des impôts du siège du fiduciaire ou au service des impôts des non-résidents si le fiduciaire n'est pas domicilié en France. Lorsqu'ils portent sur des immeubles ou des droits réels immobiliers, ils sont, sous la même sanction, publiés dans les conditions prévues aux articles 647 et 657 du code général des impôts. La transmission des droits résultant du contrat de fiducie et, si le bénéficiaire n'est pas désigné dans le contrat de fiducie, sa désignation ultérieure doivent, à peine de nullité, donner lieu à un acte écrit enregistré dans les mêmes conditions.</p>	<p>Artigo 2019 Criado pela Lei n. 2007-211 de 19 de fevereiro de 2007 – art. 1 JORF 21 de fevereiro de 2007 Sob pena de nulidade, o contrato fiduciário e suas alterações devem ser registrados no prazo de um mês a contar da data da sua celebração junto do serviço fiscal da sede social do fiduciário ou junto do serviço fiscal dos não residentes, se o fiduciário não estiver domiciliado em França. Quando digam respeito a imóveis ou direitos reais sobre bens imóveis, devem, sob a mesma pena, ser publicados nas condições previstas nos artigos 647º e 657º do Código Geral dos Impostos. A transferência dos direitos resultantes do contrato fiduciário e, caso o beneficiário não seja designado no contrato de fidúcia, a sua posterior designação, sob pena de ser declarada nula, será formalizada em um instrumento escrito registrado sob as mesmas condições.</p>
<p>Article 2020 Créé par Loi n. 2007-211 du 19 février 2007 – art. 1 JORF 21 février 2007 Un registre national des fiducies est constitué selon des modalités précisées par décret en Conseil d'Etat.</p>	<p>Artigo 2020 Criado pela Lei n. 2007-211 de 19 de fevereiro de 2007 – art. 1 JORF 21 de fevereiro de 2007 É criado um registo nacional de contratos de fidúcia (trust), de acordo com os procedimentos especificados por decreto do Conselho de Estado.</p>
<p>Article 2021 Créé par Loi n. 2007-211 du 19 février 2007 – art. 1 JORF 21 février 2007 Lorsque le fiduciaire agit pour le compte de la fiducie, il doit en faire expressément mention. De même, lorsque le patrimoine fiduciaire comprend des biens ou des droits dont la mutation est soumise à publicité, celle-ci doit mentionner le nom du fiduciaire ès qualités.</p>	<p>Artigo 2021 Criado pela Lei n. 2007-211 de 19 de fevereiro de 2007 – art. 1 JORF 21 de fevereiro de 2007 Quando o fiduciário age em nome da fidúcia (trust), o fiduciário deve fazer menção específica a este fato. Da mesma forma, quando o patrimônio fiduciário incluir bens ou direitos cuja transferência esteja sujeita a publicação, o nome do fiduciário deve ser mencionado em sua qualidade de fiduciário.</p>

<p>Article 2022</p> <p>Modifié par LOI n. 2008-776 du 4 août 2008 – art. 18 (V)</p> <p>Le contrat de fiducie définit les conditions dans lesquelles le fiduciaire rend compte de sa mission au constituant.</p> <p>Toutefois, lorsque pendant l'exécution du contrat le constituant fait l'objet d'une mesure de tutelle, le fiduciaire rend compte de sa mission au tuteur à la demande de ce dernier au moins une fois par an, sans préjudice de la périodicité fixée par le contrat. Lorsque pendant l'exécution du contrat le constituant fait l'objet d'une mesure de curatelle, le fiduciaire rend compte de sa mission, dans les mêmes conditions, au constituant et à son curateur.</p> <p>Le fiduciaire rend compte de sa mission au bénéficiaire et au tiers désigné en application de l'article 2017, à leur demande, selon la périodicité fixée par le contrat.</p>	<p>Artigo 2022.</p> <p>Alterado pela Lei n. 2008-776 de 4 de agosto de 2008 – art. 18 (V)</p> <p>O acordo de fidúcia definirá as condições sob as quais o administrador fiduciário se reporta ao instituidor.</p> <p>Contudo, quando, durante a execução do contrato, o instituidor estiver sujeito a uma medida de tutela, o fiduciário apresentará ao tutor, a pedido deste, pelo menos uma vez por ano, um relatório sobre a execução da fidúcia (trust), sem prejuízo da periodicidade fixada pelo contrato. Quando, durante a execução do contrato, o instituidor for objeto de uma medida de curatela, o curador deverá prestar contas da sua função, nas mesmas condições, ao instituidor e ao seu curador.</p> <p>O fiduciário apresentará relatório ao beneficiário e ao terceiro designado nos termos do artigo 2017, a seu pedido, de acordo com a periodicidade fixada pelo contrato.</p>
<p>Article 2023</p> <p>Créé par Loi n. 2007-211 du 19 février 2007 – art. 1 JORF 21 février 2007</p> <p>Dans ses rapports avec les tiers, le fiduciaire est réputé disposer des pouvoirs les plus étendus sur le patrimoine fiduciaire, à moins qu'il ne soit démontré que les tiers avaient connaissance de la limitation de ses pouvoirs.</p>	<p>Artigo 2023.</p> <p>Criado pela Lei n. 2007-211 de 19 de fevereiro de 2007 – art. 1 JORF 21 de fevereiro de 2007</p> <p>Nas suas relações com terceiros, o fiduciário [trustee] é considerado como tendo os mais amplos poderes sobre o patrimônio fiduciário, a menos que se demonstre que os terceiros estavam cientes da limitação dos seus poderes.</p>
<p>Article 2024</p> <p>Créé par Loi n. 2007-211 du 19 février 2007 – art. 1 JORF 21 février 2007</p> <p>L'ouverture d'une procédure de sauvegarde, de redressement judiciaire ou de liquidation judiciaire au profit du fiduciaire n'affecte pas le patrimoine fiduciaire.</p>	<p>Artigo 2024.</p> <p>Criado pela Lei n. 2007-211 de 19 de fevereiro de 2007 – art. 1 JORF 21 de fevereiro de 2007</p> <p>A abertura de um processo de salvaguarda, recuperação judicial ou liquidação judicial relacionada com o fiduciário [trustee] não afetará o patrimônio fiduciário.</p>
<p>Article 2025</p> <p>Créé par Loi n. 2007-211 du 19 février 2007 – art. 1 JORF 21 février 2007</p> <p>Sans préjudice des droits des créanciers du constituant titulaires d'un droit de suite attaché à une sûreté publiée antérieurement au contrat de fiducie et hors les cas de fraude aux droits des créanciers du constituant, le patrimoine fiduciaire ne peut être saisi que par les titulaires de créances nées de la conservation ou de la gestion de ce patrimoine.</p> <p>En cas d'insuffisance du patrimoine fiduciaire, le patrimoine du constituant constitue le gage commun de ces créanciers, sauf stipulation contraire du contrat de fiducie mettant tout ou partie du passif à la charge du fiduciaire.</p> <p>Le contrat de fiducie peut également limiter l'obligation au passif fiduciaire au seul patrimoine fiduciaire. Une telle clause n'est opposable qu'aux créanciers qui l'ont expressément acceptée.</p>	<p>Artigo 2025</p> <p>Criado pela Lei n. 2007-211 de 19 de fevereiro de 2007 – art. 1 JORF 21 de fevereiro de 2007</p> <p>Sem prejuízo dos direitos dos credores do instituidor que tenham direito de sequela associado a um direito de garantia publicado antes do contrato fiduciário e salvo em casos de fraude contra os direitos dos credores do instituidor, o patrimônio fiduciário só pode ser apreendido pelos titulares dos créditos decorrentes da preservação ou gestão do patrimônio fiduciário.</p> <p>Se o patrimônio fiduciário for insuficiente, o patrimônio do instituidor constituirá o penhor comum desses credores, salvo disposição em contrário do contrato fiduciário, colocando a totalidade ou parte do passivo a cargo do fiduciário.</p> <p>O contrato fiduciário também pode limitar a obrigação do passivo fiduciário apenas ao patrimônio fiduciário. Tal cláusula só é oponível a credores que a tenham expressamente aceitado.</p>
<p>Article 2026</p> <p>Créé par Loi n. 2007-211 du 19 février 2007 – art. 1 JORF 21 février 2007</p> <p>Le fiduciaire est responsable, sur son patrimoine propre, des fautes qu'il commet dans l'exercice de sa mission.</p>	<p>Artigo 2026</p> <p>Criado pela Lei n. 2007-211 de 19 de fevereiro de 2007 – art. 1 JORF 21 de fevereiro de 2007</p> <p>O fiduciário [trustee] será responsável, com seu próprio patrimônio, pelas faltas que cometa no exercício da sua função.</p>
<p>Article 2027</p> <p>Modifié par LOI n. 2008-776 du 4 août 2008 – art. 18 (V)</p> <p>En l'absence de stipulations contractuelles prévoyant les conditions de son remplacement, si le fiduciaire manque à ses devoirs ou met en péril les intérêts qui lui sont confiés ou encore s'il fait l'objet d'une procédure de sauvegarde ou de redressement judiciaire, le constituant, le bénéficiaire ou le tiers désigné en application de l'article 2017 peut demander en justice la nomination d'un fiduciaire provisoire ou solliciter le remplacement du fiduciaire. La décision judiciaire faisant droit à la demande emporte de</p>	<p>Artigo 2027</p> <p>Alterado pela Lei n. 2008-776 de 4 de agosto de 2008 – art. 18 (V)</p> <p>Na ausência de estipulações contratuais que estabeleçam as condições para a sua substituição, se o fiduciário faltar às suas funções ou comprometer os interesses que lhe foram confiados, ou se estiver sujeito a um processo de salvaguarda ou de recuperação judicial, o instituidor [grantor], beneficiário [cestui que trust] ou terceiro designado nos termos do artigo 2017 pode requerer ao tribunal a nomeação de um administrador provisório ou solicitar a substituição do fiduciário. A decisão judicial</p>

plein droit dessaisissement du fiduciaire originaire et transfert du patrimoine fiduciaire en faveur de son remplaçant.	que deferir o pedido implica automaticamente a renúncia do fiduciário original e a transferência dos bens da fidúcia [trust] a favor de seu substituto.
<p>Article 2028</p> <p>Créé par Loi n. 2007-211 du 19 février 2007 – art. 1 JORF 21 février 2007</p> <p>Le contrat de fiducie peut être révoqué par le constituant tant qu'il n'a pas été accepté par le bénéficiaire.</p> <p>Après acceptation par le bénéficiaire, le contrat ne peut être modifié ou révoqué qu'avec son accord ou par décision de justice.</p>	<p>Artigo 2028</p> <p>Criado pela Lei n. 2007-211 de 19 de fevereiro de 2007 – art. 1 JORF 21 de fevereiro de 2007.</p> <p>O contrato de fideicomisso pode ser revogado pelo instituidor até ser aceito pelo beneficiário.</p> <p>Após aceitação pelo beneficiário, o contrato só pode ser alterado ou revogado com o acordo do beneficiário ou por ordem judicial.</p>
<p>Article 2029</p> <p>Modifié par LOI n. 2008-776 du 4 août 2008 – art. 18 (V)</p> <p>Le contrat de fiducie prend fin par le décès du constituant personne physique, par la survenance du terme ou par la réalisation du but poursuivi quand celle-ci a lieu avant le terme.</p> <p>Lorsque la totalité des bénéficiaires renonce à la fiducie, il prend également fin de plein droit, sauf stipulations du contrat prévoyant les conditions dans lesquelles il se poursuit. Sous la même réserve, il prend fin lorsque le fiduciaire fait l'objet d'une liquidation judiciaire ou d'une dissolution ou disparaît par suite d'une cession ou d'une absorption et, s'il est avocat, en cas d'interdiction temporaire, de radiation ou d'omission du tableau.</p>	<p>Artigo 2029</p> <p>Alterado pela Lei n. 2008-776 de 4 de agosto de 2008 – art. 18 (V)</p> <p>O acordo de confiança é rescindido pela morte do instituidor quando ele for uma pessoa física, pela ocorrência do termo ou pela realização do propósito quando este ocorre antes do termo.</p> <p>Quando todos os beneficiários renunciarem à fidúcia [trust], este também termina automaticamente, a menos que o contrato estipule as condições sob as quais ele continua. Sujeito à mesma condição, cessa o contrato de fidúcia quando o fiduciário [trustee] está sujeito a liquidação judicial ou dissolução ou desaparece como resultado de cessão ou absorção e, se for advogado, em caso de proibição temporária, destituição ou omissão do registro.</p>
<p>Article 2030</p> <p>Modifié par LOI n. 2008-776 du 4 août 2008 – art. 18 (V)</p> <p>Lorsque le contrat de fiducie prend fin en l'absence de bénéficiaire, les droits, biens ou sûretés présents dans le patrimoine fiduciaire font de plein droit retour au constituant.</p> <p>Lorsqu'il prend fin par le décès du constituant, le patrimoine fiduciaire fait de plein droit retour à la succession.</p>	<p>Artigo 2030</p> <p>Alterado pela Lei n. 2008-776 de 4 de agosto de 2008 – art. 18 (V)</p> <p>Se o contrato fiduciário terminar na ausência de um beneficiário, os direitos, bens ou títulos do patrimônio fiduciário reverterão automaticamente para o instituidor.</p> <p>Quando terminar com a morte do instituidor, o patrimônio fiduciário reverte de pleno direito para a sucessão dele.</p>

Fonte: FRANCE. Code civil [Código Civil Francês; "Código Napoleão" ou "Código Napoleônico". Paris (França): Portal Oficial Legifrance, 1804 (ano da publicação originária). Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070721>>. Acesso em: 16 de abril de 2018.

Tradução elaboradas pela autora, com consultas, para fins de esclarecimentos de dúvidas, à versão traduzida oficialmente para o inglês: FRANCE. Legifrance translations: Code Civil. Paris (França): Portal Oficial Legifrance, 2013 (data da última atualização). Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/Traductions/en-English/Legifrance-translations> – acesso em: 4 jan. 2020.

APÊNDICE E

ADMINISTRAÇÃO DOS BENS EM FIDEICOMISSO NO BGB

Original	Traduzido**
<p>§ 2123 Wirtschaftsplan</p> <p>(1) Gehört ein Wald zur Erbschaft, so kann sowohl der Vorerbe als der Nacherbe verlangen, dass das Maß der Nutzung und die Art der wirtschaftlichen Behandlung durch einen Wirtschaftsplan festgestellt werden. Tritt eine erhebliche Änderung der Umstände ein, so kann jeder Teil eine entsprechende Änderung des Wirtschaftsplans verlangen. Die Kosten fallen der Erbschaft zur Last.</p> <p>(2) Das Gleiche gilt, wenn ein Bergwerk oder eine andere auf Gewinnung von Bodenbestandteilen gerichtete Anlage zur Erbschaft gehört.</p>	<p>(§ 2123 – Plano econômico)</p> <p>Se um bosque pertencer à herança, poderá, não só o herdeiro prévio como o herdeiro sucessivo, exigir que o alcance do aproveitamento e o modo da exploração econômica sejam fixados por um plano econômico. Se ocorrer uma modificação notável das circunstâncias, poderá, cada parte, exigir a modificação do plano econômico. Os gastos ficam a cargo da herança.</p> <p>O mesmo se dá quando pertencer à herança uma mina ou uma outra instalação destinada à extração de partes integrantes do solo.</p>
<p>§ 2124 Erhaltungskosten</p> <p>(1) Der Vorerbe trägt dem Nacherben gegenüber die gewöhnlichen Erhaltungskosten.</p> <p>(2) Andere Aufwendungen, die der Vorerbe zum Zwecke der Erhaltung von Erbschaftsgegenständen den Umständen nach für erforderlich halten darf, kann er aus der Erbschaft bestreiten. Bestreitet er sie aus seinem Vermögen, so ist der Nacherbe im Falle des Eintritts der Nacherbfolge zum Ersatz verpflichtet.</p>	<p>(§ 2124 – Despesas)</p> <p>O herdeiro prévio suporta, ante o herdeiro sucessivo, os gastos comuns de conservação.</p> <p>Outras despesas que o herdeiro prévio fizer com a finalidade de conservação de objetos da herança, aos quais, de acordo com as circunstâncias, era dado considerar como necessárias, pode ele satisfazer à custa da herança. Se as satisfazer à custa do seu patrimônio, estará o herdeiro sucessivo, no caso de ocorrência da sucessão sucessiva, obrigado à indenização.</p>
<p>§ 2125 Verwendungen; Wegnahmerecht</p> <p>(1) Macht der Vorerbe Verwendungen auf die Erbschaft, die nicht unter die Vorschrift des § 2124 fallen, so ist der Nacherbe im Falle des Eintritts der Nacherbfolge nach den Vorschriften über die Geschäftsführung ohne Auftrag zum Ersatz verpflichtet.</p> <p>(2) Der Vorerbe ist berechtigt, eine Einrichtung, mit der er eine zur Erbschaft gehörende Sache versehen hat, wegzunehmen.</p>	<p>(§ 2125 – Indenização por gastos)</p> <p>Se o herdeiro fizer gastos com a herança que não caíam sob a disposição do § 2124, estará o herdeiro sucessivo, no caso de sucessão sucessiva, obrigado à indenização, de acordo com as disposições sobre a gestão de negócios sem mandato.</p> <p>O herdeiro prévio está autorizado a retirar uma instalação com a qual tenha provido uma coisa pertencente à herança.</p>
<p>§ 2126 Außerordentliche Lasten</p> <p>Der Vorerbe hat im Verhältnis zu dem Nacherben nicht die außerordentlichen Lasten zu tragen, die als auf den Stammwert der Erbschaftsgegenstände gelegt anzusehen sind. Auf diese Lasten findet die Vorschrift des § 2124 Abs. 2 Anwendung.</p>	<p>(§ 2126 – Encargos extraordinários)</p> <p>O herdeiro prévio não tem, em relação ao herdeiro sucessivo, de suportar os encargos extraordinários que devam ser considerados como impostos sobre o valor em capital de objetos da herança. A estes encargos encontram aplicação as disposições do § 2124, alínea 2.</p>
<p>§ 2127 Auskunftsrecht des Nacherben</p> <p>Der Nacherbe ist berechtigt, von dem Vorerben Auskunft über den Bestand der Erbschaft zu verlangen, wenn Grund zu der Annahme besteht, dass der Vorerbe durch seine Verwaltung die Rechte des Nacherben erheblich verletzt.</p>	<p>(§ 2127 – Informação sobre o estado)</p> <p>O herdeiro sucessivo está autorizado a exigir do herdeiro prévio informação sobre o estado da herança, se existir fundamento para a suposição de que o herdeiro prévio, pela sua administração, lesa consideravelmente os direitos do herdeiro.</p>
<p>§ 2128 Sicherheitsleistung</p> <p>(1) Wird durch das Verhalten des Vorerben oder durch seine ungünstige Vermögenslage die Besorgnis einer erheblichen Verletzung der Rechte des Nacherben begründet, so kann der Nacherbe Sicherheitsleistung verlangen.</p> <p>(2) Die für die Verpflichtung des Nießbrauchers zur Sicherheitsleistung geltenden Vorschriften des § 1052 finden entsprechende Anwendung.</p>	<p>(§ 2128 – Prestação de garantia)</p> <p>Se, pela atuação do herdeiro prévio ou pela sua desfavorável situação patrimonial, for fundado o receio de uma lesão considerável dos direitos do herdeiro sucessivo, poderá o herdeiro sucessivo exigir prestação de garantia.</p> <p>As disposições do § 1052, estabelecidos para a obrigação de prestação de garantia do usufrutuário, encontram, analogamente, aplicação.</p>
<p>§ 2129 Wirkung einer Entziehung der Verwaltung</p> <p>(1) Wird dem Vorerben die Verwaltung nach der Vorschrift des § 1052 entzogen, so verliert er das Recht, über Erbschaftsgegenstände zu verfügen.</p>	<p>(§ 2129 – Privação da administração)</p> <p>Se o herdeiro prévio, de acordo com a disposição do § 1052, for privado da administração, perderá ele o direito de dispor dos objetos da herança.</p>

<p>(2) Die Vorschriften zugunsten derjenigen, welche Rechte von einem Nichtberechtigten herleiten, finden entsprechende Anwendung. Für die zur Erbschaft gehörenden Forderungen ist die Entziehung der Verwaltung dem Schuldner gegenüber erst wirksam, wenn er von der getroffenen Anordnung Kenntnis erlangt oder wenn ihm eine Mitteilung von der Anordnung zugestellt wird. Das Gleiche gilt von der Aufhebung der Entziehung.</p>	<p>Os dispositivos a favor daquele cujo direito deriva de um não titular, encontram, analogamente, aplicação. Quanto aos créditos pertencentes à herança, só é eficaz, ante o devedor, a privação da administração, quando adquirir ele conhecimento da decisão tomada, ou quando a ele for feita uma comunicação da decisão. O mesmo se dá com a supressão da privação.</p>
<p>§ 2130 Herausgabepflicht nach dem Eintritt der Nacherbfolge, Rechenschaftspflicht (1) Der Vorerbe ist nach dem Eintritt der Nacherbfolge verpflichtet, dem Nacherben die Erbschaft in dem Zustand herauszugeben, der sich bei einer bis zur Herausgabe fortgesetzten ordnungsmäßigen Verwaltung ergibt. Auf die Herausgabe eines landwirtschaftlichen Grundstücks findet die Vorschrift des § 596a, auf die Herausgabe eines Landguts finden die Vorschriften der §§ 596a, 596b entsprechende Anwendung. (2) Der Vorerbe hat auf Verlangen Rechenschaft abzulegen.</p>	<p>(§ 2130 – Ocorrência da sucessão sucessiva) O herdeiro prévio está obrigado, depois da ocorrência da sucessão sucessiva, a entregar ao herdeiro sucessivo a herança no estado que resulte de uma administração regular continuada até a entrega. À entrega de um prédio rústico, encontram as disposições do § 592, analogamente, aplicação; à entrega de uma propriedade agrícola, as disposições dos §§ 592 e 593. O herdeiro prévio, quando exigido, tem de prestar contas.</p>
<p>§ 2131 Umfang der Sorgfaltspflicht Der Vorerbe hat dem Nacherben gegenüber in Ansehung der Verwaltung nur für diejenige Sorgfalt einzustehen, welche er in eigenen Angelegenheiten anzuwenden pflegt.</p>	<p>(§ 2131 – Cuidados a aplicar) O herdeiro prévio só tem de responder ante o herdeiro sucessivo, em relação à administração, por esses cuidados que costuma empregar nos próprios assuntos.</p>
<p>§ 2132 Keine Haftung für gewöhnliche Abnutzung Veränderungen oder Verschlechterungen von Erbschaftssachen, die durch ordnungsmäßige Benutzung herbeigeführt werden, hat der Vorerbe nicht zu vertreten.</p>	<p>(§ 2132 – Utilização) Por modificações ou deteriorações de coisas da herança, que se produzam em aproveitamento regular, não tem o herdeiro prévio de responder.</p>
<p>§ 2133 Ordnungswidrige oder übermäßige Fruchtziehung Zieht der Vorerbe Früchte den Regeln einer ordnungsmäßigen Wirtschaft zuwider oder zieht er Früchte deshalb im Übermaß, weil dies infolge eines besonderen Ereignisses notwendig geworden ist, so gebührt ihm der Wert der Früchte nur insoweit, als durch den ordnungswidrigen oder den übermäßigen Fruchtbezug die ihm gebührenden Nutzungen beeinträchtigt werden und nicht der Wert der Früchte nach den Regeln einer ordnungsmäßigen Wirtschaft zur Wiederherstellung der Sache zu verwenden ist.</p>	<p>(§ 2133 – Percepção excessiva de frutos) Se o herdeiro prévio perceber frutos contra as regras de uma economia regular, ou se ele perceber frutos em excesso pela circulação de que isso se tornou necessário em consequência de um acontecimento particular, só pertencerá a ele o valor dos frutos quando, pela irregular ou excessiva percepção dos frutos, foram prejudicados os proventos que lhe cabiam, e o valor dos frutos, de conformidade com as regras de uma economia regular, não devam ser aplicados na reconstituição da coisa.</p>
<p>§ 2134 Eigennützige Verwendung Hat der Vorerbe einen Erbschaftsgegenstand für sich verwendet, so ist er nach dem Eintritt der Nacherbfolge dem Nacherben gegenüber zum Ersatz des Wertes verpflichtet. Eine weitergehende Haftung wegen Verschuldens bleibt unberührt.</p>	<p>(§ 2134 – Aplicação em proveito próprio) Se o herdeiro prévio empregar para si mesmo um objeto da herança, estará ele, depois da ocorrência da sucessão sucessiva, obrigado, ante o herdeiro sucessivo, a indenização do valor. Uma responsabilidade mais larga, por culpa, fica inalterada.</p>
<p>§ 2135 Miet- und Pachtverhältnis bei der Nacherbfolge Hat der Vorerbe ein zur Erbschaft gehörendes Grundstück oder eingetragenes Schiff vermietet oder verpachtet, so findet, wenn das Miet- oder Pachtverhältnis bei dem Eintritt der Nacherbfolge noch besteht, die Vorschrift des § 1056 entsprechende Anwendung.</p>	<p>(2135 – Locação; arrendamento) Se o herdeiro prévio tiver alugado ou arrendado um prédio ou um navio inscrito pertencente à herança, encontrarão as disposições do § 1056, analogamente, aplicação, quando a locação ou arrendamento, por ocasião da ocorrência da sucessão sucessiva, ainda subsistir.</p>
<p>§ 2136 Befreiung des Vorerben Der Erblasser kann den Vorerben von den Beschränkungen und Verpflichtungen des § 2113 Abs. 1 und der §§ 2114, 2116 bis 2119, 2123, 2127 bis 2131, 2133, 2134 befreien.</p>	<p>(§ 2136 – Liberação do herdeiro prévio) O testador pode liberar o herdeiro prévio das limitações e das obrigações do § 2113, alínea I, e dos §§ 2114, 2116 a... 2119, 2123, 2127, 2131, 2133 e 2134.</p>
<p>§ 2138 Beschränkte Herausgabepflicht (1) Die Herausgabepflicht des Vorerben beschränkt sich in den Fällen des § 2137 auf die bei ihm noch vorhandenen Erbschaftsgegenstände. Für Verwendungen auf Gegenstände, die er infolge dieser Beschränkung nicht herauszugeben hat, kann er nicht Ersatz verlangen. (2) Hat der Vorerbe der Vorschrift des § 2113 Abs. 2 zuwider über einen Erbschaftsgegenstand verfügt oder hat er die Erbschaft in der Absicht, den Nacherben zu benachteiligen, vermindert, so ist er dem Nacherben zum Schadensersatz verpflichtet.</p>	<p>(§ 2138 – Entrega limitada) A obrigação de entrega do herdeiro prévio, limita-se, nos casos do § 2137, aos objetos da herança com ele ainda existentes. Por gastos com objetos que ele, em consequência desta limitação, não tinha de entregar, não pode exigir indenização. Se o herdeiro prévio, contra a disposição do § 2113, alínea 2, dispuser de um objeto da herança, ou tenha diminuído a herança com a intenção de prejudicar o herdeiro sucessivo, estará obrigado ante o herdeiro sucessivo à indenização do dano..</p>